

André Kubitschek pode ser escolhido como vice-governador de Celina Leão

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Dosimetria expôs fissuras da base do governo

Acordo admitido pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), foi rechaçado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em café da manhã com jornalistas. Para especialistas, a forma como a base do governo se comportou na votação

do PL da Dosimetria na quarta-feira expõe falta de entendimento e fissuras importantes. De qualquer modo, diante do anúncio de Lula de que irá vetar o projeto, a solução final sobre as penas dos condenados no 8 de janeiro de 2023 ficará para o ano que vem

PÁGINA 6

Operação da PF prende nº 2 da Previdência

PÁGINA 5

Câmara cassa Eduardo e Ramagem

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



A Câmara dos Deputados determinou a cassação dos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). Eduardo perdeu o seu mandato por faltas acumuladas desde que deixou o Brasil

foi para os Estados Unidos tentar pressionar em favor de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Já Ramagem foi cassado como consequência na sua condenação como integrante do chamado "Núcleo Crucial"

PÁGINA 7

TCDF libera a licitação do Metrô Ceilândia

O Metrô-DF ontem publicou o edital de reabertura da licitação que permitirá a retomada das obras de expansão da Linha 1 em Ceilândia. Tribunal de Contas havia suspenso o processo em 2024, devido a ajustes técnicos e jurídicos.

BRASILIANAS (WF) - PÁGINA 20

TALES FARIA

Tarcísio de Freitas é aconselhado a desistir da Presidência

PÁGINA 4

BASTIDORES (MOLICA)

Câmara nega informações sobre atestados de Ramagem

PÁGINA 7

Mulheres chefiam quase 41% dos lares do DF

No Distrito Federal, 40,7% das famílias tinham mulheres como responsáveis pelo domicílio em 2024. Um estudo sobre renda e perfil familiar aponta diferenças no tamanho dos lares e indica desigualdades mais acentuadas entre famílias de menor renda.

PÁGINA 19

Briga de cachorro grande no orçamento

Acusado de direcionar recursos do orçamento para as suas bases eleitorais em Alagoas, o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP) acusa seu principal denunciante, o deputado José Rocha (União Brasil) de ter feito o mesmo na Bahia

CORREIO POLÍTICO (LAGO) PÁGINA 5

Tom..s Faquini



A orquestra OBACH, em apresentação em 2017

Concerto de Natal da Orquestra OBACH

Apresentação acontece no domingo, dia 21, no Santuário Dom Bosco

PÁGINAS 8 E 9

Som e poesia em projeto na W3-Sul

PÁGINA 13

Melhores do Mundo em "Dingou Béus"

PÁGINAS 8 E 9

Vinicius Lummertz*

O acordo UE–Mercosul e a volta do eixo atlântico

A retomada do acordo entre União Europeia não é mais uma pauta de tarifas e cotas, pode reativar um eixo atlântico que ficou politicamente desidratado e dar densidade econômica a algo que o Ocidente democrático anda devendo a si mesmo: vida nova com cooperação em larga escala, com previsibilidade, regras e ambição estratégica num mundo cada vez mais transacional. A Comissão Europeia mantém a intenção de concluir o processo até o fim de 2025, mas a política interna do bloco, com resistência de governos e pressão de setores agrícolas, continua sendo o maior freio. Isso acontece num momento em que a Europa, num mundo multipolar, vê sua importância relativa diminuir diante de EUA, China, Rússia e Índia.

Há um pano de fundo ainda maior: o eixo de gravidade do planeta migrou para o Pacífico. Economia, tecnologia, cadeias industriais e geopolítica passaram a olhar para lá. O Atlântico, que foi durante séculos o corredor principal da modernidade ocidental, perdeu espaço e, em certos círculos, até confiança. É justamente por isso que o acordo UE–Mercosul importa. Ele pode revitalizar o Atlântico como plataforma econômica e, por consequência, como espaço civilizacional.

A palavra civilização causa alergia em parte da Europa contemporânea. Mas, sem algum reconhecimento explícito da civilização ocidental como comunidade histórica de valores e instituições, Estado de direito, democracia representativa, pluralismo, direitos, liberdade econômica com regulação, a Europa corre o risco de virar apenas um museu do passado. O ponto aqui não é nostalgia, é estratégia. O Brasil e o Cone Sul não são periferia desse mundo. São sua expansão histórica e seu laboratório contemporâneo. Se a Europa quiser manter relevância global, precisa aceitar que o Ocidente também é americano, e que o Atlântico é ponte, não margem.

A resistência, porém, é concreta. Em 16 de dezembro de 2025, o Parlamento Europeu aprovou o endurecimento de mecanismos de salvaguarda para importações agrícolas ligadas ao acordo, buscando tornar mais rápido o acionamento de medidas quando houver risco de choque de mercado. O recado é simples: se avançar, virá com lupa regulatória, gatilhos mais ágeis e debate permanente sobre equivalência de padrões sanitários e ambientais. Há, nesse desenho, uma característica europeia que precisa ser levada em conta: a preferência por regulação detalhada tende a elevar custos de transação, e não raro transforma a política comercial num labirinto de exigências, mais eficaz para conter riscos do que para acelerar receitas.

Se destravar, a escala é grande o bastante para mudar expectativas. O pacto liga um mercado estimado em cerca de 780 milhões de consumidores. E os termos centrais, no papel, são claros: o Mercosul eliminaria tarifas sobre 91% das exportações europeias, incluindo a eliminação gradual do imposto de 35% sobre carros ao longo de 15 anos; e a União Europeia eliminaria tarifas sobre 92% dos produtos do Mercosul em prazos que chegam a uma década. Para a Europa, isso é oxigênio para manufaturas e marcas, de automóveis e autopeças a máquinas, químicos, fármacos e vinhos. Para o Mercosul, é diversificação de mercado e disciplina competitiva: o estímulo que obriga empresas a subir padrão e se internacionalizar.

O Brasil, porém, só vai aproveitar essa volta do Atlântico se tratar reputação como parte da infraestrutura. A UE é o segundo maior parceiro comercial do país, e a corrente de comércio somou R\$ 89,5 bilhões em 2024. Ainda assim, exportamos muito

como fornecedor e pouco como marca. O suco de laranja é uma parábola: em temporadas recentes, o Brasil respondeu por cerca de 90% das importações europeias do produto. Se o consumidor final pouco associa o suco ao Brasil, perdemos prêmio de preço e poder simbólico. A resposta não é indignação, é estratégia: rastreabilidade e conformidade impecáveis, certificações, presença comercial e um programa de comunicação e promoção que faça o Brasil aparecer no que já vende.

Do lado europeu, convém reconhecer que o debate não é livre mercado contra desordem tropical. A agricultura do continente é sustentada por uma arquitetura pública robusta: a Política Agrícola Comum reservou R\$ 386,6 bilhões no orçamento de 2021 a 2027. Subsídio, ali, é instrumento de coesão e sobrevivência política. O Brasil precisa entender isso sem ingenuidade e responder com profissionalismo, porque padrão e proteção são parte do custo de acesso ao mercado europeu, e porque o protecionismo, quando se veste de virtude, costuma ser ainda mais difícil de enfrentar.

Mas pensar grande é ir além de mercadorias. Um eixo atlântico relevante no século 21 é também fluxo de pessoas e de ideias. A Constituição brasileira orienta a política externa por princípios como cooperação entre os povos, defesa da paz e repúdio ao terrorismo, e determina buscar a integração econômica, política, social e cultural da América Latina. Um acordo que queira ser, de fato, uma oportunidade civilizacional para democracias abertas deveria incluir educação, ciência e cultura: validação de diplomas, parcerias universitárias, pesquisa aplicada, intercâmbios e mobilidade qualificada em mão dupla. A Europa, em transição demográfica e econômica, tem motivos para desenhar canais mais inteligentes de atração de talentos; o Brasil, por sua vez, deveria abrir portas para profissionais europeus altamente qualificados e, ao mesmo tempo, preparar seus jovens para competir e cooperar nesse ambiente.

E há um ponto de identidade que pode ser força. O Brasil é uma forma nova de Ocidente: judaico cristã na matriz, mas renovada pela presença africana, indígena e por uma história de mistura cultural que não cabe nos esquemas rígidos do Velho Mundo. Para isso, a Europa terá de deixar o conservadorismo defensivo de lado, e o Brasil terá de abandonar a timidez estratégica. O Atlântico não vai se reerguer por saudade. Vai se reerguer por decisão.

No fim, vale uma menção, sem profecia. Samuel Huntington popularizou a ideia de que o mundo pós Guerra Fria seria marcado por um choque de civilizações. A melhor resposta do Ocidente democrático não é fechar-se em medo, nem diluir-se em culpa: é voltar a ter capacidade de integração, crescimento e confiança em si. Se o Pacífico virou motor do século, o Atlântico não precisa virar apêndice. Pode ser o carro chefe renovado, uma plataforma de prosperidade, ciência, cultura e mobilidade, ligando Europa e Américas com regras e ambição. O acordo UE–Mercosul, nesse sentido, é mais que comércio. É uma chance de reativar a energia do Atlântico e de atualizar a civilização ocidental pelas suas bordas mais vivas. Se europeus reconhecerem isso e brasileiros cobrarem isso, sem subserviência e sem timidez, o Atlântico volta a ser eixo de futuro. E a civilização ocidental não apenas resiste, ela se reinventa.

***Vinicius Lummertz é senior fellow do Milken Institute. Foi Ministro do Turismo, Presidente da Embratur, Secretário Estadual de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo**

EDITORIAL

Setor agrícola atrapalha acordo

A negociação de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia evidencia profundas discordâncias que refletem interesses econômicos, políticos e sociais distintos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Embora o discurso oficial enfatize a cooperação e o livre-comércio, os impasses mostram que cada bloco prioriza a proteção de setores estratégicos e a defesa de seus próprios modelos de desenvolvimento.

O principal ponto de conflito está no setor agrícola. O Mercosul, especialmente Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, é altamente competitivo na exportação de produtos agropecuários e vê no acordo uma oportunidade de ampliar o acesso ao mercado europeu.

A União Europeia, entretanto, mantém fortes subsídios agrícolas e enfrenta intensa pressão de seus produtores rurais, que temem perder competitividade diante dos preços mais baixos dos produtos sul-americanos. Essa resistência expõe uma contradição europeia: defender a abertura comercial, mas preservar práticas protecionistas.

Outro fator relevante envolve as exigências ambientais e sociais impostas pela União Europeia. O bloco europeu condiciona o acordo ao cumprimento de metas rígidas

relacionadas à preservação ambiental, combate ao desmatamento e respeito a normas trabalhistas.

Para os países do Mercosul, tais exigências são vistas como barreiras não tarifárias que mascaram interesses econômicos e limitam a soberania nacional. Argumenta-se que a Europa alcançou seu nível de desenvolvimento explorando intensamente recursos naturais, enquanto agora impõe restrições severas a países que ainda buscam crescimento.

Há também discordâncias no campo industrial e tecnológico. O Mercosul teme que a abertura de seu mercado a produtos industrializados europeus provoque a desindustrialização e o enfraquecimento de empresas locais. Já a União Europeia pressiona por regras mais rígidas sobre propriedade intelectual, compras governamentais e serviços, o que beneficiaria principalmente suas multinacionais.

Esses conflitos revelam que o acordo vai além de tarifas e comércio: trata-se de um embate entre projetos econômicos distintos. Sem concessões equilibradas e reconhecimento das assimetrias existentes, o acordo entre Mercosul e União Europeia continuará sendo mais uma intenção diplomática do que um compromisso efetivo.

Opinião do leitor

É tempo de Natal!

O Cristianismo não se reduz, como querem alguns, a dogmas intelectualizados, catálogo de preceitos, regras e deveres, lista de pecados. É, antes de tudo, uma Pessoa e um acontecimento. A Pessoa é Cristo. O acontecimento, a irrupção de Cristo na Humanidade. Natal celebra o acontecimento e traz para o nosso meio à Pessoa.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

PINGA-FOGO

■ **BOLSONARO VAI DAR ENTREVISTA EXCLUSIVA PARA O METRÓPOLES** - O ministro Alexandre de Moraes autorizou que o site Metrôpoles entreviste o ex-presidente Jair Bolsonaro. Será a primeira vez que o ex-presidente falará para a imprensa. A corte suprema considerou que a entrevista ajudará a consolidar a imagem do “Bolsonaro prisioneiro”, algo similar que ocorreu com Lula quando estava no cárcere em Curitiba.

■ **OS FISCAIS DE FREIXO EM AÇÃO NOS CONTRATOS DA EMBRATUR** - Os passos de Marcelo Freixo, presidente da Embratur, como ordenador de despesas, pela primeira vez na vida, estão sendo esmiuçadas por um grupo de ex-servidores que esteve na Embratur na gestão passada. Eles estão colocando um pente fino nos contratos firmados pela agência, especialmente com os aportes dos convênios do Sistema S. Na mira também os funcionários que ficam lotados no Rio, bem longe da sede em Brasília.

■ **As despesas e contratações realizadas no Rio estão recebendo atenção especial da turma já batizada de “Fiscais do Freixo”.**

■ **TARCÍSIO NÃO JOGOU A TOALHA PRESIDENCIAL** - Anotem: Apesar das declarações pró-candidatura do Senador Flávio Bolsonaro à Presidência, o Governador de São Paulo está no páreo e segue nos seus planos presidenciais.

■ **Nesta quinta, 18, ao apresentar os números do seu governo em um balanço realizado em São Paulo, Tarcísio usou e abusou da palavra “legado”.** Com o slogan “Coragem pra fazer o impossível”, ele está dando uma mexida na sua estrutura de comunicação, considerada um dos pontos fracos da sua gestão, que muito faz e pouco mostrou.

■ **A QUAEST E A MANIPULAÇÃO DA BOLSA** - Não convidem para um cafézinho no Palácio dos Bandeirantes a turma diretiva da Quaest. O instituto de pesquisa foi o tema de uma conversa ao pé do ouvido do governador com amigos. Está cada vez mais claro que houve uma aliança da pesquisa presidencial com a Faria Lima para manipular o mercado. A Globo foi usada para mexer na bolsa.

■ **SUCESSÃO ESQUENTA NO DF** - Com o filho André Kubitschek fazendo parte do secretariado do GDF, o ex-governador Paulo Octávio volta ao Partido Progressista, de forma natural e bem longe da candidatura de José Roberto Arruda, que assumiu o comando do PSD. A sigla partidária funciona em um imóvel de Paulo Octávio, mas ele não mexerá no aluguel por uma questão afetiva. Já o filho pode ser escolhido como vice na chapa de Celina. O último Kubitschek no GDF foi também como vice-Governadora: Marcia, filha de Juscelino.

■ **CSN QUER FUGIR DA PRESSÃO DOS SINDICATOS** - A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está estudando terceirizar algumas áreas importantes, o que reduzirá a sua folha e os encargos. O plano terá impacto salarial. Um dos motivos é ter uma parcela de colaboradores bem longe do movimento sindical. A ordem dos acionistas é ter uma companhia cada vez mais enxuta.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@columamagnavita



Fotos CM

O jornalista Ricardo Bruno entrevista neste domingo, no programa Jogo do Poder na CNT, o novo senador do Rio, Bruno Bonetti. A entrevista foi gravada nos estúdios do Correio da Manhã, na Barra da Tijuca. O parlamentar prometeu que a sua primeira

entrevista seria para Ricardo Bruno quando assumisse o mandato. Cumpriu fielmente a palavra. Bonetti assumiu o mandato na condição de 1º suplente do senador Romário, que pediu licença por 120 dias. A entrevista está imperdível.

Presidente do HotéisRIO é homenageado em cerimônia da PM

Divulgação



O homenageado e presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, com o secretário de Estado de PM, Coronel Marcelo de Menezes, e o comandante do 31 BPM, Antonio Ludogero

CM



Na seq.: O presidente da Câmara do Rio, vereador Carlo Caiado; o comandante do 31 BPM, Antonio Ludogero; Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO; o subprefeito da Barra, Leandro Marques; e o vice-presidente do TurisRio, Marco Paes



O presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, com o vice-presidente do TurisRio e diretor da ACIR, Marco Paes

O presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, recebeu uma homenagem do 31º Batalhão de Polícia Militar na quinta-feira, 18, durante solenidade de inauguração do Cerco Sudoeste e do lançamento do Projeto “Pães de Maria”, no pátio do Batalhão, no Recreio dos Bandeirantes.

O evento marca um importante avanço para a segurança pública, com a implantação do Cerco Sudoeste, que ampliará o monitoramento, aumentará a ostensividade policial na região e reforçará a capacidade de resposta das equipes do 31º BPM. As Tendas de Ostensividade atuam na prevenção e dissuasão de delitos, ao atuar como pontos visíveis de segurança, no apoio imediato à população, permitindo o acionamento rápido da polícia militar em casos de emergência e no aumento da ostensividade, com tendas posicionadas em pontos estratégicos que funcionam como bases avançadas de visibilidade.

Durante a solenidade, também foi apresentado o Projeto “Pães de Maria”, iniciativa social dedicada ao apoio de mulheres vítimas de violência doméstica, promovendo capacitação em panificação, qualificação profissional e possibilitando a geração de renda, contribuindo para sua autonomia e independência financeira.

■ **A IRMÃ DE GUEDES É CONTRA O CURSO DE MEDICINA DA PUC-RIO** - A PUC-Rio está enfrentando uma insana resistência da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES – ANUP contra a criação do seu curso de medicina. A ANUP, que é dirigida por Elizabeth Guedes, irmã do ex-ministro Paulo Guedes, ingressou Ação Civil Pública ajuizada contra a UNIÃO, objetivando, em caráter liminar, a suspensão imediata dos efeitos do Edital MEC nº 15/2025, que teria introduzido modalidade de autorização de cursos de Medicina

na em afronta à Lei nº 12.871/2013 (Lei dos Mais Médicos) e aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e impessoalidade.

■ Já perdeu na justiça e segue na sua luta para barrar novos cursos de medicina com qualidade. O pior é a existência de um reitor de uma universidade privada, que é sacerdote, ou seja, membro da Igreja Católica, que está trabalhando contra a PUC do Rio. Isso é caso para excomunhão.

■ **MAIS TRÊS VOTOS PARA O PL** - O PL ganhou três votos de volta com a

posse dos suplentes nas vagas de Eduardo Bolsonaro, Alexandre Ramagem e Carla Zambelli.

■ O suplente de Ramagem é o Dr. Flávio (PL-RJ), médico de formação e atualmente exerce o cargo de secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Rio de Janeiro.

■ **Em São Paulo, já estava no mandato José Olímpio, que assumiu a cadeira de Eduardo em março deste ano quando o mesmo tirou a licença de 122 dias. Ele agora poderá participar e votar em comissões da Câmara, deixando o status de suplente.**

Fernando Molica

Justiça prende e Congresso solta

A mobilização de deputados e senadores para diminuir as penas dos que tentaram implantar uma nova ditadura no país sugere uma mudança naquela história de dizer que polícia prende e Justiça solta: desta vez, a Justiça prendeu, o Congresso é que quer apressar a volta de todos para casa.

O casuísmo — a vontade de libertar Jair Bolsonaro e outros condenados — é tão grande que a maioria da Câmara e do Senado fingiu não ver o óbvio: a legislação que serviu de base para mandar tanta gente para a cadeia é recente, foi aprovada em 2021 pelo Congresso e sancionada pelo presidente hoje recolhido à Polícia Federal.

Boa parte dos parlamentares que também decidiu diminuir o tempo para a progressão do regime prisional dos golpistas (podem ser assim chamados por terem sido condenados em última instância) integra o grupo dos que reclamam de regalias de presos, que tanto pedem leis mais duras contra o crime, que travaram batalhas contra a chamada saidinha. Eles são duros com o crime dos outros.

Na prática, suas excelências revelaram que, para eles, existem dois tipos de criminosos: os desconhecidos e os amigos. Os primeiros devem ser punidos com todo rigor; merecem penas intermináveis, isolamento, comida de péssima qualidade, distância de qualquer benefício baseado em direitos humanos. Não exibem sinais de leniência nem com jovens menores de 18 anos.

Já os amigos sequer deveriam ter sido investigados, processados, denunciados, condenados e presos. São tidos como vítimas inocentes, pessoas que sequer cometeram qualquer crime. Seus atos são encarados como menores, como se tramar um golpe de Estado fosse menos grave do que furtar um celular.

Não custa lembrar que, além de desrespeitarem o sagrado princípio do voto popular, ditaduras não oferecem flores aos seus adversários; necessariamente promovem assassinatos, sequestros, torturas e roubos (afinal, não há Justiça independente num regime autoritário).

Quem minimiza a tentativa de abolição do Estado de Direito e a tentativa de Golpe de Estado — dois crimes incluídos no Código Penal — absolve antecipadamente os crimes que seriam cometidos numa ditadura. Estabelece uma parceria com os porões, concede um habeas corpus preventivo para futuros assassinos e torturadores.

Não vale também usar a anistia de 1979 como justificativa. A lei aprovada e sancionada há 46 anos marcava o início do fim de uma ditadura; os anistiados, diferentemente dos atuais condenados e presos, não haviam tentado derrubar a democracia, lutaram contra o golpe que havia sido implantado em 1964. Anistiar quem lutou contra uma ditadura é diferente de anistiar quem tentou recriar o arbítrio.

Leis têm que ser impessoais, não devem ser mudadas ou adaptadas de acordo com os acusados de infringi-las. Claro que podem ser alteradas a partir da constatação de erros ou exageros em sua formulação ou aplicação, mas isso teria que ser feito com cuidado e respeito ao que foi decidido anteriormente.

Esse tipo de precaução é necessário até para não descaracterizar a gravidade de crimes que a legislação busca punir. Pela primeira vez em sua história marcada por golpes de Estado, o Brasil decidiu responsabilizar os que tentaram abolir a democracia, e essa conquista não pode ser abalada.

A punição aos culpados foi a maneira correta e legal de pacificar o país e de garantir tempos mais tranquilos.

Tales Faria

Tarcísio é aconselhado por chefes aliados a desistir da Presidência

Por coincidência, estão radicados em São Paulo os chefes da maior parte dos partidos aliados ao governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Por exemplo: os presidentes do MDB, Baleia Rossi; do Republicanos, Marcos Pereira; do PSD, Gilberto Kassab; do Solidariedade, Paulinho da Força; e do PL, Valdemar Costa Neto.

A coluna apurou que a última pesquisa Genial-Quaest desencadeou entre eles a opinião quase unânime de que o governador deve desistir de concorrer a presidente da República e disputar a reeleição.

Motivo: o levantamento mostrou que Tarcísio está sendo atropelado pela possível candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Palácio do Planalto. O filho Zero-Um do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi escolhido pelo pai como seu candidato preferido.

Na pesquisa Genial-Quaest divulgada na terça-feira, 16, Flávio apareceu em segundo lugar nos seis cenários divulgados, ultrapassando Tarcísio, que até então disputava com a mulher do ex-presidente, Michelle Bolsonaro (PL), a preferência dos eleitores que não votariam no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O petista, no entanto, consta como primeiro colocado em todos os cenários.

Essa foi a primeira pesquisa Quaest após o anúncio do senador como candidato do pai. Mostra que o filho do ex-presidente pode impedir que Tarcísio chegue a um eventual segundo turno em 2026.

No cenário de primeiro turno, Lula tem 41%, contra

23% de Flávio Bolsonaro e 10% de Tarcísio. Uma diferença considerável que surpreendeu os aliados do governador.

No segundo turno, a pesquisa aponta que Lula atingiria 10 pontos percentuais de vantagem sobre ambos. Ele aparece com 46% das intenções de voto, enquanto o filho do ex-presidente registra 36%. Contra Tarcísio, Lula venceria com 45% ante 35%.

O resultado assusta a chamada “Faria Lima”, ou seja, a elite financeira e corporativa do país que determina os humores dos agentes do mercado. Na terça-feira em que a pesquisa foi divulgada a Bolsa de Valores despencou mais de 2%, e o dólar, teve uma alta de 0,82%.

Tarcísio é o candidato predileto do mercado, enquanto Flávio, assim como todos os nomes do clã Bolsonaro, é considerado tóxico.

Assim como Jair Bolsonaro, o senador não tem um projeto de governo definido. O pai apoiou sua campanha a presidente na possibilidade de ser tutelado pelo economista ultraliberal Paulo Guedes, a quem nomeou ministro da Economia.

A Faria Lima atribui a Bolsonaro e ao bolsonarismo a dificuldade para implantação de qualquer projeto de governo.

Mas Tarcísio ainda mantém defensores de sua candidatura ao Planalto, especialmente entre seus auxiliares mais próximos. Estes defendem que o governador ultrapassaria Flávio Bolsonaro ao longo da campanha por simbolizar um projeto “mais nítido” e registrar menor rejeição nas pesquisas.

Dora Kramer*

Dosimetria, um conto do vigário

A aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei que reduz as penas dos condenados por tentativa de golpe de Estado não apaga as seguintes distorções: o caráter casuístico da matéria, a deslavada troca de interesses entre governo e oposição, o atropelo do regimento e a falsidade da alegação de que o gesto marcaria o início da pacificação entre as correntes radicalizadas do país. Mero conto do vigário.

O Congresso alterou a lei de execuções penais para beneficiar pessoas condenadas. Pretendeu, com isso, modificar decisões do Supremo Tribunal Federal, que ainda vai examinar o caso, mas a intenção do Legislativo atendeu a interesses de um grupo político. De oposição, mas com apoio do governo, cujo cinismo promete veto.

O Senado fez uma leitura marota do conceito de emenda de redação e ignorou os alertas de senadores mais responsáveis sobre os defeitos do texto. Houve um toma lá dá cá negociado na noite anterior à votação, mediante o qual a oposição garantiria votos para o aumento de fontes de arrecadação no valor de R\$ 20 bilhões.

Não há argumento pacificador capaz de se sustentar ante a seguinte clareza: não existe paridade de condições entre agressor e agredido. Os condenados desferiram ataques dos quais a institucionalidade se defendeu.

Não houve sinal de arrependimento da parte dos agressores, admissão de culpa ou de compromisso de não repetirem os atos de grave desobediência civil. Ao contrário, reivindicam o perdão como prova de que nada fizeram de errado.

Portanto, podem fazer de novo sem que nada de mais grave lhes aconteça. Haverá sempre uma condescendência à espreita para perdoá-los em nome de uma paz que não virá enquanto estiver em disputa a bandeira da hegemonia cultural e política.

Não haverá moderação possível no horizonte enquanto prevalecer a lógica da guerra entre os que não têm ferramentas nem DISPOSIÇÃO para depor as armas e construir ambiente propício a diálogos baseados em preceitos de natureza republicana.

***Jornalista e comentarista de política**

Waldemir Barreto/Agência Senado

CORREIO POLÍTICO

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



José Rocha faria o mesmo que denuncia

Briga de cachorro grande no orçamento

A investigação movida por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino sobre irregularidades na destinação das emendas orçamentárias virou briga de cachorro grande entre o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) e o deputado José Rocha (União Brasil-BA). A Petição 14.949 de Flávio Dino, que embasou a operação da semana passada, tem como um dos seus principais pontos um depoimento do deputado José Rocha (União Brasil-BA), ex-presidente da Comissão de Integração Nacional da Câmara dos Deputados, no qual ele diz que recebera na época uma planilha com indicações de uma assessora, Mariângela Fialek, conhecida como Tuca, para basear a destinação de R\$ 1,1 bilhão.

Dinheiro para Alagoas e Bahia

Desse valor, diz ele, R\$ 320 milhões seriam para Alagoas. Tuca seria uma assessora do alagoano Arthur Lira (PP), ex-presidente da Câmara. Agora, Arthur Lira rebate que Rocha é quem teria, sozinho, destinado R\$ 152 milhões, sendo R\$ 88 milhões para municípios da Bahia para beneficiar os seus redutos eleitorais. As informações sobre Rocha foram publicadas por Andrezza Mathais, em sua coluna no portal Metrôpoles.

Lula Marques/Agência Brasil



Lira nega as irregularidades no orçamento

Decisão de Rocha teria sido unilateral

De acordo com a denúncia, a decisão de José Rocha na destinação dos R\$ 152 milhões teria sido unilateral, sem qualquer consulta a outros líderes de partido e outras autoridades da Câmara. E essa ação de Rocha teria sido percebida por Tuca. Arthur Lira, então, teria acionado o governo para desfazer a operação. Mesmo assim, segundo a denúncia, o então presidente da Comissão de Integração Nacional teria conseguido garantir o direcionamento de R\$ 53 milhões, que teria ficado, em 2024, em torno de R\$ 11 milhões.

Quem paga é o governo federal

Na quinta-feira (18), Lira tratou de espalhar a denúncia feita contra José Rocha. No mínimo, Rocha faria o mesmo que acusa Lira de fazer. O ex-presidente da Câmara, porém, afirma que não. Afirma que a distribuição dos recursos orçamentários teria sempre procurado atender todos os parlamentares, de todos os partidos. E que, ao final, quem paga os valores é o governo federal.

POR
RUDOLFO LAGO

Irregularidades

Assim, se na ponta final acontecem irregularidades, se o dinheiro destinado não vai efetivamente parar na obra, se desaparece por algum ralo, não necessariamente, na concepção de Lira, se deve responsabilizar quem destinou o recurso orçamentário. A não ser que efetivamente haja alguma acusação.

Criminalização

No final, argumenta, quando se acusa o processo orçamentário, isso faria parte de uma retórica de “criminalização da política”. Bem, nem tudo no caso é assim tão simples. O que hoje se critica é a falta de transparência do processo orçamentário. Em boa parte dos casos, como já reiterou Flávio Dino algumas vezes.

titulo notas

Dino aponta que “não há transparência nem rastreabilidade” em muitos processos. Traduzindo: os mecanismos de controle muitas vezes não conseguem saber quem destinou o recurso, para qual estado e município o recurso foi destinado e o que se pretendia fazer. É o cerne do “orçamento secreto”.

titulo notas

No caso da petição de Dino, o que ele aponta, a partir dos depoimentos de José Rocha e também dos deputados Glauber Braga (Psol-RJ), Fernando Marangoni (União Brasil-SP), Adriana Ventura (Novo-SP), Dr. Francisco (PT-PI), do senador Cleitinho (PL-MG) e da servidora Elza Carneiro, o que ele aponta é controle da destinação de Lira.

Salinha

A distribuição dos recursos se concentraria em uma tal “Salinha do Orçamento”, que foi alvo da operação de busca e apreensão da semana passada, na qual Tuca faria a distribuição dos recursos a partir da orientação de Arthur Lira. Orientação que, nos depoimentos, beneficiaria Lira e seus redutos eleitorais.

Rio Largo

O relatório centra parte das denúncias no que teria havido no município de Rio Largo (AL), a 27 quilômetros de Maceió. Uma cidade de cerca de 70 mil habitantes que teria recebido, entre 2019 e 2022, mais de R\$ 90 milhões de recursos de emendas orçamentárias. Enfim, tudo vai virando chumbo trocado.



Weverton, diz a acusação, seria “sócio oculto” do esquema

PF prende nº 2 do Ministério da Previdência

Operação apontou ainda para o senador Weverton Rocha

Gabriela Gallo

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nesta quinta-feira (18), a segunda fase da Operação Sem Desconto, que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nessa fase da operação, foi decretada a prisão domiciliar do secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal.

No mesmo dia, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, determinou a exoneração de Adroaldo do cargo.

No lugar dele entrou o procurador federal Felipe Cavalcante e Silva, atual consultor jurídico do ministério. A Operação foi realizada pela PF em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU) e teve o aval do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro alvo da operação foi o vice-líder do governo no Senado, Weverton Rocha (PDT-MA), apontado como um “sócio oculto” do esquema de desvios e que também estaria vinculado a Adroaldo Portal, segundo as investigações.

“O Senador Weverton teria, segundo a peça de representação da Polícia Federal, atuado: como beneficiário final (“sócio oculto”) de operações financeiras estruturadas pela organização criminosa, recebendo recursos ou be-

nefícios por meio de interpostas pessoas, alguns seus assessores parlamentares”, declarou o ministro do STF André Mendonça, relator do processo na Corte, em sua decisão sobre o caso.

A PF solicitou a prisão preventiva do parlamentar, mas o Ministério Público Federal (MPF) negou o pedido. O ministro André Mendonça autorizou os mandados de busca e apreensão na casa do senador, mas acatou o pedido do MPF em não autorizar a prisão.

Outro lado

Em nota divulgada, Weverton reiterou que confia “plenamente nas instituições e no Estado Democrático de Direito, reafirmando (...) respeito ao trabalho da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal”.

“Ressalto que a decisão da Corte é clara ao reconhecer a ausência de provas que me vinculem a práticas ilícitas ou ao recebimento de recursos irregulares”, declarou o senador.

“Relações profissionais de terceiros não podem ser usadas para me imputar responsabilidade sem fatos concretos”, continuou.

“Sigo exercendo meu mandato com serenidade e colaborando para o esclarecimento dos fatos, certo de que a verdade prevalecerá e minha inocência será plenamente reconhecida”, completou Weverton Rocha.

Aprovação da Dosimetria expõe fissuras políticas na base de Lula

Diante do anúncio do veto, decisão sobre redução das penas fica para 2026

Por Beatriz Matos

A tramitação do chamado PL da Dosimetria transformou-se, em poucos dias, de um debate técnico sobre penas em um dos episódios mais ruidosos da relação entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva e sua própria base no Congresso.

A crise ganhou corpo após o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), admitir publicamente que não obstruiu a votação do projeto como parte de um entendimento político para viabilizar outras pautas econômicas de interesse do Planalto — versão rechaçada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por ministros e por parte da bancada governista.

A proposta, que reduz critérios de aplicação e execução de penas para crimes contra o Estado Democrático de Direito, foi aprovada na noite de quarta-feira (17), pelo plenário do Senado, por 48 votos a 25, com uma abstenção. O texto segue agora para análise do presidente da República, que já antecipou a intenção de vetá-lo.

O estopim

A crise interna no governo ganhou forma após a tramitação acelerada do PL da Dosimetria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, quando pedidos de adiamento e de audiência pública foram rejeitados e o prazo regimental de vista foi reduzido para apenas quatro horas — movimento que viabilizou a votação ainda no mesmo dia.

O episódio provocou reação imediata no plenário. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) acusou o governo de tentar acelerar uma matéria sensível em troca da votação de pautas econômicas e afirmou ter se recusado a participar de qualquer acordo nesse sentido. “Eu nunca vi, às vésperas do Natal, um líder do governo querer dar de presente um peru para os golpistas que atentaram contra a democracia”, disse.

Renan também sustentou que a emenda aprovada tinha natureza de mérito — o que exigiria o retorno do texto à Câmara — e criticou a concessão de apenas quatro horas de vista pelo presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA). Renan referia-se à emenda feita por Sergio Moro (União Brasil-PR), que tratava de restringir qualquer benefício de redução de penas aos envolvidos nos atos antidemocráticos.

Foi nesse ambiente de contes- tação que, já no plenário, Jaques Wagner decidiu se manifestar e afirmou não ver constrangimento

na condução do processo. “Não me envergonho do que fiz, estou muito tranquilo na condução da minha liderança e acho que o que a gente fez foi simplesmente colocar em votação aquilo que está para ser votado”, declarou.

Roupa suja

A reação extrapolou o plenário e chegou às redes sociais. Em publicação no X, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT-PR), afirmou que não houve negociação envolvendo o projeto e classificou a condução do tema como equivocada. “A redução das penas dos golpistas é um desrespeito à decisão do STF e um grave retrocesso na legislação que protege a democracia”, escreveu. Em seguida, completou: “A condução desse tema pela liderança do governo no Senado na CCJ foi um erro lamentável”.

A crítica pública escancarou o desalinhamento dentro do governo e provocou resposta imediata de Jaques Wagner, que também recorreu às redes sociais. “Lamentável é nos rendermos ao debate raso e superficial. É despachar divergências de governo por rede social”, afirmou o senador.

Veto

Diante da escalada da crise, Lula decidiu se posicionar publicamente. Durante café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto, nesta quinta-feira (18), o presidente negou qualquer acordo e confirmou que vetará o projeto.

“Se houve acordo com o governo, eu não fui informado. Então, se o presidente não foi informado, não houve acordo”, afirmou. Lula também disse que não é aceitável discutir redução de penas antes da conclusão dos julgamentos. “Nem terminou o julgamento ainda e já resolvem diminuir a pena. Com todo o respeito que tenho ao Congresso, na hora que chegar na minha mesa, eu vetarei”, declarou.

O presidente ressaltou ainda que o Congresso tem o direito de derrubar o veto, caso queira, reforçando que a disputa institucional deve se prolongar.

Judicialização

Paralelamente ao anúncio de veto presidencial, bancadas que se posicionaram contra o PL da Dosimetria na Câmara dos Deputados ingressaram com mandado de segurança no STF pedindo a suspensão da tramitação da proposta. A ação foi apresentada pelos partidos do PT, PSB, PCdoB e PSOL, sob o argumento de que o processo legis-



Alessandro Dantas/PT no Senado

Wagner ficou no centro da polêmica por ter aceito acordo

lativo no Senado foi marcado por “vícios formais graves”.

Em nota, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou que uma emenda aprovada na CCJ do Senado foi indevidamente classificada como de redação, apesar de promover alteração substancial de mérito — o que teria evitado o retorno obrigatório do projeto à Câmara e configurado burla ao bicameralismo constitucional.

Segundo a liderança petista, houve ainda supressão indevida do prazo regimental de vista na CCJ, sem regime de urgência e sem justificativa objetiva, restringindo o debate parlamentar e violando prerrogativas das minorias.

Anistia

Do lado da oposição, a aprovação foi tratada como uma vitória parcial. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que o texto não era o ideal, mas representava o

possível no atual contexto político. “Pulamos o primeiro degrau”, disse.

Já o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deixou claro que o partido não desistiu de uma anistia ampla. “A luta vai continuar até a gente anistiar todos esses injustiçados”, afirmou, projetando o debate para o próximo ano legislativo.

Embora apresentado como um ajuste técnico, o projeto é atravessado pela figura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). As mudanças podem beneficiar réus como o ex-presidente e militares como Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses em uma sala da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. O ministro Alexandre de Moraes (STF) autorizou sessões diárias de fisioterapia respiratória e motora, o recebimento de cartas e encomendas, visitas regulares da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e uma entrevista ao portal Metrôpoles, marcada para 23 de dezembro.

Na noite da aprovação do projeto, o senador Flávio Bolsonaro comemorou o resultado como “o que era possível” no atual contexto. Já o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, afirmou que a aprovação é apenas o primeiro passo e que a oposição seguirá defendendo uma “anistia ampla, geral e irrestrita”.

Desgaste

Para especialistas ouvidos pela reportagem, o anúncio de veto presidencial não encerra a controvérsia em torno do PL da Do-

simetria e, ao contrário, tende a deslocar o embate para 2026, com forte judicialização no Supremo Tribunal Federal (STF).

O advogado e analista político Melillo Dinis avalia que, caso o veto seja total, o texto não produz efeitos imediatos, mas permanece vivo no Congresso. “Com o veto presidencial, a legislação não entra em vigor. Teria que aguardar a derrubada do veto pelo Congresso Nacional, o que, no cenário atual, é uma tendência”, afirma.

Segundo Dinis, mesmo antes de eventual derrubada do veto, o projeto já reúne elementos suficientes para ser questionado no STF. Ele aponta vícios formais no processo legislativo, especialmente na forma como o Senado tratou mudanças substanciais como se fossem de redação. “Há razões formais, como a classificação equivocada de emenda de mérito, que deveria devolver o texto à Câmara, e há razões de conteúdo, como a violação do princípio da igualdade”, diz.

Escolha estratégica

Do ponto de vista político, o especialista vê a votação como fruto de uma escolha estratégica do governo no Senado. “O acordo foi feito dessa forma para aprovar a pauta econômica do governo, que passou de forma expedita para ampliar a arrecadação federal”, afirma. Para ele, o desgaste público decorre da própria desorganização interna. “Atrito é a marca da articulação do governo. Eles não se entendem e, enquanto isso, a caravana da oposição passa.”

Na mesma linha, o doutor em Direito Constitucional Guilherme Barcelos, sócio do Barcelos Alarcon Advogados, avalia que o episódio revelou uma desarticulação profunda dentro do próprio governo.

“Harmonia não há nem internamente. Houve parlamentares do partido do governo que votaram a favor do projeto e, ao mesmo tempo, integrantes do governo anunciam que vão ao STF questionar a lei. Isso não faz muito sentido”, afirma.

Para Barcelos, o veto presidencial não reverte o desgaste já produzido. “O desgaste foi do governo, a partir dos seus próceres no Parlamento e na articulação política. O veto é apenas o exercício de uma prerrogativa constitucional do presidente”, diz.

Na leitura do constitucionalista, o ônus político do episódio recai majoritariamente sobre o Planalto. “Agora, o ônus é todo do governo. O Congresso pode até derrubar o veto no próximo ano, mas a crise política já está posta”, conclui.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula afirma que irá vetar a Dosimetria

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Em setembro, o então deputado fugiu para os EUA

Câmara nega informações sobre atestados de Ramagem

A Secretaria-Geral da Câmara dos Deputados se recusou a entregar informações relacionadas a supostos atestados médicos que teriam sido entregues pelo agora ex-deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) para justificar sua ausência entre 9 de setembro e 12 de dezembro. Condenado a 16 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal por participação na tentativa golpista, o parlamentar fugiu do Brasil ainda em setembro e foi para os Estados Unidos. O pedido de dados foi feito pelo titular do Correio Bastidores.

Para justificar a recusa, a Câmara citou a lei que regula o acesso a informações públicas e a um ato da Mesa Diretora que trata do mesmo tema.

Privacidade

Os artigos, parágrafos e incisos mencionados na recusa tratam de direito à privacidade, da não divulgação de determinadas informações pessoais, inclusive relacionadas a assuntos ligados à saúde da pessoa citada na requisição de informações.

O pedido incluiu questionamento sobre a origem dos atestados, se haviam sido emitidos por médicos da Câmara e se eventuais irregularidades seriam apuradas.

Bruno Spada - Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB)

Recurso apresentado

Diante da recusa, a coluna encaminhou um pedido de reconsideração baseado em artigos da mesma lei e da mesmo ato citados pela Secretaria-Geral da Câmara. A Lei 12.527, de 18/11/2011, e o Ato da Mesa n. 45, de 2012, dizem que não é preciso que o alvo da solicitação (no caso, Ramagem) autorize a divulgação de dados em determinados casos.

Entre as situações que dispensam a autorização prévia está a “proteção do interesse público e geral preponderante”.

Apuração de irregularidades

A lei é explícita ao afirmar que “a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa” não poderá ser invocada “com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância”.

Função pública

O ato da Mesa detalha condições que definem o “interesse público e geral preponderante” que permite a divulgação de informações relativas “à intimidade, vida privada, honra e imagem”. Isso se caracteriza quando decorrente “de investidura em cargo ou função pública” — até ontem, Ramagem era deputado.

Despesas

A autorização prévia também é dispensada quando os dados requeridos são acessórios “a informações de interesse geral e coletivo relacionadas ao controle social sobre as receitas e despesas da Câmara dos Deputados” ou vinculados “a atos e documentos atinentes ao exercício da atividade legislativa”.

Meio milhão

Levantamento feito pelo jornal O Globo mostrou que, desde que se ausentou do país, Ramagem gerou, para a Câmara, despesas que chegam a R\$ 532 mil. O valor inclui seu salário, verba de gabinete e cota parlamentar. Ou seja, as informações solicitadas têm a ver com o controle social de suas atividades.

Sem resposta

Em 25 de novembro, pedido de informações semelhante foi enviado pelo Correio Bastidores para a assessoria de imprensa da Câmara. A mensagem ressaltava que imagens de Ramagem nos EUA indicavam que ele não apresentava qualquer problema de saúde. A coluna aguarda respostas da assessoria e da Secretaria-Geral.

Pedro II e ditadura

Fundado em 1837, o Colégio Pedro II, instituição federal, deu ao prédio de sua reitoria, em São Cristóvão, o nome de Lincoln Bicalho Roque, um ex-aluno preso, torturado e assassinado pela ditadura militar. Sociólogo, ele fora aposentado compulsoriamente da UFRJ e ingressou na luta contra o regime.

Troca

Ele foi morto em 1973. Seu corpo, com 15 marcas de tiros, acabou jogado nas imediações do colégio. O nome de Lincoln agora está na fachada da reitoria (entre 1976 e 2011, o prédio homenageava o almirante Augusto Rademaker, também ex-aluno, que foi vice do ditador Emílio Garrastazu Médici).

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Cassado por faltas, Eduardo não perdeu direitos políticos

Câmara cassa Eduardo Bolsonaro e Ramagem

Mesa Diretora determina a perda dos mandatos

Gabriela Gallo

A Mesa da Câmara dos Deputados cassou os mandatos dos deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). A informação foi divulgada no Diário da Câmara nesta quinta-feira (18). O relator de ambos os processos foi o deputado federal Carlos Veras (PT-PE), primeiro-secretário da Mesa.

A Mesa determinou a perda de mandato por faltas de ambos os parlamentares — no caso de Eduardo “por ter deixado de comparecer, na presente sessão legislativa, a 1/3 das sessões deliberativas da Câmara” e no caso de Ramagem foram consideradas as futuras faltas que ele enfrentaria por ter sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Quem assume no lugar de Eduardo é o deputado Missionário José Olímpio (PL-SP) e no de Ramagem, o deputado Dr. Flávio (PL-RJ).

Ramagem perdeu os direitos políticos — ou seja, não poderá concorrer a disputa eleitoral de 2026 — por ter sido condenado criminalmente em processo com trânsito em julgado, onde não cabem mais recursos. Eduardo, por outro lado, não perdeu seus direitos políticos porque perdeu seu mandato por ato administrativo — somente pelas diversas faltas.

Após a decisão da Mesa Diretora, o líder do Partido Liberal

(PL) na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), declarou em conversa com a imprensa que se reunirá com o corpo técnico jurídico do partido para buscar recursos jurídicos para recorrer da decisão. Ele também criticou a decisão ter sido tomada pela Mesa Diretora da Casa e não em votação no plenário da Câmara dos Deputados.

“Para mim, é uma decisão lamentável onde vemos mandato parlamentar conquistado pelo escrutínio secreto, pelo voto popular, ser cassado sem que o plenário da Câmara delibere sobre isso, por membros da Mesa Diretora. Para mim, é uma total subserviência do poder Legislativo a alguns caprichos de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal”, reiterou Sóstenes.

Por outro lado, o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ) comemorou a decisão e disse que a Mesa Diretora acertou ao “extinguir a bancada dos foragidos”.

“À Mesa coube apenas declarar a vacância, sob pena de usurpação da competência do Judiciário e violação frontal à separação dos Poderes, pois o mandato parlamentar não é escudo contra a Justiça e nem salvo-conduto para o abandono das funções públicas”, escreveu Lindbergh em suas redes sociais.

Em março, Eduardo Bolsonaro foi para os Estados Unidos para tentar articular medidas que evitassem a prisão de seu pai.

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Divulgação

*Preços dos usados passaram a subir em ritmo acelerado*

Preço do carro usado dispara desde o início da pandemia

Quem acompanhou o mercado de veículos nos últimos anos percebeu que os carros usados tiveram uma valorização expressiva, sobretudo a partir da pandemia de Covid-19. A leitura do IBV Auto, índice que acompanha os preços dos veículos leves usados no país, em comparação com os valores dos carros zero-quilômetro medidos no IPC-Fipe, mostra que a alta dos usados foi mais intensa desde 2020.

Desde janeiro daquele ano, os preços dos usados passaram a subir em ritmo mais acelerado do que os dos carros novos. Nesse período, que compreende até novembro de 2025, os zero-quilômetro acumularam alta de 51,9%, enquanto os usados avançaram 80,5%.

Diferença expressiva

“Essa diferença tão expressiva entre a alta dos usados e dos carros novos reflete uma mudança clara no comportamento do consumidor ao longo dos últimos anos. Com fortes reajustes dos zero-quilômetro, especialmente durante a pandemia, o mercado de usados passou a concentrar uma demanda maior do que o habitual, o que ajuda a explicar por que os preços avançaram de forma tão acelerada”, afirma Roberto Padovani, economista-chefe do banco BV.

Divulgação

*O carro ganhou tudo novo, por fora e por dentro*

Zero-quilômetro

De acordo com o especialista, esse movimento está ligado ao avanço dos preços dos carros novos, que se intensificou durante a pandemia e reduziu o acesso de parte dos consumidores aos zero-quilômetro. Diante desse cenário, muitos optaram pelo mercado de usados como alternativa, aquecendo mais o segmento de seminovos. Mesmo caminhando juntos ao longo do tempo, os dois mercados não reagiram da mesma forma. A cada novo ciclo de reajustes nos preços dos carros novos, o mercado de usados respondeu com variações mais fortes.

Patamar

Hoje, mesmo com sinais de acomodação, os valores seguem em patamares historicamente elevados, especialmente entre os usados, que ainda sentem os efeitos do forte movimento de alta observado nos últimos anos. “Mesmo com um cenário mais estável recentemente, o consumidor ainda encontra preços elevados na hora de comprar um usado”, diz Jamil Ganan, diretor do BV.

R\$ 30 milhões

A plataforma Yalo, que faz vendas via agentes de Inteligência Artificial, registrou no Brasil, em apenas 7 dias, mais de R\$ 30 milhões em volume de vendas pelo WhatsApp na Black Friday. Atualmente, a companhia atende marcas como Nestlé, Coca-Cola Femsa, Kellanova, Colgate, Mondelez, entre outras

Plataforma

O valor corresponde exclusivamente às transações realizadas dentro da plataforma da Yalo, envolvendo campanhas personalizadas e conduzidas por grandes marcas da indústria e do varejo, que utilizam a tecnologia conversacional da empresa para escalar suas operações de vendas.

Canal de venda

O resultado da Black Friday registrado pela plataforma Yalo consolida o WhatsApp como um dos principais canais de vendas do varejo brasileiro e reforça a força do comércio conversacional impulsionado por IA, conectando indústrias, distribuidores e varejistas por meio de agentes inteligentes.

IA aplicada

“Esse resultado (registrado na Black Friday) mostra, na prática, como a Inteligência Artificial (IA) aplicada às jornadas conversacionais (nas ferramentas como o WhatsApp) deixou de ser tendência para se tornar motor real de receita para as empresas”, afirma Tiago Maldaner, gerente de Customer Success Brasil da Yalo.

Exportações

O avanço das exportações brasileiras para a China compensou a queda causada pelo tarifaço americano, iniciado em agosto, com sobretaxa de até 50% sobre as vendas para os Estados Unidos. De agosto a novembro, o valor das exportações para a China cresceu 28,6% em relação ao mesmo período de 2024.

Chineses

Comportamento parecido é observado em relação ao volume das vendas externas. Quando o destino são os portos e aeroportos chineses, a expansão chega a 30%. Já para os Estados Unidos, queda de 23,5%. O que diferencia o comportamento dos valores e dos volumes é o preço dos produtos exportados.

*Alan Henn, engenheiro eletricista e CEO da Voltera*

Energia: dicas para reduzir custos no próximo ano

É possível adotar hábitos mais sustentáveis no consumo

Por Martha Imenes

Entrar em 2026 com o pé direito pode significar mais do que fazer novas promessas: é também uma boa oportunidade para repensar a forma como se usa e se consome energia. Os últimos anos deixaram isso bem claro. Entre 2010 e 2024, o custo da energia no mercado cativo saltou 177%, enquanto a inflação no período ficou em 122%, segundo a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

Em 2025, o cenário continuou pressionado com reajuste acima da inflação, conforme o Boletim Focus do Banco Central (BC), e seis meses de bandeira vermelha, o que estendeu por mais tempo os custos extras na conta. Por isso, o fim do ano é um momento estratégico para agir.

Segundo o engenheiro Alan Henn, CEO da Voltera Energia, o primeiro passo é entender que energia não é apenas um insumo, mas um recurso estratégico. “A forma como consumimos energia reflete nossos hábitos, nossa cultura e até nossos valores. Reduzir custos é uma consequência natural de quem adota práticas mais conscientes e sustentáveis”, explica.

Antes de cortar gastos, é preciso entender como a energia está sendo usada. No ambiente doméstico, vale observar os vilões silenciosos, como: ar-condicionado mal regulado, lâmpadas antigas, aparelhos em stand-by e chuveiros elétricos

usados por longos períodos.

Migrar para o mercado livre de energia é uma das decisões mais eficazes para reduzir custos. Nessa modalidade, o consumidor pode escolher seu fornecedor e negociar preços, obtendo tarifas mais competitivas e previsíveis. “O mercado livre permite planejar, fugir da volatilidade das bandeiras tarifárias e, ainda, optar por fontes renováveis”.

Trocar lâmpadas por modelos LED, aproveitar a luz natural, desligar equipamentos fora do uso e regular o termostato de refrigeradores são ações simples que podem reduzir até 20% da conta.

“Economizar não é só gastar menos, é usar melhor. Cada quilowatt economizado é um passo em direção a um futuro mais sustentável”, completa.

“Começar 2026 reduzindo custos é, acima de tudo, evoluir. Com tecnologia, planejamento e escolhas mais conscientes, é possível crescer gastando menos energia e evitando desperdícios”, finaliza o especialista Alan Henn.

Antes de cortar gastos, é preciso entender como a energia está sendo usada. Como por exemplo: deixar luzes ligadas sem ninguém no cômodo, borracha da geladeira velha, usar o chuveiro no modo inverno em pleno calor, usar ar-condicionado mesmo em dias que o ventilador dá conta. São pequenas ações que aliviam o bolso.

Inmetro flagra 90 mil produtos natalinos com irregularidades

Instituto faz alerta ao pisca-pisca, alimentos e brinquedos de Natal

Por Martha Imenes

Luzes brilhando, árvore de Natal montada, brinquedos embalados, mesa arrumada, bebidas na geladeira, tudo arrumado para curtir a festa, certo? Não, não está. Segundo a Operação Natal Seguro, realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) em todo o país, 90.386 produtos pesquisados estavam com irregularidades entre os 725.230 fiscalizados ao longo do mês de novembro. “É um número bastante representativo”, disse à Agência Brasil o chefe da Divisão de Regulamentação e Qualidade Regulatória do Inmetro (Direq), Hercules Souza.

A ação ocorreu entre os dias 3 e 28 de novembro, com o apoio da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ-I). O objetivo foi verificar os produtos de grande demanda no período das festas de fim de ano, como brinquedos, luminárias decorativas (pisca-pisca), alimentos típicos da época e bebidas alcoólicas, entre outros.

Chamou a atenção dos fiscais o fato de que o maior número de irregularidades estava associado à comercialização de brinquedos sem registro obrigatório, isto é, sem apresentar o selo de conformidade do Inmetro que libera para o fabricante ou importador comercializar um brinquedo no mercado nacional.



Freepik

Luzes de Natal estão entre as principais irregularidades achadas pela Operação Natal Seguro

O selo é dado a produtos que atendem aos requisitos mínimos de segurança. A constatação de grande número de irregularidades estar relacionada a brinquedos “é bastante preocupante”, afirmou o chefe da Direq.

Dos 549 mil brinquedos fiscalizados, 82,4 mil apresentaram algum tipo de irregularidade, a ausência do selo de conformidade a mais frequente. Segundo Souza, o problema é uma evidência de que o produto não foi submetido aos ensaios para atender os requisitos de segurança exigidos pelo Inmetro.

Pisca-pisca

Além dos brinquedos com irregularidades, que são 15% dos itens fiscalizados, as luminárias tipo pisca-pisca também se destacaram entre os produtos problemáticos, com 7,28%.

“Essas luzes de Natal são também regulamentadas e devem apresentar informações na embalagem para o consumidor, entre as quais: nome, marca, se tem importador ou fabricante, razão social, endereço, potência máxima que pode ser utilizada, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), país de origem”, descreve Souza.

Ele acrescenta que todas essas informações devem estar escritas em português, e o produto necessita também ter um cabo

específico, determinado em norma técnica. “Nesse caso, a gente constatou muito problema de informação que não estava sendo dada de maneira adequada para o consumidor”.

Hercules Souza lembrou que, no caso desse tipo de luminárias de Natal, há uma série de orientações que devem ser verificadas pelo consumidor. O plugue da luminária, por exemplo, que é a parte que se prende à tomada, deve ter o selo de conformidade do Inmetro.

Ele cita que a tensão nominal, a potência e a corrente nominal em ampère são informações que também devem estar disponibilizadas para o consumidor.

Além disso, o chefe da divisão do Inmetro alerta que o próprio consumidor comete erros na utilização dessas luminárias e deve estar atento, por exemplo, para comprar um produto compatível com a rede elétrica de sua residência.

“Outra coisa que as pessoas não atentam é que essas luminárias têm de ser compradas para serem instaladas em um ambiente adequado. Tem luminárias para ambiente externo e interno. Para ambiente externo, em geral, elas têm um nível de proteção maior, porque estão mais expostas a intempéries”.

O barato que sempre pode sair caro

O chefe da Direq, Hercules Souza, afirmou que luzes pisca-pisca não devem ser posicionadas perto de cortinas ou outro material que possa propagar fogo. Outra coisa importante é lembrar ao consumidor que, se ele vai dormir, deve apagar as luminárias, além de não fazer emendas nem reparos na fiação.

Também deve-se ter atenção redobrada com os animais para evitar problemas e, em relação às mangueiras natalinas de lâmpadas incandescentes de LED, ele recomendou que devem ser usadas totalmente desenroladas, o que pode evitar problemas. “É bom deixar a casa bonita nessa época, com as luzes acendendo, mas também é bom usar de maneira adequada”.

Alimentos

Dentre os alimentos típicos das festas de fim de ano, o destaque pelos percentuais de irregularidades em relação ao total de produtos fiscalizados foi identi-

ficado nos produtos chamados pré-vendidos ou pré-embalados, como azeite (7,67%), azeitonas (7,32%), leite (3,73%), panetones (3,68%), frutas (2,83%), chocolate (2,62%), vinagre (2,12%) e bebidas alcoólicas (1,93%).

Municípios

Os maiores índices de não conformidade foram registrados em Guarulhos (SP) e Guarujá (SP), ambos apresentando 100% dos produtos fiscalizados fora do padrão. Em seguida, aparecem Indaial (SC), com 99%; Timbó (SC), com 89%; e Santana (AP), com 87%. Foram observados também percentuais elevados em Morro da Fumaça (SC), com 75%; Balneário Camboriú (SC), com 63%; Ariquemes (RO), com 55%; Piracanjuba (GO), com 54%; e Santa Helena (MA), com 39%.

Penalidades

Os estabelecimentos onde foram detectadas irregularidades

são autuados pelos órgãos delegados do Inmetro, mas podem recorrer administrativamente, como prevê a lei.

Eles estão sujeitos a multas que variam de R\$ 100 a R\$ 1,5 milhão, dependendo do grau de irregularidade, e são levados em conta também, para aplicação de multa, o tamanho do estabelecimento, o grau de irregularidade detectada e o grau de reincidência, entre outros fatores.

Segundo enfatizou Hercules Souza, o maior interesse do Inmetro é a mudança de comportamento do consumidor.

“Que ele de fato entenda que um produto seguro é melhor para adquirir no mercado. A gente entende que o consumidor deve ser parceiro, não comprando produtos em estabelecimentos irregulares. Além disso, o consumidor deve estar atento e exigir sempre a nota fiscal”. E alertou: “Comprar barato acaba saindo caro, porque esse produto não atende aos requisitos de segurança”.



Doivulgação/Mapa

Azeite é um dos itens mais falsificados, segundo o Inmetro

JORNAL DO APOSENTADO

POR MARTHA IMENES

Ascom/Divulgação



Gilberto Waller falou sobre integridade em evento no INSS

Viva Integridade: INSS reafirma compromisso contra fraudes

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizou, em Brasília, o evento “Viva Integridade”. A iniciativa de formação institucional reúne diretores, coordenadores, superintendentes e gestores do INSS, além de renomados especialistas em compliance e integridade, para discutir o fortalecimento da ética, da transparência e o combate à fraudes na autarquia, como uma diretriz de governança da atual administração do instituto. Durante a abertura do evento, o presidente do INSS, Gilberto Waller, afirmou que o INSS trabalha no fortalecimento dos sistemas de controle interno para evitar fraudes. “Sem integridade, a gente não consegue virar a página. Esse dinheiro do INSS não é nosso. Esse dinheiro é do nosso aposentado”.

Compromisso da autarquia

Ele também reiterou o compromisso da autarquia com a defesa dos aposentados e pensionistas e reforçou a urgência da integridade como caminho para a mudança. Ele enfatizou a responsabilidade do INSS com o dinheiro público: “O INSS tem como função principal prestar bem um serviço público e, se alguém está desviando essa situação, nós temos que ser os primeiros a segurar esse dinheiro”, afirmou. “O lado é único: é o lado do nosso segurado”.

Ascom/INSS



Diretora de Governança, Carolina Carballido

Interesse público

A diretora de Governança, Planejamento e Inovação do INSS, Carolina Souto Carballido, falou da motivação do evento. “Precisamos construir instituições nas quais a sociedade tenha confiança. A gente tem que entregar o melhor da gente, a vida que a sociedade merece e espera de servidores públicos que escolheram servir essa sociedade”, afirmou. Ela reforçou que “o interesse público tem que ser respeitado na administração pública, é o interesse público acima dos interesses pessoais de terceiros e dos interesses particulares. No INSS sempre vai prevalecer o interesse público.”

Foco na mudança

Waller concluiu com uma mensagem de esperança e um chamado à ação: “Tenho muita esperança, muita expectativa que este evento hoje, o ‘Viva Integridade’, seja um divisor de águas para dentro do INSS, para que a gente pense a integridade com foco na mudança e na melhoria dos processos e procedimentos. A gente precisa ter na Casa uma cultura de integridade.”

Entidades fechadas

Entre dezembro de 2024 e setembro de 2025, os planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) saíram de um déficit de R\$ 9,88 bilhões para um superávit de cerca de R\$ 10 milhões. No mesmo período, o número de planos com déficit reduziu de 283 para 233.

Acumulado

No mesmo período, segundo a Previc, 447 planos apresentaram superávit técnico acumulado. Esse desempenho demonstra perspectivas favoráveis para o futuro do setor. Os dados foram publicados no Relatório Gerencial de Previdência Complementar (RGPC) do terceiro trimestre de 2025.

Selic a 15%

A publicação apresenta as principais informações sobre as entidades fechadas e abertas de previdência complementar, com a finalidade de acompanhar e dar transparência à evolução dessas entidades e de seus planos de benefícios. A manutenção da taxa Selic em 15% influenciou positivamente os investimentos.

Curva de juros

A curva de juros de longo prazo gerou reflexo positivo para os títulos públicos, classe de ativos correspondente a cerca de 84% do total dos investimentos do segmento fechado de previdência complementar. Na mesma direção, a bolsa de valores brasileira apresentou uma performance positiva acumulada de 21,5% no terceiro trimestre de 2025.

Investimentos

A rentabilidade acumulada das EFPC, no período de 2016 a setembro de 2025, foi da ordem de 179%, enquanto o segmento aberto alcançou o retorno de 135,5% no mesmo período. Essa diferença pode ser explicada pelas taxas de administração menores do segmento fechado, bem como pela carteira de investimentos.

47 entidades

Segundo dados do RGPC, 27 entidades administram 49 planos de previdência complementar para servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, alcançando 1.169 patrocinadores. A cobertura previdenciária é de cerca de 265 mil servidores e o patrimônio é de aproximadamente R\$ 26,5 bi.



Fila local no INSS diminuiu, mas a virtual disparou

INSS ficou sem sistema por 114 dias, diz sindicato

Fila virtual já contava com 2,86 milhões de pessoas em outubro

Por Martha Imenes

Com uma fila com 2,86 milhões de pessoas, sendo 50% de benefícios por incapacidade, à espera de uma resposta, segundo dados do portal da Transparência de outubro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o órgão padece de um mal que faz com que a população que precisa de um benefício previdenciário amargue meses de espera: as paradas de sistema. Denúncia feita pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Seguro Social e Previdência (SINSSP-BR) mostra que não só segurados, mas servidores do INSS continuam sendo prejudicados, sem poder trabalhar devido as falhas constantes dos sistemas e sem o abatimento correto das metas.

No dia 9 passado vários servidores relataram nos grupos de WhatsApp que nos dias 8 e 9 ocorreram muitas instabilidades com o Portal de Atendimento (PAT) que não anexava arquivos, não permitia acesso, porém o INSS não registrou no comunicado Janela de Incidentes do INSS.

O instituto deixou de enviar o comunicado de incidente grave e passou a disponibilizar os dados via plataforma, porém o novo formato de divulgação não disponibiliza o horário em que a chamada de indisponibilidade foi encerrada.

“É importante lembrar que no dia 12 de novembro o SINSS-

P-BR emitiu um ofício ao INSS solicitando que o instituto exibisse informações completas, incluindo data e hora de encerramento na Janela de Incidentes do INSS”, informa em nota.

De acordo com o sindicato, os servidores do INSS trabalharam 114 dias com os sistemas do INSS caindo ou falhando diariamente. O recorde de funcionamento normal é de apenas 120 dias. A contagem de falhas de sistemas foi iniciada no dia 10 de março de 2025.

Todos os incidentes reportados pelos próprios servidores impossibilitaram a realização dos trabalhos.

“Com os sistemas do INSS instáveis ou parados, os servidores não conseguem trabalhar e muito menos atingir as metas, dificultando ainda mais para os servidores pagar o período de greve, ou pagar o recesso de final de ano”, explica o SINSSP.

Ele explica que “esses problemas relatados se referem aos sistemas necessários aos procedimentos dos fluxos de trabalho não automatizados que impactam o trabalho do servidor. Mas é possível que haja reflexos nos fluxos automatizados, onde benefícios são analisados de forma automática”.

Procurados, Dataprev (empresa de tecnologia do governo federal) e INSS não se manifestaram sobre o impacto nas concessões e nas metas.

Calendário de pagamentos do INSS de 2026 está disponível

Para segurados, pensionistas e beneficiários que recebem até um mínimo, os pagamentos começarão no dia 26 de janeiro

Conferência de idosos debate qualidade de vida e direitos

Da redação

Aposentadas e aposentados bancários, ao lado de representantes de diversas categorias filiadas à CUT, estão em Brasília para participar da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (6ª Conadipi). O encontro foi promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

“O movimento sindical sempre esteve na linha de frente da luta pelos direitos sociais, e isso inclui o direito de envelhecer com dignidade. Estar na Conadipi é garantir que a voz dos aposentados e aposentadas seja ouvida na formulação de políticas públicas que respeitem nossa trajetória e assegurem direitos para as próximas gerações”, afirma Elias Jordão, coordenador do Coletivo Nacional de Aposentadas e Aposentados da Contraf-CUT.

“A 6ª Conadipi é um espaço fundamental para reafirmar que as pessoas aposentadas, pensionistas e idosas não podem ser invisibilizadas. Estamos aqui para defender políticas públicas que garantam direitos, combatam as desigualdades e assegurem um envelhecimento com dignidade, participação social e respeito. O Estado precisa olhar para o envelhecimento da população como prioridade, ouvindo quem construiu este país com trabalho e luta”, afirmou Ari Aloraldo do Nascimento, da CUT.

TABELA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS 2026

Benefícios até 01 salário mínimo	Final	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26
	1	22/dez	26/jan	23/fev	25/mar	24/abr	25/mai	24/jun	27/jul	25/ago	24/set	26/out	24/nov	22/dez
	2	23/dez	27/jan	24/fev	26/mar	27/abr	26/mai	25/jun	28/jul	26/ago	25/set	27/out	25/nov	23/dez
	3	26/dez	28/jan	25/fev	27/mar	28/abr	27/mai	26/jun	29/jul	27/ago	28/set	28/out	26/nov	28/dez
	4	29/dez	29/jan	26/fev	30/mar	29/abr	28/mai	29/jun	30/jul	28/ago	29/set	29/out	27/nov	29/dez
	5	30/dez	30/jan	27/fev	31/mar	30/abr	29/mai	30/jun	31/jul	31/ago	30/set	30/out	30/nov	30/dez
	6	02/jan	02/fev	02/mar	01/abr	04/mai	01/jun	01/jul	03/ago	01/set	01/out	03/nov	01/dez	04/jan
	7	05/jan	03/fev	03/mar	02/abr	05/mai	02/jun	02/jul	04/ago	02/set	02/out	04/nov	02/dez	05/jan
	8	06/jan	04/fev	04/mar	06/abr	06/mai	03/jun	03/jul	05/ago	03/set	05/out	05/nov	03/dez	06/jan
	9	07/jan	05/fev	05/mar	07/abr	07/mai	05/jun	06/jul	06/ago	04/set	06/out	06/nov	04/dez	07/jan
	0	08/jan	06/fev	06/mar	08/abr	08/mai	08/jun	07/jul	07/ago	08/set	07/out	09/nov	07/dez	08/jan

Acima de 01 salário	Final	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26
	1 e 6	02/jan	02/fev	02/mar	01/abr	02/mai	01/jun	01/jul	03/ago	01/set	01/out	03/nov	01/dez	04/jan
	2 e 7	05/jan	03/fev	03/mar	02/abr	05/mai	02/jun	02/jul	04/ago	02/set	02/out	04/nov	02/dez	05/jan
	3 e 8	06/jan	04/fev	04/mar	06/abr	06/mai	03/jun	03/jul	05/ago	03/set	05/out	05/nov	03/dez	06/jan
	4 e 9	07/jan	05/fev	05/mar	07/abr	07/mai	05/jun	06/jul	06/ago	04/set	06/out	06/nov	04/dez	07/jan
	5 e 0	08/jan	06/fev	06/mar	08/abr	08/mai	08/jun	07/jul	07/ago	08/set	07/out	09/nov	07/dez	08/jan

Por Martha Imenes

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgou o calendário de pagamentos de aposentadorias, pensões e auxílios pagos pelo instituto do próximo ano. Para os segurados que recebem até um salário mínimo, os pagamentos referentes a janeiro começarão no dia 26 de janeiro e seguirão até 6 de fevereiro. Já para os beneficiários com

renda mensal acima do piso nacional, os pagamentos de janeiro serão feitos entre 2 e 6 de fevereiro. O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço. Para quem ganha até o mínimo, o calendário começa com benefício com final 1. Para os que recebem acima desse valor o calendário inicia com benefí-

cios terminados em 1 e 6. Importante destacar que o calendário de 2026 ainda constam os pagamentos de dezembro de 2025 porque as datas avançam para o ano posterior.

Como consultar

Os segurados que têm acesso à internet podem acessar o site Meu INSS. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de “Extrato de Pagamento”. É pos-

sível ter acesso ao extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício. A consulta também pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS, disponível para aparelhos com sistemas Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer login e senha. Depois disso, todos os serviços disponíveis e o histórico das informações do beneficiário serão listados.

Entregadores por aplicativo

O Ministério da Previdência Social passou a integrar o Grupo de Trabalho Técnico Interministerial (GTTI) que vai discutir propostas relacionadas à regulamentação e à proteção social de trabalhadores e entregadores por aplicativo. Durante o encontro, realizado no Palácio do Planalto, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, ressaltou a importância da atuação do governo na mediação das relações de trabalho e na proteção dos trabalhadores. “A constituição desse grupo de trabalho é importante para avançarmos em um tema atual e fundamental, garantindo a proteção dos trabalhadores por aplicativo”, afirmou. O ministro destacou que o objetivo é ampliar o debate sobre proteção social aos informais. “Enquanto estão jovens e saudáveis, muitos não se preocupam com a aposentadoria,

mas a Previdência Social se torna essencial em situações de acidente ou quando não é mais possível trabalhar”, acrescentou. Também participaram da reunião o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos; a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; o secretário nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, representando o Ministério do Trabalho e Emprego; Thomas Paris Caldellas, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Rodrigo Leite, do Ministério da Saúde; Marco Antonio Félix, do Ministério do Empreendedorismo; o procurador do Ministério Público do Trabalho Rodrigo Barbosa de Castilho; e Renata Dutra, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Reunião entre membros do governo e trabalhadores

Ao abrir a 6ª Conadipi, a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, ressaltou que o envelhecimento é um processo plural e diverso. “Não existe uma única velhice. Existem muitas formas de viver o tempo. Infelizmente, ainda temos muitas pessoas e grupos no nosso país que não têm condição de envelhecer. Nossa luta é para que todas as pessoas tenham direito ao envelhecimento de qualidade”, afirmou. A ministra celebrou ainda o retorno presencial da conferência após nove anos e destacou a centralidade da participação popular na formulação de políticas públicas eficazes. A ministra lembrou o papel fundamental das pessoas idosas na construção da Seguridade Social e das conquistas inscritas na Constituição de 1988, no SUS, no Suas (Sistema Único de Assistência Social) e no Estatuto da Pessoa Idosa. “Somos memória viva do país: memória das lutas, das dores e das conquistas. Mas somos também força política em movimento”, destacou.

CORREIO NO MUNDO

Marcos Correa/ PR



Em meio a conflitos com EUA, Wang Yi apoiou a Venezuela

Chanceler chinês reforça apoio estratégico à Venezuela

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, reafirmou o apoio de Pequim ao regime de Nicolás Maduro em ligação telefônica com seu homólogo venezuelano, Yván Gil. O chanceler chinês classificou a relação entre os dois países como uma “tradição de confiança mútua” e disparou críticas ao que chamou de “bullying unilateral” exercido por potências externas, em um movimento que solidifica o eixo de resistência às sanções de Washington.

Wang também afirmou que apoia a defesa da soberania e da dignidade nacional, além de se opor ao unilateralismo, segundo comunicado do Ministério das Relações Exteriores em Pequim.

Momento de asfixia diplomática

A conversa, realizada a pedido de Caracas, ocorre em um momento de asfixia diplomática e econômica sobre a Venezuela. O governo Trump tem promovido um cerco militar contra o país sob as justificativas de segurança nacional, combate ao narcotráfico e reparação econômica. Como parte da pressão, Washington tem atacado barcos no Pacífico supostamente ligados ao tráfico de drogas.

Por Victoria Damasceno (Folhapress)

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Reformas trabalhistas de Milei geraram protestos

Sindicatos da Argentina protestam

Javier Milei esperou 24 horas, após sair vitorioso das eleições legislativas de outubro, para anunciar que tentaria tirar da gaveta seu projeto de reforma trabalhista. Em uma mobilização em frente à Casa Rosada na quinta (18), representantes da CGT (Confederação Geral do Trabalho), organizaram um protesto contra as mudanças nas leis. O evento, reunindo líderes de diferentes categorias -como professores, bancários e trabalhadores de obras sanitárias-, começou às 15h e foi o primeiro protesto convocado pela nova liderança da CGT: Jorge Sola, Cristian Jerónimo e Octavio Argüello.

Segurança reforçada na praça de Maio

Endereço da sede de governo, a praça de Maio foi cercada por policiais, com segurança reforçada. O esquema de trânsito foi modificado. Empoderado pela vitória de seu partido, A Liberdade Avança, nas eleições legislativas, Milei pressiona para que o novo Congresso avance nas reformas que ele tenta emplacar desde que chegou ao governo, em 2023.

Por Douglas Gavras (Folhapress)

Apoio aos artistas

O governo da Irlanda anunciou que, a partir de 2026, o programa de renda básica voltado a profissionais das artes será uma política pública permanente no país. A decisão foi tomada após avaliação dos resultados do projeto experimental BIA -sigla em inglês para renda básica para artista-, que se estendeu entre 2022 e 2025.

Pagamentos

Hoje, cerca de 2.000 artistas recebem um pagamento semanal em torno de 325 euros, cerca de R\$ 2.100. A proposta é oferecer segurança financeira mínima para que essas pessoas possam dedicar a criação artística com maior estabilidade. O projeto atualmente custa 25 milhões de euros ao governo.

Deu resultados

O país pretende aumentar o número de beneficiários para 2.200, mas mais de 8.200 pessoas se inscreveram para participar do piloto em 2022 -o que causou polêmica com candidatos não contemplados. Ao longo dos testes, os participantes tiveram melhora na renda, saúde mental e redução na busca por benefícios sociais.

Fala polêmica

A chefe de gabinete da Casa Branca, Susie Wiles, disse em entrevista publicada pela revista Vanity Fair que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem “personalidade de alcoólatra”, que o vice, J. D. Vance, é um “teórico da conspiração”, e que a secretária de Justiça, Pam Bondi, “fez burrada” ao lidar com o caso Jeffrey Epstein.

Entrevista rara

Chris Wipple, jornalista que assina as reportagens na Vanity Fair, admitiu no texto que “a maioria das autoridades da Casa Branca só fala com a imprensa em off [sem autorizar citação do nome] ou muito ocasionalmente. Wiles, no entanto, respondeu abertamente quase todas as perguntas que lhe fiz”.

Mulher poderosa

Chris Wipple conversou com Wiles ao longo de todo o ano, um raro nível de acesso ao centro do poder nos EUA. Primeira mulher na história dos EUA a ocupar o cargo, Wiles é considerada a pessoa mais poderosa na Casa Branca depois de Trump.

Por Victor Lacombe (Folhapress)



Lukachenko trouxe um novo capítulo para a tensão mundial

Lukachenko afirma que Rússia enviou supermíssil

Ditador da Belarus disse ter recebido Orechnik de Putin

Por Igor Gielow (Folhapress)

O ditador da Belarus, Aleksandr Lukachenko, disse nesta quinta-feira (18) que o primeiro regimento com o novo supermíssil da aliada Rússia, o Orechnik, foi ativado na véspera e “está em alerta de combate”. “As primeiras posições já foram equipadas com o sistema de míssil Orechnik”, afirmou Lukachenko durante um pronunciamento à nação. Ele havia dito no mês passado que a arma seria trazida para seu país até o fim de 2025, para ceticismo de observadores.

Em Moscou, durante sua prestação de contas anual ao Ministério da Defesa, o chefe do Estado-Maior russo, general Valeri Gerasimov, afirmou que o míssil havia sido entregue para operação e que estaria ativo no começo de 2026, mas não citou Belarus.

O Orechnik, aveleira em russo, é uma arma que foi mostrada ao mundo por Putin em novembro de 2024, quando foi empregada em um ataque à cidade ucraniana de Dnipro. Sempre que pode, como na quarta (17), o presidente faz propaganda e diz que a arma é uma das garantias vitais para a segurança da Rússia. Desenhado para ataques nucleares, é um míssil balístico de alcance intermediário, o que pode ser qualquer um de 550 km a 5.000 km.

Ele carrega seis ogivas com submunições, como foi possível ver em vídeo do ataque do ano passado -que não usou explosivos, apenas a força cinética do impacto vindo de

fora da atmosfera a Mach 11 (13,5 mil km/h).

Ele foi usado em uma simulação durante manobras militares conjuntas entre Rússia e Belarus em setembro, causando alarme nos vizinhos da Otan. No exercício, foi praticado o lançamento dele com ogivas nucleares táticas, aquelas para emprego em campo de batalha.

Lukachenko não disse se o regimento que recebeu, presumivelmente operado pelos russos, será equipado com bombas nucleares ou convencionais.

Em 2023, Putin enviou ogivas táticas ao vizinho, sem especificar se para equipar mísseis balísticos de curto alcance Iskander-M ou aviões de ataque Su-25, causando protestos: a Polônia pediu para que os EUA equipassem o país com essas armas. É o tipo de escalada que remonta à Guerra Fria. Em 1983, os americanos responderam à entrada em operação dos mísseis intermediários soviéticos SS-20, capazes de atingir capitais europeias, com a instalação dos equivalentes Pershing-2 na Alemanha. O resultado foi uma crise de confiança num dos mais perigosos anos do conflito entre as então superpotências, tão grave que quatro anos depois EUA e União Soviética assinaram um tratado banindo essas armas rápidas e certeiras do teatro europeu.

Em 2019, Donald Trump em primeiro mandato determinou a saída dos EUA do tratado INF, sigla inglesa para Forças Nucleares Intermediárias. Putin o deixou neste ano.

Entenda em 10 pontos o acordo comercial entre o Mercosul e a UE

Primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni se juntou a Macron contra o acordo

Por Maeli Prado (Folhapress)

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia foi adiado para janeiro de 2026, após a conclusão do tratado encontrar uma oposição de peso: o posicionamento da primeira-ministra da Itália Giorgia Meloni, que indicou que vai aderir ao grupo de insatisfeitos com o pacto, liderado pela França.

O posicionamento pode adiar a assinatura do documento, objeto de negociações que se arrastam por mais de duas décadas, e que implementam um tratado que abarcaria um mercado de aproximadamente 720 milhões de pessoas.

O assunto foi discutido no chamado triálogo, que reúne representantes do Parlamento, do Conselho e da Comissão Europeia. Chegou-se a um texto final, que agrega o acordo desenhado pela Comissão acrescido das salvaguardas aprovados no Parlamento.

A União Europeia é atualmente o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, depois da China e à frente dos Estados Unidos. Em 2023, a União Europeia representou 16,9% do comércio total do Mercosul.

O que é um tratado de livre-comércio?

É um acordo entre países ou blocos de países que tem como objetivo reduzir ou zerar tarifas e eliminar outras barreiras de importação e exportação.

Quando as negociações começaram?

O acordo começou a ser negociado em 1999 na Cúpula Mercosul-UE no Rio de Janeiro, quando foi anunciado o objetivo de se iniciar negociações do tratado. As negociações entre UE e Mercosul foram inicialmente concluídas em 2019, mas o texto foi reaberto e aprovado apenas em dezembro de 2024.

De lá para cá, o Parlamento Europeu aprovou regras mais severas para monitoramento de preços dos produtos comercializados dentro do bloco, sujeitos a investigações e sanções em caso de prejuízo a produtores agrícolas. Mas isso foi insuficiente para aplacar os temores dos países europeus, receosos dos eventuais prejuízos causados pelas importações de produtos do Mercosul.

O que o acordo prevê?

No caso do Mercosul, o acordo prevê a eliminação de tarifas que, a depender do setor, pode ser imediata ou gradual ao longo de prazos que variam de 4 a 15 anos (com exceções para o setor automotivo). Isso cobre aproximadamente 91% dos bens das importações brasileiras de produtos da UE.

Para a União Europeia, a liberação é prevista de forma imediata ou gradual em prazos que variam de 4 a 12 anos. Os produtos afetados correspondem a aproximadamente 95% dos bens brasileiros exportados ao bloco europeu.



Ricardo Stuckert/PR

Giorgia Meloni se juntou à oposição e votação do acordo foi adiada para 2026

Há ainda produtos sujeitos a cotas, principalmente os da agroindústria. Nesse caso, eles representam 3% dos bens brasileiros exportados à UE.

O acordo também trata de serviços, investimentos, compras governamentais, medidas sanitárias e de propriedade intelectual.

Se for assinado, quais os próximos passos?

Para facilitar a aprovação, houve uma divisão: o acordo comercial foi separado do político. Como as questões de comércio exterior são de competência da União Europeia, não haveria a necessidade de aprovação por cada um dos Estados membros. Seria suficiente, então, a aprovação pelo Parlamento Europeu. Do lado do Mercosul, será necessária a aprovação dos integrantes - no Brasil, o processo envolve Poderes Executivo e Legislativo.

Há ainda a possibilidade de judicialização no âmbito europeu. Um pequeno grupo de parlamentares europeus, que se opõem ao tratado, quer levar o documento à Corte de Justiça da UE, mais alta instância jurídica do bloco. Resolução nesse sentido está retida na mesa da presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, que promete levar o assunto a plenário "no tempo certo".

Outra perspectiva de o assunto parar nos tribunais pode ocorrer quando o acordo for apreciado nos Parlamentos nacionais. Rejeição de qualquer ordem pode servir de argumento para confrontar judicialmente a legalidade do acordo inteiro, comprometendo a parte comercial. Seria outro processo que consumiria anos.

Quais são as salvaguardas?

O Parlamento Europeu aprovou em 16 de dezembro deste ano uma série de salvaguardas (medidas de proteção comercial) mais rígidas para amenizar a intransigência da França, principal opositora ao tratado, mas estas foram consideradas insuficientes pelos países.

Pelas regras, Bruxelas lançaria uma investigação em caso de flutuação excessiva nos preços de mercadorias sensíveis e exigiria também que os produtos do Mercosul fossem sancionados se não cumprirem os exigentes padrões sanitários e ambientais do bloco.

Se um artigo importado do Mercosul chegar à Europa com uma diferença de preço 5% maior do que a média dos últimos três anos ou se o volume da cota isenta variar também mais do que 5%, o gatilho para investigação seria acionado.

Os produtos que mais preocupam os legisladores europeus são a carne bovina e de aves, em que o Brasil é um dos maiores produtores, e o açúcar. Teme-se uma invasão de produtos sul-americanos em caso de problemas na cadeia de produção agrícola europeia. Por isso a promessa de Bruxelas de monitoramento "quase em tempo real" dos mercados.

Quem ganha e quem perde com o acordo?

O acordo criaria um mercado comum de 722 milhões de pessoas, com economias que juntas somam US\$ 22 trilhões, segundo o governo brasileiro.

Um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) calcula que o acordo provocaria um crescimento de 0,46% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro até 2040. Em termos relativos, aponta o levantamento, o Brasil obteria ganhos maiores que os países da União Europeia (aumento de 0,06% no PIB) e dos demais países do Mercosul (alta de 0,20%).

Para o Mercosul, uma das principais vantagens é que as tarifas de importação de 77% dos produtos agropecuários enviados para a UE seriam eliminadas, beneficiando principalmente carnes suína e de frango, pecuária bovina, frutas e vegetais.

Na outra ponta, há setores no Brasil com impacto negativo, como equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos, produtos farmacêuticos, têxteis e produtos metalúrgicos, que seriam os mais prejudicados, segundo o Ipea.

Já a União Europeia teria acesso ao gigantesco e atualmente bastante protegido mercado dos países do Mercosul, ampliando a demanda por seus produtos.

Um ponto importante que vem servindo de argumento para o avanço no acordo é que o tratado é uma forma de compensar a perda de comércio devido às tarifas impostas por Donald Trump ao mundo.

Como funciona o acordo automotivo dentro do tratado?

O setor automotivo teria um período de eliminação tarifária mais longo, com o objetivo de atenuar o impacto da entrada de carros e partes europeus em condições mais competitivas no Mercosul. A eliminação de tarifas para veículos a combustão segue sendo de 15 anos, mas passou para 18 anos no caso dos carros eletrificados. Para veículos a hidrogênio, o prazo foi fixado em 25 anos, com 6 anos de carência.

Ainda no setor automotivo, foi incluída uma salvaguarda que poderia ser acionada caso o aumento de importação de carros da Europa cause danos à indústria nacional. Nessa hipótese, o Brasil poderia suspender o cronograma e re aplicar a tarifa de 35% por um período de 3 anos, que pode ser renovado por mais 2 anos.

O que o acordo prevê para o agronegócio?

As tarifas de importação de 77% dos produtos agropecuários que a União Europeia adquire do Mercosul seriam eliminadas gradualmente.

Isso permitiria que o agro aumente as exportações de itens como café, frutas, peixes, crustáceos e óleos vegetais, cujas taxas de importação seriam gradualmente zeradas pela União Europeia.

O que o acordo prevê em termos de combate às mudanças climáticas?

O acordo prevê que o Acordo de Paris, tratado internacional de combate às mudanças climáticas, é um elemento essencial do relacionamento entre União Europeia e Mercosul. O acordo poderia ser suspenso caso uma das partes esteja em grave violação do acordo de Paris ou decida abandoná-lo.

Um fundo de 1,8 bilhão de euros de apoio da UE facilitaria ações mutuamente benéficas para a transição verde e digital justa nos países do Mercosul, como parte do Global Gateway. Isso garantiria o desenvolvimento de indústrias locais, equipando os países do Mercosul com as capacidades industriais necessárias para enfrentar os desafios futuros.

Por que o acordo foi renegociado?

As conclusões das negociações ocorreram pela primeira vez em meados de 2019, ainda no governo Jair Bolsonaro (PL). No entanto, houve forte oposição na Europa contra a política e as declarações antiambientais do então líder brasileiro.

Como resultado, o acordo ficou anos na gaveta, sem ser enviado para análise do Parlamento Europeu ou dos Legislativos do países do Mercosul.

Com a chegada do presidente Lula (PT) ao poder, parte das resistências sobre meio ambiente foi contornada, mas o Mercosul e a UE reabriram as negociações para mudar itens relacionados às exigências ambientais e à política de compras governamentais.

CORREIO ESPORTIVO

Matheus Lima/Vasco



Fernando Diniz pode consolidar papel de “exorcista” no Rio

Vasco tentará exorcizar trauma de 25 anos contra o Corinthians

Neste domingo, o Vasco recebe o Corinthians no Maracanã pelo jogo de volta da Copa do Brasil 2025. Além de tentar encerrar um jejum de 14 anos sem títulos nacionais, o Cruzmaltino busca dar fim a um tabu incômodo. Ao longo da história, em sete decisões entre os clubes, o Vasco só superou o Corinthians em uma delas. A vitória ocorreu na semifinal do Torneio Octogonal Rivadavia Corrêa Meyer de 1953 - torneio sucessor da Copa Rio, clamada como Mundial por Palmeiras e Fluminense - quando venceu as duas partidas e se classificou para a final, onde venceu o São Paulo. O resultado mais sofrido foi na final do Mundial de 2000, há 25 anos, justamente no Maracanã. A equipe de Fernando Diniz tentará exorcizar esse fantasma com o apoio da torcida.

Final marcada pelo misticismo

O Corinthians já informou que jogará com a camisa branca, assim como há 25 anos. O uniforme, por sinal, é uma homenagem àquele título. É apenas um dos misticismos que rondam essa final. Já o Vasco se apoia justamente no papel de “exorcista” que Diniz teve no Fluminense. Além de ter conquistado a Libertadores no Maracanã, após o trauma tricolor de 2008, ele também venceu a LDU na Recopa Sul-Americana de 2023. Será que ele vai repetir o feito pelo Vasco?

Adriano Fontes/Flamengo



Ano rubro-negro teve quatro conquistas e muito dinheiro

Fla arrecada mais de R\$ 400 milhões

O Flamengo terminou sua jornada em 2025 com derrota para o PSG, nos pênaltis, na final do Mundial. Mesmo com o revés, o clube chegou a valores muito expressivos em premiações na temporada. São mais de R\$ 400 milhões. Neste ano, o Flamengo conquistou quatro títulos: o Campeonato Carioca, a Supercopa do Brasil, a Copa Libertadores e o Campeonato Brasileiro. A Fifa também entregou troféus para as conquistas na Copa Intercontinental, como o Dérbi das Américas e a Copa Challenger. No Mundial, o Flamengo embolsou R\$ 21,6 milhões.

Exceção foi a Copa do Brasil

Dentre as outras competições citadas, apenas o Estadual não rendeu premiações. O Campeonato Carioca paga apenas os direitos de transmissão entre os clubes. Na Copa do Brasil, única eliminação precoce de 2025, o Flamengo faturou pouco. O clube carioca esteve na final das últimas três edições, mas caiu nas oitavas de final na atual, para o Atlético-MG. Por isso, ganhou apenas R\$ 5,9 milhões.

Adversário definido

Botafogo e Bahia já conhecem seus adversários no pré-Libertadores. O Glorioso enfrenta um representante ainda não definido da Bolívia, enquanto os baianos encaram o O'Higgins, do Chile. Se o Botafogo avançar à terceira fase, encara o vencedor do jogo C4: Representante do Equador x Argentinos Juniors (ARG).

Classificados

A Pré-Libertadores começa em 4 de fevereiro e termina em 11 de março. Apenas quatro equipes se classificam para a fase de grupos, que terá seu sorteio em 18 de março. Flamengo, Palmeiras, Cruzeiro, Mirassol e Fluminense estão na fase de grupos. Corinthians e Vasco duelam pela última vaga.

Flu na LNB

A LNB (Liga Nacional de Basquete) anunciou nesta quarta (17), as seis equipes que estarão na Liga Ouro 2026, com vaga no NBB para o campeão. O destaque ficou para a entrada do Fluminense. O estado com mais participantes é Santa Catarina, com dois times, o Basket Joaçaba e o Brusque Basquete.

Participantes

Além deles e do Tricolor, estão o Basquete Tatuí (SP), Instituto Viva Vida/Cetaf (ES) e o Contagem América Towers (MG). O torneio será realizado entre fevereiro e maio do próximo ano e dará ao vencedor a oportunidade de pleitear uma vaga no NBB, desde que em acordo com os critérios técnicos, estruturais e financeiros exigidos pela liga.

Ida para o NBB

Os finalistas da competição deste ano, Osasco e Cruzeiro, subiram para o NBB (Novo Basquete Brasil) e os dois últimos da fase de classificação da elite serão rebaixados para a Liga Ouro, competindo na edição de 2026/27, prevista pra novembro de 2026.

Por Nathan Raileanu (Folhapress)

Guanaes na mira

Sem técnico, o Botafogo estuda treinadores para comandar a equipe na temporada 2026. O principal alvo é Rafael Guanaes, que fez a campanha histórica com o Mirassol em 2025. Apesar dele ter renovado com o clube paulista, o Alvinegro não considera o valor estipulado da multa rescisória um problema.



Além do Mundial, Safonov conquistou os rivais do Flamengo

Goleiro do PSG viraliza com “cola” para pênaltis

Estudo deu resultado e Safonov virou ‘celebridade’ no Brasil

De Renan Liskai (Folhapress)

As câmeras já flagraram goleiros usando “colas” em garrafas ou em papel para defender pênaltis de rivais. Algoz do Flamengo na Copa Intercontinental, o goleiro Marvey Safonov, do PSG, fez suas anotações em um local diferente: na toalha. Safonov foi flagrado consultando anotações em uma toalha vermelha. Ele usou a “colinha” antes e durante as penalidades na final da competição. Antes do início das penalidades, Safonov teve uma longa conversa com Borja Alvarez Buedo, preparador de goleiros do PSG. O treinador apresentava alguns cenários ao atleta russo.

Já na disputa, Safonov observava qual seria o próximo batedor do Fla de longe e, então, consultava a toalha. Deu certo. O goleiro russo pegou quatro cobranças das cinco feitas pelo Flamengo. Ele parou Saúl, Pedro, Léo Pereira e Luiz Araújo e só não conseguiu defender a batida de De La Cruz. Melhor para o PSG, que conquistou o título com a vitória por 2 a 1 nas penalidades, após 1 a 1 com bola rolando.

QUEM É SAFONOV?

Safonov tem 26 anos e nasceu em Krasnodar, na Rússia. Ele começou a carreira no time homônimo da sua cidade natal e depois se transferiu ao PSG.

O atleta chegou ao PSG para ser reserva de Donnarumma. A equipe francesa pagou 40 milhões de euros (cerca de R\$ 253 milhões à época)

para contratá-lo no meio do ano passado.

Safonov virou titular neste mês de dezembro. Com a saída de Donnarumma, o clube francês anunciou Chevalier, que chegou com o posto de titular, mas se lesionou pouco antes da Copa Intercontinental e vem se recuperando -foi reserva no duelo contra o Flamengo.

A presença de Safonov no elenco é motivo de polêmica. Isso porque o clube acertou a chegada do ucraniano Illia Zabarnyi neste ano. Com os dois países em guerra, os dois atletas são raramente relacionados juntos para os jogos.

Zabarnyi, inclusive, teria pedido para o clube não contar mais com Safonov como uma condição para se juntar ao time. A revelação foi feita por Denys Boyko, ex-goleiro que jogou com o atleta no Dínamo de Kiev.

Felizmente, Safonov não está jogando. E isso já é algo positivo. Falei com Illia e sei que ele pediu, como condição para se juntar ao PSG, que o russo não fizesse mais parte do clube. Infelizmente, nem tudo pode correr como esperado, como Illia espera. Essa pessoa tem um contrato que não pode ser rescindido. Denys Boyko, ao Football 360

Assim que Safonov virou titular, Zabarnyi chegou a ficar fora de alguns jogos. O PSG alegou que o zagueiro estava doente. Hoje, contra o Fla, o defensor ficou no banco de reservas. Eles atuaram apenas uma vez juntos, no duelo contra o Athletic Bilbao, pela Champions.

Vasco e Corinthians decidem a Copa do Brasil neste domingo

Após empate nervoso em Itaquera, equipes vão decidir o título no Maracanã

Marco Galvão/Agência Corinthians

Por Bruno Madrid (Folhapress)

Na noite de quarta-feira (17), Corinthians e Vasco fizeram um jogo mais nervoso do que emocionante na Neo Química Arena, empataram por 0 a 0 e deixaram a decisão da Copa do Brasil em pé de igualdade antes do 2º jogo da final.

A rede balançou duas vezes, mas nenhum gol foi validado. Rayan e Memphis ensaiaram uma mudança no placar, mas foram frustrados por impedimentos ainda na etapa inicial.

O campeão da Copa do Brasil será conhecido na noite de domingo. Vasco e Corinthians voltam a duelar a partir das 18h (de Brasília), desta vez no Maracanã, no encerramento da temporada do futebol brasileiro.

Jogo nervoso

Quem esperava uma partida eletrizante, se frustrou. O nervosismo tomou conta das equipes desde o apito inicial, e nem mesmo a atmosfera de uma lotada Neo Química Arena foi capaz de inspirar os atletas.

O duelo ficou marcado por uma série de erros de passe, por um gol anulado para cada lado e por uma leve predominância vascaína. A equipe de Fernando Diniz conseguiu neutralizar as principais investidas adversárias e, explorando principalmente a velocidade de Andrés Gómez, gerou preocupação na maior parte dos torcedores em Itaquera. O Corinthians até esboçou uma



Primeiro jogo das finais ficou marcado por muito nervosismo das equipes e por gols bem anulados para ambos os times

melhora com o aprimoramento da bola parada, mas não chegou a controlar as ações.

Destaques

O duelo começou com o nervosismo tomando conta dos atletas. Em meio aos constantes erros de passe, a única chance de relativo perigo até os dez minutos foi do Vasco, quando Thiago Mendes, após rebatida de Gustavo Henrique, pegou de primeira e errou, por muito, o alvo. Pouco depois, os donos da casa respon-

deram com Bidon, que também mandou a bola quase na estação de metrô de Itaquera.

Os cariocas melhoraram a passaram a empilhar chances perdidas em um intervalo de cinco minutos. Na melhor delas, Rayan foi acionado em meio a um contra-ataque, ficou cara a cara com Hugo Souza e balançou as redes. O problema é que, no momento do passe, o atacante estava centímetros à frente do último marcador corintiano, e a jogada acabou invalidada.

O Corinthians reagiu, apostou na bola parada e também ficou por detalhes de marcar. Em falta lateral cobrada por Garro, André Ramalho escorou para o meio da área e Yuri Alberto, completamente sem jeito, ensaiou um chute. A bola parou nos pés de Memphis, que estava em posição de impedimento e viu o gol ser corretamente anulado.

Dorival voltou com o mesmo time para o 2º tempo, mas demorou só seis minutos para mexer. Sem ver seu time ganhar campo diante de um adversário encaixado, o técnico do time paulista fez uma substituição em dose dupla no meio de campo: Carrillo e Maycon entraram nos lugares de Bidon e Martínez.

A trave salvou o Corinthians já na casa dos 21 minutos. Em meio a um panorama ainda mais desacelerado e com as marcações se sobressaindo, o Vasco ficou no quase em um escanteio da ponta direita. Barros subiu mais do que todo mundo em cobrança de Coutinho e acertou o poste dos mandantes. Imediatamente, Dorival voltou a refrescar seu elenco e colocou André e Vitinho no gramado.

Fernando Diniz só fez suas primeiras substituições depois dos 30 minutos. Vegetti foi chamado e entrou no lugar do português Nuno Moreira, atuando mais centralizado no ataque e jogando Rayan para preencher a ponta direita - até então ocupada pelo português.

Nervos à flor da pele

Os minutos finais tiveram Memphis irritado ao ser substituído e novos erros de passe. O holandês, que deu lugar ao jovem Dieguinho, deixou o campo visivelmente incomodado com a escolha da comissão técnica.

Na saída de campo o técnico Dorival Júnior bateu boca com um torcedor que, segundo ele, já era conhecido por estar sempre naquele setor para xingar atletas e a comissão técnica. "Ninguém aqui tem sangue de barata", justificou o treinador corintiano na coletiva de imprensa.

Rayan lamenta gol anulado

Após o apito final, o jovem atacante vascaína lamentou o gol anulado, mas mostrou confiança ao afirmar que marcará no jogo da volta.

"A gente teve chance de fazer o gol. Eu fiz o gol, mas estava em impedimento. A gente teve chances de sair daqui com a vitória, mas domingo a nossa torcida vai fazer uma festa linda. Se Deus quiser, vamos sair com a vitória e sair campeão de lá", disse Rayan, ao Amazon Prime.

Rayan é um dos artilheiros do Vasco em 2025 e grande esperança de gols na final da Copa do Brasil. Ele já balançou as redes 20 vezes em 56 partidas.

O jogo de volta da final da Copa do Brasil será disputado neste domingo, às 18h, no Maracanã. Quem vencer leva o título, enquanto novo empate traz a decisão para os pênaltis.

Flamengo volta ao Rio com pendências sobre Filipe Luís e barca de jogadores

Adriann Fontes/Flamengo

O Flamengo embarcou às 4h30 de volta ao Rio de Janeiro após ficar com o vice-campeonato da Copa Intercontinental em jogo emocionante contra o PSG. E enquanto os jogadores desfrutarão de férias, a diretoria tem pendências a resolver com Filipe Luís, com os atletas que estão para sair e com seu importante dirigente: José Boto.

Diretor de futebol do Flamengo, o português preferiu não confirmar sua permanência no clube. Ele tem contrato até o fim deste ano.

"Sobre o futuro, nos primeiros dias de 2026 eu estarei no Rio. Agora eu vou descansar, todos nós precisamos descansar um pouco. Eu vou pra Portugal amanhã descansar um pouquinho, sempre com o telefone ligado para continuarmos a trabalhar e reforçar essa equipe que é muito boa", disse Boto.

Renovação

O técnico Filipe Luís, por sua vez, declarou que terá uma reunião com a diretoria hoje para conversar sobre uma possível renovação. Ele também preferiu não garantir que fica. A reportagem apurou que ele irá passar uns dias de férias na Espanha, onde morou por 13 anos.

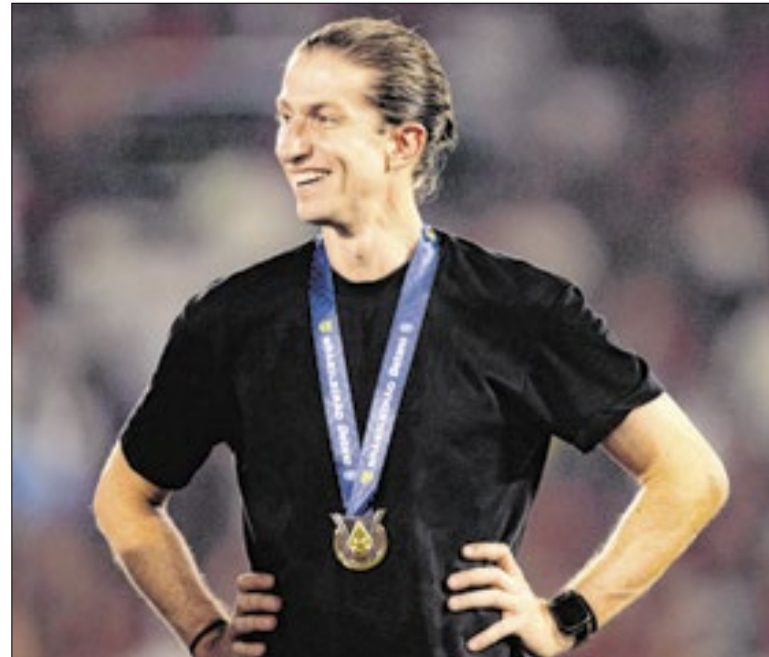
"Meu contrato acaba agora aqui. Estamos em conversas para renovar. Todos sabem meu sonho de um dia voltar à Europa. Estou me preparando para isso. Mas neste momento, minha realidade é o Flamengo. Eles dão a vida por mim, pelo meu clube. Sinto que sou eu em campo quando vejo a minha equipe. Vamos ter as conversas com o presidente, com o

Boto e vamos ver o que vai acontecer. No momento, não tenho mais a dizer. Eu amo meu clube, amo estar aqui, espero que possa ficar aqui por muitos anos pela frente", afirmou.

Em relação ao elenco, o Flamengo definirá a barca a zarpar do Ninho do Urubu. O atacante Juninho, por exemplo, tem negociações avançadas com o Pumas, do México. Outro que deve deixar o clube é o também atacante Michael.

Ainda no ataque, outro que pode sair é Everton Cebolinha. Apesar de ter ganho espaço nesta reta final, ele manifestou publicamente o desejo de ter mais minutos em campo em 2026.

Por Bruno Braz
(Folhapress)



Filipe Luís ainda não tem renovação com o Flamengo definida



Não existe dose totalmente segura e profissionais de saúde recomendam moderação e, em alguns casos, abstinência

ÁLCOOL

do jovem ao idoso, como o corpo reage

Professora de Nutrição diz que interações medicamentosas e bebidas alcóolicas são combinações perigosas

Com a chegada das festas de fim de ano, período marcado por confraternizações e aumento natural do consumo de bebidas alcóolicas, especialistas reforçam a urgência de discutir os riscos associados aos excessos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda limite diário de uma dose para mulheres e duas para homens, mas alerta: não existe quantidade considerada completamente segura para a saúde. O cenário ganha ainda mais relevância nesta época de intensa agenda social, onde eventos corporativos, encontros familiares e festas públicas elevam a exposição ao álcool.

De acordo com Fernanda Albuquerque, professora do curso de Nutrição da Estácio, doutora em Ciência da Nutrição e pós-doutoranda em Alimentos, Nutrição e Saúde, os efeitos do álcool mudam significativamente conforme o estágio da vida. “Indivíduos mais jovens são mais sensíveis aos efeitos do álcool e podem ficar embriagados com menores quantidades, porque o fígado ainda é imaturo e metaboliza mais lentamente”, explica.

No caso dos idosos, o risco é ainda maior, “Eles têm menor quantidade de água no corpo, o sangue fica mais concentrado e a mesma dose ingerida por um adulto causa efeitos muito mais intensos. O fígado e os rins funcionam de forma mais lenta e a eliminação do álcool é prejudicada”, completa a docente. Segundo ela, interações medicamentosas frequentes nessa faixa etária podem tornar o quadro ainda mais perigoso, aumentando o risco de quedas e confusão mental.

Como o álcool age no organismo

O álcool é absorvido pelo trato gastrointestinal e metabolizado pelo fígado em duas etapas. Nesse processo, forma-se inicialmente o acetaldeído, substância tóxica que causa mal-estar, náuseas e vômitos quando o organismo não consegue eliminá-la rapidamente. “O álcool fornece

energia — são 7 kcal por grama, mas são calorias vazias, sem nutrientes essenciais”, ressalta Fernanda. “Se consumido em excesso, pode levar à sonolência profunda, perda de consciência e até coma alcoólico, quadro extremamente grave.”

Ela explica ainda que o álcool irrita a mucosa gástrica, aumenta a acidez estomacal e favorece o acúmulo de gordura no fígado, podendo evoluir para esteatose hepática alcoólica, hepatite alcoólica e cirrose.

Outro efeito comum nas festas é a frequência urinária elevada, que pode levar à desidratação — principal causa da ressaca. Isso ocorre porque o álcool inibe a liberação do hormônio antidiurético, comprometendo a capacidade dos rins de reter água.

Por ser uma substância psicoativa depressora, o álcool interfere diretamente no sistema nervoso central. “Ele altera

humor, percepção, comportamento e cognição. Por isso sentimos tontura e podemos até perder a consciência quando ingerimos álcool em excesso”, descreve a nutricionista.

Dose diária não pode ser ‘guardada’

Apesar de existirem limites diários, eles não devem ser acumulados — prática comum nas festas de dezembro. “Não é válido deixar de consumir durante a semana para beber cinco ou seis doses no final de semana. Isso causa efeitos hepáticos severos ao longo do tempo”, alerta Fernanda Albuquerque.

Ela reforça que, na prática, não existe dose totalmente segura e que profissionais de saúde recomendam moderação e, preferencialmente, abstinência. Grupos como gestantes, lactantes, menores de idade e pessoas com doenças hepáticas, pancreáticas ou psiquiátricas devem evitar completamente o consumo.

CL Maclay/Flickr



Efeitos do álcool mudam significativamente conforme o estágio da vida, diz especialista

CORREIO NACIONAL

Tomaz Silva/Agência Brasil



Número de artigos publicados, porém, ainda está abaixo

Produção científica brasileira volta a crescer em 2024

Depois de dois anos em queda, a produção científica brasileira voltou a crescer em 2024, com a publicação de mais de 73 mil artigos. O número representa um avanço de 4,5% na comparação com 2023, conforme aponta novo relatório publicado pela editora científica Elsevier em parceria com a agência de notícias científicas Bori. Apesar disso, a ciência brasileira ainda precisa aumentar sua produtividade para recuperar o patamar anterior às quedas. Em 2021, foram 82.440 artigos científicos publicados. O levantamento também mostra aumento expressivo na quantidade de pesquisadores brasileiros que publicaram artigos na última década.

Prêmio Brasil Sem Fome

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) promoveu, nesta quarta-feira (17), no Teatro Nacional, em Brasília, a primeira edição do Prêmio Brasil Sem Fome. A iniciativa busca destacar experiências bem-sucedidas e políticas públicas municipais e estaduais que contribuíram de forma concreta para a redução da insegurança alimentar e nutricional em todo o país.

Marcello Casal Jr/Agência Bras



Variante do influenza detectada no Pará é importada

Vírus K: cedo para alarme

A identificação no Brasil de um novo tipo do vírus influenza A (H3N2), conhecido como “vírus K”, ainda não é motivo para preocupação, avalia o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm), Renato Kfoury. Segundo o especialista, a circulação de variantes do influenza faz parte da dinâmica natural do vírus e, neste momento, não há elementos suficientes para prever impacto maior na próxima temporada de gripe. Qualquer estimativa sobre gravidade, duração ou intensidade da próxima temporada seria prematura.

40 experiências de combate à fome

O Teatro Nacional de Brasília se transformou, na última quarta-feira (17), no palco de uma celebração pela luta contra a fome no Brasil. A cerimônia de entrega do Prêmio Brasil Sem Fome reconheceu mais de 40 experiências que, por caminhos diferentes, contribuíram para devolver a milhões de brasileiros o direito mais básico de não sentir fome.

Intercambio

Representantes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome receberam, na terça, em Brasília, uma delegação do governo do Equador para trocar experiências sobre políticas públicas de segurança alimentar e fortalecimento de cadeias sustentáveis na Amazônia.

Bolsa Família

O Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome publicaram, na quarta, a Portaria Interministerial que estabelece diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais para o acompanhamento educacional do Programa Bolsa Família.

Modernização

O governo federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), recebeu nesta quinta-feira (18) o texto do anteprojeto de revisão do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração pública federal.

Agora Tem

O Agora Tem Especialistas bateu a marca de 12 7,1 mil atendimentos ofertados para a rede pública de saúde nos mutirões realizados neste ano. Apenas no mais recente, que aconteceu no último final de semana, pacientes de todos os estados e do Distrito Federal foram submetidos a 59,3 mil procedimentos no maior mutirão da história.

Nova frota

Com recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o Ministério da Saúde formalizou neste mês de dezembro a aquisição de ambulâncias do SAMU 192 e micro-ônibus voltados ao transporte sanitário eletivo. O investimento garante a renovação da frota de urgência.

Beneficiados

O Ministério das Cidades publicou no Diário Oficial da União de quinta uma lista de municípios habilitados para apresentar propostas para construção de novas moradias do Minha Casa, Minha Vida. Serão beneficiadas famílias de baixa renda de 393 municípios, de 23 estados e do Distrito Federal.



O AVC isquêmico representa 85% de todos os casos

Projeto avalia genética de pacientes que sofreram AVC

O estudo é financiado pelo Ministério da Saúde

Estudo coordenado pelo Hospital Moinhos de Vento (HMV) e financiado pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), vai procurar avaliar a genética dos pacientes que tiveram um acidente vascular cerebral isquêmico (AVC isquêmico). Esta é uma doença que ocorre quando há obstrução de uma artéria, impedindo a passagem de oxigênio para células cerebrais, que acabam morrendo. Essa obstrução pode acontecer devido a um trombo (trombose) ou a um êmbolo (embolia). O AVC isquêmico é o mais comum e representa 85% de todos os casos, de acordo com o Ministério da Saúde.

“Hoje, a gente tem um entendimento melhor do quanto esse risco genético pode influenciar a chance de eu ter um AVC. Mas não somente isso, mas outras doenças que podem provocar um AVC, como pressão alta, problemas com o colesterol, diabetes”. A informação foi dada nesta quinta-feira (18) à Agência Bra-

sil pela neurologista do Hospital Moinhos de Vento e investigadora principal do projeto Ártemis-Brasil, Ana Cláudia de Souza.

“Uma vez a gente podendo mapear melhor, analisando o que se chama hoje de genoma humano, que é esse grande livro de receitas que coordena e comanda como o nosso organismo funciona, a gente acha que vai ser muito bom para que, no futuro, possamos desenvolver novos medicamentos, ser mais precisos quando estamos indicando algum tratamento para alguém. Porque além de conseguir ver o risco de a pessoa ter um AVC, a gente também consegue ver como um organismo responde a um tratamento com base no seu perfil genético”, completou.

Segundo Ana Cláudia de Souza, o projeto Ártemis-Brasil vai abrir a porta da medicina de precisão, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS). A partir desses dados, os pesquisadores pretendem contribuir para modelos de cuidado mais personalizados dentro do SUS.



ALVINHO DA CAMÉLIA

Decorações de casamento •
Decorações de aniversário •
Buquês e arranjos •
Coroas de flores •

Entregamos para todo o Brasil e exterior

Rua do Rosário, nº 164 - loja 20
Centro do Rio

@alvinhodacameliadecoracoes

(21) 99901-1110

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/Setesc



Espaço passará por ajustes entre dezembro e janeiro

Museu de Campo Grande fecha para adequações internas

O Museu da Imagem e do Som (MIS), em Campo Grande (MS), ficará fechado ao público entre sexta (20) e 20 de janeiro para a realização de adequações estruturais e organizacionais. As intervenções preparam o espaço para exposições previstas para 2026, incluindo a reorganização da sala de mostras temporárias, com foco na memória do audiovisual, do cinema e da música de Mato Grosso do Sul, em referência aos 50 anos do estado. Vinculado à Fundação de Cultura do estado (FCMS), o MIS mantém acervo com mais de 108 mil itens, entre fotografias, filmes, vídeos, discos, cartazes, objetos e registros sonoros, e desenvolve ações educativas voltadas ao acesso e preservação da memória cultural sul-mato-grossense.

Cuiabá busca mudar órgãos locais

A Prefeitura de Cuiabá (MT) encaminhou propostas de lei ao legislativo municipal que alteram a estrutura do Procon e da Defesa Civil. As medidas buscam atualizar a gestão pública, ampliar a capacidade de resposta a ocorrências climáticas e melhorar o atendimento ao consumidor. A ação redefine o posicionamento da Defesa Civil e reforça a atuação jurídica do Procon. As matérias devem ser debatidas nas próximas sessões legislativas.

Divulgação/Detran-DF



Canal digital permite solicitar serviços pela internet

Detran DF lança balcão virtual

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) colocou em funcionamento o Balcão Virtual, um canal digital que amplia o atendimento ao público. Pela ferramenta, o cidadão pode solicitar serviços pela internet, sem deslocamento a unidades físicas, com validação de identidade por contas nível prata ou ouro do Gov.br. A plataforma inclui demandas que antes exigiam presença para conferência de dados do condutor, do proprietário do veículo ou de representante legal. O acesso funciona em qualquer horário e reduz filas presenciais no órgão.

Variação de 226% nas compras em GO

O Procon Goiás divulgou um levantamento de preços de itens usados como presentes, feito em Goiânia (GO) entre os dias 8 e 12 deste mês. O estudo avaliou 35 produtos em 30 lojas e encontrou diferença de até 226%. A maior variação apareceu em livros, brinquedos e perfumes, o que indica a necessidade de comparar diferentes ofertas e estabelecimentos antes de fazer as compras de natal.

Licitação

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes abriu licitação para contratar empresas para conservação e manutenção de mais de 21 mil quilômetros de estradas estaduais, além de pontes, bueiros, aeródromos e balsas. O investimento passa de quatro bilhões de reais para serviços por trinta meses.

Inovação

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) lançou edital de apoio financeiro para eventos de inovação em 2026. As propostas podem receber até R\$ 10 mil e as inscrições começam em fevereiro. O incentivo atende ações científicas, tecnológicas e de empreendedorismo voltadas à integração social.

Bolsas

A prefeitura de Dourados (MS) abriu inscrições para residência em saúde mental voltada a formados em Enfermagem, Psicologia e Serviço Social. O programa oferece bolsas acima de R\$ 4 mil. As inscrições devem ser feitas, exclusivamente, pela internet até 11 de janeiro no endereço: <https://selecao.dourados.ms.gov.br/>.

Doação

A prefeitura de Anápolis (GO) fará uma doação gratuita de mudas no próximo dia 30 no Viveiro Municipal. A iniciativa incentiva o plantio de árvores em áreas urbanas e residenciais. A retirada ocorre na Avenida Universitária, das 8h às 16h, com pausa para almoço entre 11h e 13h. A primeira leva de doações aconteceu na última quinta-feira (30).

Concurso

A prefeitura de Cuiabá (MT) publicou os editais de convocação de aprovados em seleção temporária para atuar na rede municipal em 2026. A chamada é para Técnico em Desenvolvimento Infantil. Os candidatos devem enviar documentos e ir à Secretaria de Educação nas datas indicadas no site da prefeitura.

Greve

A paralisação dos motoristas do transporte coletivo em Campo Grande (MS) foi encerrada na quinta-feira (18) após acordo entre a prefeitura e o governo estadual. A medida prevê a antecipação de repasse destinado ao custeio do passe estudantil, o que permitiu a retomada do serviço ainda na manhã de quinta.



UFMS analisa resultados da iniciativa com bactérias

Estudo associa Wolbachia no MS a redução da dengue

Em Campo Grande, áreas com índice estável tiveram quedas

A presença da bactéria Wolbachia em mosquitos Aedes aegypti esteve ligada à diminuição de registros de dengue em Campo Grande (MS) ao longo de 2024, de acordo com uma pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Em locais onde a estratégia atingiu níveis considerados estáveis, a ocorrência da doença caiu 63,2% em comparação com períodos anteriores, após liberações contínuas desde 2020. O trabalho analisou dados coletados entre 2008 e 2024 e avaliou o impacto da técnica em seis áreas.

O estudo integra um artigo que será publicado em fevereiro de 2026 na revista The Lancet Regional Health – Americas.

A Secretaria de Saúde (SES-MS) atuou como parceira institucional durante a implantação do método. Segundo os resultados, a prevalência média da Wolbachia chegou a 86,4% na cidade.

Do total de regiões acompanhadas, 89% alcançaram ao menos 60% de presença da bactéria, patamar definido como estabilidade operacional. Esses locais apresentaram os maiores índices de redução da doença transmitida pelo mosquito.

Durante três anos, mais de 100 milhões de insetos com a bactéria foram soltos de forma planejada. O acompanhamento ocorreu por meio de 1.677 armadilhas para ovos, distribuídas nos bairros atendidos.

A técnica interfere na multiplicação de vírus como o da dengue dentro do vetor, o que diminui a capacidade de transmissão.

Antes da adoção da estratégia, os registros anuais frequentemente ultrapassavam 4,7 mil ocorrências. Após a implantação, a série histórica indica que a capital deixou de apresentar números com a mesma intensidade observada no período anterior à intervenção.

A ação científica e o monitoramento epidemiológico ficaram sob coordenação da Fiocruz estadual. A Secretaria Municipal de Saúde respondeu pela logística territorial, enquanto a SES-MS contribuiu com infraestrutura, veículos e equipes técnicas, além da cessão de espaço no Laboratório Central de Saúde Pública para instalação da biofábrica.

O estudo reúne especialistas de instituições nacionais e internacionais, como universidades brasileiras e estrangeiras, além do World Mosquito Program.

Trata-se da primeira avaliação programática da tecnologia no país, com financiamento e coordenação do Ministério da Saúde.

A pesquisa aponta que o método se soma às ações regulares de vigilância, não envolve uso de inseticidas e tende a se manter ao longo do tempo.

A estratégia funciona como complemento às medidas de eliminação de criadouros, imunização e acompanhamento contínuo das arboviroses na rede pública.

DF: 40% das famílias são chefiadas por mulheres

Levantamento detalha renda e perfil familiar em 2024

Quase 41% das famílias do Distrito Federal têm mulheres como responsáveis pelo domicílio, segundo levantamento divulgado na Agência Brasília.

Os dados fazem parte do primeiro boletim "Família e Renda", uma análise elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em parceria com o Instituto de Pesquisa Estatística do Distrito Federal (IPEDEF).

O documento apresenta um retrato das condições de vida da população local em 2024, com informações sobre composição doméstica, rendimentos e participação no mercado de trabalho.

De acordo com o IPEDEF, o estudo utiliza dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF (PED). O material organiza os lares em quatro grupos de renda, o que permite comparar realidades socioeconômicas distintas dentro do território brasileiro.

Renda

Conforme divulgado pela Agência Brasília de notícias, o tamanho médio das famílias foi de 2,5 pessoas. Nos domicílios classificados no grupo de menor renda familiar per capita, a média chegou a 3,1 integrantes.

Já entre os grupos com maior rendimento, o número variou entre 2,1 e 2,4 moradores. O dado, para o IPEDEF, indica diferenças



Renda média das famílias varia entre R\$ 2 mil e R\$ 19 mil

na estrutura familiar conforme a renda disponível.

Segundo o boletim, a renda média mensal apresentou grande variação entre os grupos analisados. Em 2024, famílias do grupo de menor renda registraram média de R\$ 2.018, enquanto aquelas inseridas no grupo de maior renda alcançaram R\$ 19.145.

A principal fonte de sustento foi o trabalho principal, responsável por 44,5% do total dos rendimentos no DF. Ainda de acordo com o levantamento, a inserção dos responsáveis no mercado de trabalho apresentou taxa de participação de 67,4%.

O nível de ocupação dos chefes de família atingiu 61,3%, enquanto a taxa de desemprego foi

estimada em 9%.

Os índices variam conforme o grupo de renda, com maior desocupação entre os responsáveis de menor rendimento.

Arranjos

O estudo também detalha os tipos de arranjos familiares predominantes na região. Segundo os dados, as famílias formadas por casais com filhos representam 28,5% do total de domicílios.

Em seguida, aparecem os arranjos unipessoais, que correspondem a 25,6%, refletindo o aumento de pessoas que vivem sozinhas na capital.

Conforme informado pelo instituto, a chefia feminina alcançou 40,7% dos lares. O dado

reforça a presença das mulheres como principais responsáveis pela organização doméstica e pelo sustento familiar, em diferentes faixas de renda.

O boletim não aponta apenas o gênero do responsável, mas relaciona essa condição aos rendimentos e à posição no mercado de trabalho.

Para o IPEDEF, a divisão por grupos de renda permite observar desigualdades no acesso ao emprego e à remuneração. Famílias com menor rendimento apresentam maior número de integrantes e dependência mais elevada de poucas fontes de recursos, enquanto os grupos de maior renda contam com estruturas menores e maior estabilidade financeira.

O objetivo do boletim é subsidiar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. As informações podem orientar ações nas áreas de trabalho, renda e proteção social, a partir de um diagnóstico detalhado da realidade familiar local.

O material integra uma série de estudos previstos para ampliar a divulgação de indicadores sociais e econômicos do DF.

Conforme destacado pelo instituto, novos boletins devem aprofundar temas relacionados à renda, emprego e também condições de vida, com base em dados atualizados e análises comparativas ao longo do tempo.

MPDFT divulga estudo sobre mortes violentas no DF

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) divulgou um estudo com os dados sobre homicídios dolosos consumados em Brasília entre os anos de 2019 e 2023.

A publicação corresponde à quarta edição do relatório "Verum em Números", coordenada pelo Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida.

Conforme divulgado pelo MPDFT na última quinta-feira (18), o material reúne informações de ocorrências registradas ao longo de cinco anos e apresenta números sobre investigações, tramitação de processos, julgamentos e instrumentos usados nos crimes, além de também indicar a evolução anual dos casos.

Ao todo, foram consolidados mais de 1,5 mil registros policiais.

As informações tiveram como base o sistema Verum, plataforma de inteligência de negócios desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do MPDFT que permite acompanhar o fluxo dos procedimentos, incluindo denúncias oferecidas, arquivamentos e sentenças.

A ferramenta também possibilita medir o tempo médio entre o fato, a formalização da acusação e o julgamento do caso.

O levantamento classifica os desfechos das ações penais em condenação, absolvição, impro-núncia ou desclassificação.

Os resultados, de acordo com o MPDFT, apontam que a maioria dos processos apreciados pelo júri terminou com responsabilização dos acusados, mantendo os percentuais elevados ao longo da série analisada no estudo.

Além disso, os dados mostram também uma queda contínua no número de inquéritos instaurados no período.

Foram contabilizados 384 casos em 2019, 332 em 2020, 298 em 2021, 253 em 2022 e 251 em 2023. A taxa de resolução variou conforme o ano, considerando denúncias apresentadas e encerramentos por causas legais.

Quanto à distribuição territorial, a circunscrição de Ceilândia concentrou o maior volume de registros, seguida por Brasília e Taguatinga com Águas Claras.

O perfil dos meios utilizados apresentou mudança, com redução do uso de armas de fogo e estabilidade no emprego de armas brancas, que superaram os demais instrumentos no último ano analisado. Para o MP, o relatório indica maior incidência de ocorrências aos fins de semana, especialmente aos domingos, seguidos pelos sábados, reforçando padrões temporais que já eram observados em anos anteriores.

Evento de automobilismo agita Núcleo Bandeirante

O Núcleo Bandeirante (DF) recebe, no sábado (20) e no domingo (21), uma programação gratuita voltada ao automobilismo urbano com o Circuito Meiderua, que terá apresentações controladas e exposição de veículos, segundo a Agência Brasília.

A ação acontece no Setor Placa das Mercedes, entre 14h e 17h, com acesso condicionado à doação de itens não perecíveis e retirada prévia de ingressos.

O evento reúne praticantes da modalidade conhecida como mói, ligada ao uso de carros em manobras técnicas realizadas em espaço autorizado e monitorado.

A proposta é oferecer demonstrações organizadas, priorizando segurança, disciplina e respeito às normas de trânsito, em ambiente estruturado para receber o público. Durante os

dois dias, o espaço contará com apresentações simultâneas, área destinada à exibição automotiva e opções de alimentação.

Cada participante poderá retirar até dois bilhetes por CPF, válidos separadamente para cada dia. Os tíquetes devem ser emitidos antecipadamente pela plataforma AutoClubes.

A organização orienta que o público chegue com antecedência para facilitar o controle de acesso e a entrega das doações, que serão destinadas a ações sociais no Distrito Federal.

O evento é promovido pela Organização Social Vem Ser, com apoio da Administração Regional do Núcleo Bandeirante e da Secretaria de Turismo (Setur).

O encontro busca ampliar o contato da população com práticas automotivas regularizadas.



Atividades ocorrem no fim de semana na Placa das Mercedes

BRASILIANAS

Matheus H. Souza/Agência Brasília



Além de novos trilhos, Ceilândia terá duas novas estações

Enfim a expansão do Metrô em Ceilândia começa, após aval

O Metrô-DF publicou, nesta quinta-feira (18), no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), o edital de reabertura da licitação que permitirá a retomada das obras de expansão da Linha 1 em Ceilândia. O processo, suspenso em 2024 pelo Tribunal de Contas (TCDF) devido a ajustes técnicos e jurídicos, foi liberado após todas as exigências do órgão de controle serem atendidas.

A obra prevê a extensão de 2,3 quilômetros de trilhos além do terminal atual, beneficiando diretamente Ceilândia - a cidade mais populosa do Distrito Federal, com mais de meio milhão de habitantes. Estão previstas duas novas estações — entre as quadras QNO 5 e 13 e entre as QNO 7 e 15 — em áreas que há anos reivindicam melhorias na mobilidade urbana. O novo trecho seguirá até as proximidades da BR-070, na saída para Águas Lindas (GO), ampliando o alcance do sistema metropolitano.

Críticos do sistema urbano do DF reclamam justamente o fato de esta expansão não alcançar a BR-070. A expansão da linha de Samambaia, também em curso, fica a algumas centenas de metros da BR-060. Para esses especialistas, ambas as linhas poderiam cruzar as BRs, o que facilitaria o acesso da população ao sistema férreo.

A expansão deve atender cerca de 12 mil novos usuários.

Tom...s Faquini



A orquestra OBACH, em apresentação em 2017

Amanhã, concerto de Natal da OBACH

Após um hiato de cerca de sete anos, a Orquestra OBACH – Orquestra Brasileira de Arte, Cultura e História está de volta aos palcos de Brasília.

Fundada em 2016 pela maestrina e violinista Kathia Pinheiro e pelo maestro Airan Sousa, a orquestra retoma suas atividades neste sábado (21/12) com um Concerto de Natal especial.

A apresentação será às 16h, no Santuário Dom Bosco e tem entrada solidária, mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível, que será destinado a ações sociais.

O programa reunirá obras de Johann Sebastian Bach (compositor que é inspiração primeira da orquestra, explícita em seu nome), Arcangelo Corelli, Georg Friedrich Handel e Christoph Willibald Gluck: compositores centrais do repertório barroco e clássico europeu, que marca a estética conceitual da OBACH desde sua criação. A apresentação contará, ainda, com a participação especial da soprano Erika Kallina, do maestro Rafael Abreu e do coral de alunos da UNB.

POR
WILLIAM FRANÇAArte com Propósito:
obras únicas à venda

Mais do que objetos de decoração, as obras da 2ª Mostra Extraordinária são testemunhos de luta, transformação e consciência ambiental. Em cartaz até 26 de dezembro no Espaço Cultural Athos Bulcão da Câmara Legislativa, a exposição coloca à venda peças únicas, concebidas pelas mãos talentosas de trabalhadoras da Central de Reciclagem do Varjão (CRV).

Cada obra é o resultado de um processo sensível que converte resíduos – materiais que seriam descartados e impactariam o meio ambiente – em narrativas visuais potentes. A criação artística surge aqui como um ato de resistência e ressignificação, valorizando não apenas o produto final, mas a história e a subjetividade de cada uma das recicladoras-artistas.

Adquirir uma dessas peças – como a expressiva “Mulher com Brinco de Plástico” (R\$ 800,00) ou o imponente “Lobo Guará” (R\$ 1.700,00) – vai muito além de um simples apoio.

É levar para casa um fragmento dessa história de transformação, carregado de significado ambiental e social.

No Guará, o ‘Brasília Capoeira Festival’

Neste sábado (20/12), a cidade será palco de uma das mais importantes celebrações da cultura popular brasileira: o Brasília Capoeira Festival. O evento acontecerá no Ginásio do antigo Colégio Maxwell, no Guará, e promete reunir cerca de mil pessoas, incluindo capoeiristas, mestres e admiradores dessa manifestação cultural que une luta, dança, música e tradição.

Com 500 vagas já preenchidas por meio de inscrições, a expectativa é que o evento, com entrada franca, atraia um grande público de todas as idades, com destaque para a inclusão de minorias e a promoção do acesso à cultura e ao lazer.

É importante destacar que, cada vez mais mulheres são protagonistas na capoeira e esse evento é uma prova viva, tendo na organização a Mestre Michelinha, idealizadora do Festival e Karla Aragão na produção executiva, que também estão à frente de outros eventos ligados a capoeira a nível nacional. “O Brasília Capoeira Festival é voltado para os capoeiristas de Brasília, onde temos grandes nomes”.



Norma atualiza procedimentos vigentes desde 2018

DF atualiza regras sobre espécies invasoras

Nova instrução revisa lista oficial e orienta ações ambientais

O Instituto Brasília Ambiental publicou uma norma que altera as regras sobre espécies exóticas invasoras no Distrito Federal.

A medida consta na Instrução Normativa número 28, divulgada no Diário Oficial do DF, e atualiza a lista oficial desses organismos, além de ajustar procedimentos para controle e manejo em unidades de conservação e áreas sob gestão ambiental.

De acordo com a Agência Brasília de notícias, a mudança revisa a Instrução Normativa número 409, em vigor desde 2018.

A atualização ocorreu após avaliações técnicas que apontaram a necessidade de adequar a regulamentação à realidade enfrentada no DF, marcado por diferentes cenários ambientais e pressões sobre a biodiversidade.

Segundo dados do Brasília Ambiental, espécies exóticas invasoras representam um desafio constante para a conservação, pois podem competir com espécies nativas, alterar ecossistemas e gerar impactos ambientais difíceis de reverter. Além disso, o instituto acumulou experiências práticas nos últimos anos que indicaram limitações na norma anterior, sobretudo em relação à clareza dos procedimentos e à rapidez nas respostas.

Conforme divulgado, a revisão buscou alinhar as regras distritais às diretrizes adotadas em nível federal pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Bio-

diversidade (ICMBio).

A intenção com a mudança, conforme divulgado na Agência Brasília, foi estabelecer metas e rotinas compatíveis com as demandas enfrentadas no dia a dia da gestão ambiental, especialmente em áreas protegidas.

Entre os grupos incluídos como espécies exóticas invasoras estão algumas aves, como papagaios e periquitos, além de determinados répteis e insetos.

A identificação desses organismos segue critérios técnicos e considera riscos à fauna, à flora e aos recursos naturais do DF.

A nova redação oferece respaldo formal às ações de controle e manejo já realizadas pelas equipes, definindo etapas de planejamento, registro, monitoramento e execução das atividades, o que permite ampliar as ações de forma organizada e integrada à gestão das unidades de conservação.

A normativa também estabelece que o enfrentamento às invasões biológicas deve priorizar áreas mais sensíveis e com maior risco ambiental. O planejamento passa a funcionar como ferramenta de apoio à tomada de decisões, direcionando recursos e esforços para locais onde os impactos podem ser mais severos. Conforme avaliação do Brasília Ambiental, a atualização tende a tornar as respostas mais rápidas diante da identificação de novas ocorrências, funcionando como um instrumento de proteção.

CORREIO SUDESTE

Lula Marques/Agência Brasil



Governador de São Paulo anunciou reajuste em 2026

‘Aumento no metrô e trem em SP vai acompanhar inflação’

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que vai reajustar os preços das passagens de trem e de metrô para 2026 em São Paulo de acordo com a inflação.

O ajuste seguirá o padrão dos últimos dois anos -atribuindo o próximo aumento das passagens a inflação. O anúncio foi feito hoje durante evento no Palácio dos Bandeirantes.

O governador de São Paulo afirmou que o ajuste no preço tem por objetivo “manter a sustentabilidade financeira do sistema”. Atualmente, o valor da passagem em São Paulo é de R\$ 5,20 e ainda não se sabe de quanto será o reajuste.

Sepultamento de pets

A Alesp aprovou um projeto de lei que autoriza o sepultamento de cães e gatos junto aos seus tutores. Texto ainda precisa da sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para virar lei. O projeto reconhece o vínculo afetivo entre humanos e seus animais de estimação. De autoria do deputado estadual Eduardo Nóbrega (Podemos), a proposta estabelece que a nova lei deverá respeitar as normas sanitárias e ambientais de cada município.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Quatro mortes ainda são investigadas

11 mortes por ingestão de metanol

O estado de São Paulo registrou, até o momento, 11 mortes decorrentes da ingestão de metanol, substância ilegalmente adicionada a bebidas alcoólicas como gin, whisky e vodka, e que provocou respostas imediatas das autoridades no período de setembro a novembro deste ano. O dado consta do último balanço divulgado pela Secretaria da Saúde na quarta. Quatro vítimas eram da capital paulista e do gênero masculino, com idade entre 26 e 54 anos. Duas, uma mulher de 30 anos e um homem de 62 anos, eram de São Bernardo do Campo.

Polícia do Rio faz ação contra fraude

Policiais civis da 126ª DP (Cabo Frio) deflagraram, na quinta, a Operação Firewall, contra a manipulação criminosa de dados públicos. Até o momento, duas pessoas foram presas. A ação visa grupo criminoso que invadia plataformas informatizadas de administração pública, com o objetivo de beneficiar integrantes do Comando Vermelho, principal facção criminosa do estado do Rio.

Chuvas no RJ

O Governo do Rio mobilizou, desde quarta, equipes em diversas regiões para conter os efeitos das fortes chuvas que atingem o estado. O Comitê de Chuvas foi acionado, e secretarias como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Inea trabalham em regime emergencial em apoio aos municípios afetados.

Operações

As forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro realizaram, na quinta-feira, operações simultâneas de combate ao roubo de veículos e de cargas na capital e em São Gonçalo. As ações integram a estratégia de enfrentamento ao crime organizado e têm como foco desarticular quadrilhas.

Modernização

O Governo do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Transformação Digital, firmou, na última terça-feira (16), no Palácio Guanabara, um protocolo de intenções para acelerar a chegada de telefonia e de internet a 191 localidades que atualmente não contam com nenhum tipo de sinal.

Orçamento de SP

O Orçamento estadual para 2026 do Governo de São Paulo foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com receita estimada de R\$ 382,3 bilhões, sendo R\$ 30,9 bilhões em investimentos. A votação ocorreu na terça, com a redação final do projeto para sanção do governador Tarcísio de Freitas aprovado na quarta.

Bolsa de Valores

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos, republicou o edital da Parceria Público-Privada do Novo Centro Administrativo Campos Elíseos na quinta, com nova data para a realização do leilão, marcada para 26 de fevereiro de 2026, às 10h, na sede da Bolsa de Valores (B3).

Talento Esportivo

Da base ao alto rendimento, o Programa Talento Esportivo apoia o esporte paulista em todas as suas instâncias. Desde janeiro de 2023, São Paulo já injetou R\$ 17,8 mi em bolsas de incentivo. Neste período, o pico de atendimentos nas quatro categorias, Estudantil, Juniores, Nacional e Internacional, foi de 756 atletas.



Para a Apeoesp, os critérios utilizados são subjetivos e ilegais

SP: liminar suspende avaliação de professores

Justiça diz que processo não pode ter caráter sancionatório

A Justiça de São Paulo concedeu uma liminar favorável ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) que suspende a Avaliação de Desempenho da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e a instituição de processos de não permanência baseados nos resultados dessa avaliação.

Na decisão, a Justiça reconhece que a avaliação de desempenho não pode ter caráter sancionatório, sendo admissível apenas como instrumento de orientação para o desenvolvimento profissional, conforme prevê a legislação educacional.

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo informou que ainda não foi intimada da decisão.

Para a Apeoesp, os critérios utilizados nessa avaliação são subjetivos e ilegais. “O modelo conferia às equipes gestoras poder discricionário para decidir quem permanece ou não nas escolas, ameaçando milhares de docentes com transferências forçadas e perda de aulas, além de desconsiderar critérios objetivos como tempo de serviço e títulos”, diz a Apeoesp.

A liminar foi considerada uma vitória importante dos professores pela associação. “Essa decisão comprova que estávamos certos desde o início. A avaliação imposta pela Seduc é subjetiva, ilegal e punitiva, e coloca milha-

res de professoras e professores sob ameaça de transferência e perda de aulas”, disse a segunda presidenta da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, a Professora Bebel, que também é deputada estadual.

Segundo a Apeoesp, cerca de 8 mil professores da rede estadual de ensino paulista, estudantes e representantes de outros setores, realizaram na tarde desta terça-feira (17) um ato em frente à Seduc, na Praça da República, para denunciar medidas adotadas pelo governo estadual, incluindo a avaliação de desempenho.

“Essas medidas vêm afetando diretamente a categoria docente, entre elas, a política de avaliação de desempenho com caráter punitivo implementada pela Seduc”.

A Apeoesp ressaltou que, além da ação contra a avaliação de desempenho, entrou com processos judiciais contra diversas resoluções e normas da Seduc que penalizam professores adoecidos, adotam critérios abusivos de assiduidade, transferem a estudantes sem a devida formação o poder de avaliar docentes e utilizam resultados de avaliações externas para prejudicar a carreira dos profissionais.

O sindicato ressaltou que, mesmo com as liminares já conquistadas, a Seduc cria novas regras para tentar contornar decisões judiciais.

ES: Corpo de Bombeiros completa 113 anos

Comemoração contou com apresentação de novas viaturas

A tarde desta quarta-feira (17) foi de festa para o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES). A Corporação completou 113 anos de serviços prestados à sociedade capixaba e comemorou com uma solenidade, no Quartel do Comando Geral do CBMES, na Enseada do Suá, Vitória.

O evento foi marcado a formatura do Curso de Habilitação de Sargentos 2025, a entrega do cinto vermelho aos alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSd), a Formatura da Brigada 21 e a apresentação das novas viaturas da corporação, além da entrega das homenagens Prêmio Amigo do Bombeiro e Comenda Tenente Mário Francisco de Brito.

“Aproveito este momento para parabenizar todos os bombeiros do Espírito Santo que, com dedicação, trabalham pelo bem dos capixabas, muitas vezes colocando a própria vida em risco. Garantir boas condições de trabalho, com estrutura e recursos suficientes, tem sido um trabalho constante do Governo do Estado. As viaturas entregues hoje e a presença de uma turma de soldados em formação são um pequeno exemplo dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, com o objetivo de



Evento teve formatura de sargentos e entrega de homenagens

reestruturar não só o Corpo de Bombeiros, mas todas as forças de segurança do Estado”, disse o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Leonardo Damasceno.

Os principais focos de atuação do Corpo de Bombeiros Militar estão ligados diretamente à prevenção contra incêndio e pânico, ao combate a incêndios e ao atendimento a emergências em desastres. Mas, não se resume a isso. A atuação da Corporação envolve diversas atividades como salvamento em alturas, atendimento pré-hospitalar, salvamento aquático e mergulho, atendimento a ocorrências de produtos perigosos, atividades de defesa civil, cursos e instruções, normali-

zações, vistorias, palestras, dentre outras.

“Hoje comemoramos mais um ano de serviços prestados à sociedade capixaba, com uma Corporação renovada e atualizada. Nosso governador Renato Casagrande e nosso vice-governador Ricardo Ferraço são gestores dedicados às necessidades da Segurança Pública, e isso passa pelo Corpo de Bombeiros. Temos orgulho de, numa data como a de hoje, ter quase 100 alunos em preparação para se tornarem bombeiros, ter uma turma de sargentos se formando, ter viaturas novas sendo entregues. Isso é comprometimento com o povo do Espírito Santo”, declarou o comandante-geral do CBMES,

coronel Alexandre Cerqueira.

No evento, foram apresentadas as novas viaturas de combate a incêndio, adquiridas pela Sesp com recursos oriundos de convênio federal e do Fundo Estadual de Segurança Pública, totalizando R\$ 11,8 milhões em investimento. São quatro viaturas Auto Bomba Tanque Florestal (ABTF) e três do modelo Auto Bomba Tanque Salvamento (ABTS).

Os ABTSs serão empregados em ocorrências de combate a incêndios em áreas florestais e urbanas, acidentes automobilísticos, salvamentos terrestres e em alturas, entre outros tipos de ocorrências. Já os novos ABTFs permitirão reduzir o tempo de atuação nos incêndios florestais; aumentar a qualidade do combate aos incêndios e prestar um serviço mais eficiente à sociedade capixaba.

A solenidade contemplou a formatura do Curso de Habilitação de Sargentos (CHS) 2025, que capacitou cabos do Corpo de Bombeiros para atuarem como sargentos, desempenhando atividades de chefia de guarnição, vistorias técnicas de edificações e áreas de risco, e, em auxílio aos oficiais, atuar na supervisão do efetivo, na instrução e na administração das Organizações Bombeiro Militar.

Censo Turismo 2025 aponta avanço de 62% nas ações

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG), divulga os resultados do Censo Turismo 2025. A pesquisa ouviu 750 municípios e apresenta um panorama atualizado das políticas públicas, investimentos, ações de promoção, sustentabilidade e monitoramento do turismo no estado.

Um dos destaques é o crescimento do empreendedorismo e da adesão ao Cadastur. A pesquisa mostra que 70,4% dos municípios afirmam realizar ações de fomento, um salto de 62% em relação a 2023. As ações de incentivo ao Cadastur também cresceram, chegando a 78,9% dos municípios, com forte presença de contatos telefônicos, visitas e comunicados online.

Além disso, a nova edição confirma o fortalecimento da governança municipal, a ampliação de práticas sustentáveis e o aumento de projetos financiados pelos governos estadual e federal. Confira a pesquisa completa no Observatório do Turismo de Minas Gerais (OTMG).

De acordo com o levantamento, 96,1% dos municípios possuem leis municipais de turismo, 93,9% têm planos municipais de turismo, com o mesmo percentual afirmando possuir ações em execução, e 97,2% contam com Fundo Municipal de Turismo (Fumtur).

Entre os principais usos do Fumtur, destacam-se a realização de eventos em 585 municípios, ações de marketing turístico em 400, contratações especializadas em 297, obras de infraestrutura em 212 e sinalização turística em 184. Houve também progresso no planejamento urbano. Embora somente 45,2% tenham planos diretores, 89,1% já aplicam diretrizes específicas de turismo.

A participação social também está fortalecida. Do total, 95,7% possuem conselhos municipais de Turismo e 81,5% promovem políticas que envolvem os moradores no desenvolvimento turístico.

“Os municípios avançaram de forma consistente na governança, na sustentabilidade e na promoção dos seus destinos. Os números mostram que o trabalho integrado entre Estado, prefeituras e instâncias de governança regionais está rendendo frutos concretos e confirmam que Minas está construindo um turismo mais estruturado, responsável e conectado às vocações de cada território”, avalia a secretária de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Bárbara Bodega.

ES realiza formatura coletiva de 2.263 alunos

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), realizou, nesta quarta-feira (17), a formatura coletiva de 2.263 alunos do Programa Qualificar ES da Região Metropolitana da Grande Vitória, em cerimônia realizada na Capital, com a presença do governador do Estado, Renato Casagrande, e do vice-governador Ricardo Ferraço.

Casagrande destacou o sucesso do Programa de qualificação profissional. “Em oito anos vamos alcançar mais de 1 milhão de diplomas emitidos. É gente que se prepara para buscar oportunidades de emprego, de empreender. É um programa importante para que possamos levar dignidade e qualidade de vida para os capixabas”, disse o governador.

Para o vice-governador, o QualificarES promove cidadania e esperança. “Esse é mais um dia de festa e celebração. Esse olhar com brilho nos olhos das pessoas é contagiante. Esse é um programa sério, inclusivo, que dá oportunidade a mulheres e homens que querem prosperar. E os resultados estão aí. Política pública eficiente, milhares de pessoas qualificadas e formadas para exercer uma profissão e empreender. Isso é dignidade para as famílias, cidadania. Essa é a função do Governo, promover cidadania, cuidar das pessoas. Enquanto estivermos liderando a gestão do Espírito Santo o Qualificar vai continuar e se expandir, permitindo as pessoas a fazer quantos cursos tiverem interesse. Vamos em frente, trabalhando sempre”, afirmou Ricardo Ferraço.



Evento integra programa Qualificar ES na Região Metropolitana

MG amplia atrações ao público no Parque do Palácio

O Governo de Minas, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), inaugurou novas atrações no Parque do Palácio, em Belo Horizonte, nesta quinta-feira (18/12). O Palácio das Mangabeiras foi residência oficial dos governadores do Estado até ser cedido à companhia, em 2019, por meio de um convênio para transformar o espaço em um equipamento cultural, turístico e de lazer aberto ao público.

Em 2022, a Codemge firmou uma parceria público-privada (PPP) com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) e as empresas Malab Produções e Grifa para assegurar uma agenda permanente de eventos e o acesso da população ao Parque do Palácio, que passa a contar agora com um novo parquinho infantil, projetado pela designer Cynthia Silva, dedicado à convivência, imaginação e brincadeiras das crianças.

“Estamos avançando no conceito de que este é um espaço aberto para todas as pessoas, e não um palácio frequentado por poucos”, afirma a diretora-

Antiga residência dos governadores vem sendo aberta à visitação

-presidente da Codemge, Luísa Barreto.

Ainda na área externa, outra novidade é uma pista exclusiva para bicicletas, para crianças a partir de 4 anos de idade, com lombadas e curvas que permitem ganhar velocidade sem pedalar. O uso de capacete é obrigatório, além de calçados fechados e respeito às normas de condução, sempre priorizando a segurança e o controle da bicicleta.

Esse projeto está sendo desenvolvido em parceria com Geraldo Coelho, coordenador da modalidade Trial da Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM), e Anderson Barroso, com equipe técnica da VêloLapin PumpTracker.

“Existe uma clareza sobre as voca-



O Palácio das Mangabeiras foi residência oficial dos governadores

ções do Parque. É realmente o início de uma nova fase, em que o espaço começa a funcionar como parque, do jeito que a gente sempre quis: atendendo crianças, famílias e com um aproveitamento muito maior ao longo do dia”, explica o gestor do Parque do Palácio, João Grillo.

Na parte interna do palácio, os visitantes poderão conhecer uma exposição fixa que conta a história do edifício, desenvolvida pelo arquiteto e cenógrafo Alexandre Rousset, em parceria com o Departamento de História da PUC Minas.

Essa mostra apresenta um panorama desde a construção do Palácio das Mangabeiras, na década de 1950, até o presente, ilustrando todos os governadores de Minas Gerais nesse período.

A ideia é atender tanto turistas que visitam Belo Horizonte quanto moradores que desejam conhecer a história do antigo Palácio das Mangabeiras, apresentando um panorama claro e aces-

sível sobre a trajetória do edifício e sua relação com a cidade.

“A Codemge tem muito orgulho em ter contribuído para esse processo desde 2019, viabilizando essa determinação do governador Romeu Zema, que se recusou a usar o Palácio como moradia. E, com as novas estruturas e ofertas do local, damos um passo importante para que o Mangabeiras aberto à população seja uma política de Estado, definitiva e consolidada”, analisa Luísa Barreto.

O segundo andar da casa receberá exposições itinerantes e a primeira será o ateliê aberto da artista Lu Simão, que traz para o parque seu processo criativo e sua convivência com o público.

Outro destaque é a revitalização da instalação Cuboesia, projeto de Bel Diniz Arquitetura e João Diniz Arquitetura, criada em 2019. A obra é um pavilhão híbrido que une arquitetura, design, escultura, paisagismo, som

e poesia, permitindo que o visitante entre na poesia por meio das estrofes vazadas nas faces do cubo. A trilha sonora, composta pelos arquitetos, reforça a experiência sensorial da visita.

O Parque do Palácio, que tinha entrada gratuita às quartas, agora pode ser acessado sem custo de quarta a sexta, de 10h às 18h, com a Entrada Codemge, que pode ser retirada pela plataforma Sympla. Aos sábados e domingos, o local fica aberto de 9h às 18h.

Com 42 mil metros quadrados de área, o Parque do Palácio virou um centro cultural integrado à natureza, oferecendo uma programação de eventos culturais e abrigando espaços gastronômicos. O local vem sediando exposições, festivais, feiras e outros eventos, demonstrando que é propício para celebrar a arquitetura, o modernismo, o patrimônio, a história, a natureza e os encontros em meio à bela paisagem.

Ações do Instituto Mineiro de Agropecuária marcam o desenvolvimento em 2025

Diego Vargas / Seapa-MG

Em 2025, o agronegócio mineiro pode novamente superar as exportações do setor de mineração, conforme destacou o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Thales Fernandes. O resultado reflete a eficácia das políticas públicas adotadas e o fortalecimento institucional do setor. Nesse contexto, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) desempenhou papel estratégico e indispensável.

O órgão avançou em marcos regulatórios modernos, ampliou ações de fiscalização, investiu em capacitação e reforçou a segurança sanitária em todas as regiões do estado. O conjunto dessas entregas evidencia a responsabilidade do órgão em sustentar a competitividade do campo mineiro, garantindo previsibilidade, pro-

teção ao rebanho, clareza para o produtor e alimentos seguros para a população.

Segundo a diretora-geral do IMA, Luiza de Castro, o instituto não é apenas um órgão técnico. É a garantia viva da defesa sanitária animal e vegetal, da inspeção rigorosa de produtos, da certificação que abre portas globais, da educação sanitária que empodera produtores e do apoio à agroindústria familiar.

Ela ressalta “cada fiscalização realizada, normativa atualizada, certificação concedida, implementação de novas ferramentas do sistema de inovação tecnológica do órgão e conscientização promovida pelo IMA convergem para tornar o produtor mineiro imbatível nos mercados interno e externo, entregar alimentos



IMA realizou mais de 70 mil fiscalizações

seguros à mesa dos brasileiros e impulsionar o crescimento sustentável do setor mineiro”.

O instituto, ao longo de 2025, ampliou instrumentos que asseguram valor agregado aos produtos mineiros, como a publica-

ção do Regulamento Técnico do Queijo Cabacinha, a modernização dos decretos de inspeção de produtos de origem animal, a sanção do decreto de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal, a aprovação do

Passaporte Sanitário Equestre e entre outras normativas.

Também criou duas novas certificações no âmbito do Programa Certifica Minas: Agricultura Regenerativa e Piscicultura Ornamental, abrindo novos caminhos de competitividade, sustentabilidade e qualificação produtiva para os produtores.

No campo da vigilância, o ano foi marcado por números expressivos. Na área animal, quase 50 mil fiscalizações foram realizadas em estabelecimentos de produção, pontos de comercialização de produtos veterinários, locais de realização de exames e outras ações. Já na vigilância vegetal, quase 35 mil fiscalizações abrangeram propriedades agrícolas de relevância econômica, uso e comércio de agrotóxicos e de sementes e mudas.

CORREIO NORDESTE

Rodrigo Marinho / Ascom Seplag



Mudança foi feita para ampliar as participações

Alagoas estende prazo para o Selo da Diversidade 2025

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio prorrogou o prazo de inscrições para o Selo da Diversidade 2025, que receberá inscrições até o dia 19 de janeiro, através do portal SEI. A mudança foi feita com o objetivo de ampliar a participação de órgãos e entidades do Governo de Alagoas no processo de reconhecimento de ações e práticas inclusivas no ambiente de trabalho. O Selo da Diversidade é um projeto que busca reconhecer e premiar os órgãos e entidades que desenvolvem iniciativas voltadas à promoção da diversidade, equidade e inclusão no serviço público estadual. O projeto é dividido em eixos temáticos como gênero, raça e etnia, população LGBTQIAPN+.

Renegociação de débitos do ICMS

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) prorrogou até o dia 30 de dezembro o prazo para adesão do Programa de Renegociação de Débitos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os contribuintes contam com condições especiais, como a possibilidade de parcelamento das dívidas em até 60 vezes. Podem ser renegociados débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, contraídos até o dia 28 de fevereiro de 2025.

Gabriel Paulino



Governador recebe integrantes locais da Expo

Piauí na Expo Favela 2025

O governador do Piauí, Rafael Fonteles recebeu no Palácio de Karnak, a professora e empreendedora Catiane Sousa, fundadora da startup i9 Nursing e representante do Piauí entre os dez melhores empreendimentos da Expo Favela 2025. No encontro, ele destacou o protagonismo da empreendedora, que atua na prevenção de amputações de pés e dedos por meio de uma metodologia inovadora, já replicada em todo o país. A Expo Favela 2025 foi realizada nos dias 29 e 30 de novembro, em São Paulo.

RN: operação verão com segurança

Com investimento de aproximadamente R\$ 15 milhões do governo do estado, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed) do Rio Grande do Norte apresentou na manhã da última quarta-feira (17), em coletiva de imprensa, o planejamento para a Operação Verão 2026, que se inicia logo nos primeiros dias de janeiro e vai até o final do carnaval.

Investimento

O governo do Rio Grande do Norte dá continuidade às reformas e adequações das escolas estaduais. No início desta semana, a governadora Fátima Bezerra assinou a ordem de serviço para execução de obras na Escola Estadual Jean Mer-moz, em Natal, no valor de R\$ 5 milhões.

Doação de sangue

Para reforçar o estoque de sangue durante o período de final de ano, a hemocentro da Bahia, lança nesta semana a campanha “Neste Natal, faça o bem circular. Doe sangue!”, com o objetivo de conscientizar e mobilizar os doadores a participarem do ciclo da solidariedade que ajuda a salvar vidas.

Rodovia

O estado do Piauí dá mais um passo à frente na implementação da Reforma Tributária, publicando a Emenda Constitucional (EC) nº 70, que altera a Constituição Estadual do Piauí para adequá-la à Reforma Tributária Nacional, instituída por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Ação da polícia

Em novas diligências coordenadas pela Polícia Civil do estado do Ceará (PCCE), mais quatro pessoas, sendo três homens e uma mulher, envolvidas diretamente no incêndio de um barco registrado na cidade de Itarema, na Área Integrada de Segurança 17 (AIS 17) do Ceará, no último dia 8, foram capturadas em flagrante.

Esporte

O surfista baiano, Pedro Emmanuel da Veiga, 14 anos, já soma 10 títulos brasileiros e destaque em mundiais (5º na categoria, 9º entre profissionais). Agora, mira ser o mais jovem campeão sub-21 no APP World Tour Pro Junior, em Gran Canaria. Na 1ª bateria, venceu e marcou a nota mais alta do dia.

Resgate

A Polícia Civil do estado do Ceará (PCCE), em conjunto com a Secretaria de Proteção Animal (Sepa) do município de Brejo Santo, na Área Integrada de Segurança 19 (AIS 19) do Ceará, resgatou mais e 100 animais, entre cães e gatos, que estavam sendo mantidos em situação de maus-tratos em um canil.



Ações de combate à fome são reconhecidas em evento

Sergipe se destaca no combate à fome

Outra importante conquista foi alcançar 100% de adesão ao Sisa

Sergipe foi reconhecido nacionalmente nesta quarta-feira (17), em Brasília, ao receber do Governo Federal uma Menção de Destaque por integrar o grupo dos cinco estados que mais reduziram a insegurança alimentar grave (fome) entre 2022 e 2024. A honraria valoriza a contribuição do estado para o avanço do direito humano à alimentação adequada no país, concedida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), no contexto do Prêmio Brasil Sem Fome.

Na mesma cerimônia, Sergipe recebeu uma segunda Menção de Destaque por alcançar 100% de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), reforçando o compromisso do estado com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (Seasic) foi representada pelo secretário interino Lucas Gregório Araújo, em nome da secretária Érica Mitidieri, e pelo engenheiro agrônomo Luiz Campos, coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reforçando a presença técnica em pautas ligadas à agricultura familiar, abastecimento e combate à fome.

Para a secretária e primeira-dama Érica Mitidieri, o reconhecimento está ancorado em resultados concretos e políticas públicas com continuidade. “Sergipe reduziu de 49,3% para 35% os domicílios com algum nível de insegurança alimentar em 2024, com a fome grave caindo para 4%. Programas como o Prato do Povo, com quase 2 milhões de refeições, e o PAA, fortalecendo a agricultura familiar, mostram que segurança alimentar é direito, não favor”, destacou.

O que significa ter 100% de adesão ao Sisan

A adesão integral ao Sisan formaliza uma estrutura de governança que organiza a política de segurança alimentar no estado, com regras, instâncias e responsabilidades compartilhadas. Cada município deve manter mecanismos locais de coordenação e participação social, como conselhos e câmaras, para mapear demandas, definir prioridades e acompanhar ações.

Segundo a Seasic, a adesão total garante padrão mínimo de funcionamento em todas as cidades, permitindo planejamento e monitoramento consistentes das políticas públicas, desde a compra e distribuição de alimentos até a articulação com serviços socioassistenciais. Além disso, fortalece a participação social, promovendo transparência e alinhamento das ações às necessidades locais.

Piauí aprova emenda local para nova reforma tributária

Com emenda publicada, estado alinha legislação ao novo IBS

O estado do Piauí avançou na terça-feira (16) na implementação da Reforma Tributária Nacional com a publicação da Emenda Constitucional nº 70 no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 243/2025, que altera a Constituição Estadual para adequá-la à Emenda Constitucional nº 132, promulgada em dezembro de 2023, e incorporar o novo modelo tributário brasileiro.

A iniciativa busca modernizar o sistema e garantir segurança jurídica e operacional aos contribuintes e gestores públicos piauienses.

A reforma nacional, aprovada após décadas de debates no Congresso Nacional, transformou profundamente o sistema de tributos sobre consumo no Brasil. Ela substitui cinco impostos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dividido em duas partes: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado entre estados e municípios.

No Piauí, a Emenda Constitucional nº 70 inclui o IBS na Constituição Estadual e atualiza dispositivos sobre tributos como o ITCMD, o IPVA e a Contri-



Ascom PI

Projeto de Lei estabelece como ficará a repartição da cota parte do IBS

buição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, alinhando-os às diretrizes constitucionais federais. Entre as mudanças está a possibilidade de alíquotas diferenciadas de IPVA conforme tipo de veículo, valor, uso e impacto ambiental, o que representa um movimento de modernização tributária em nível estadual.

O secretário da Fazenda do Piauí, Emílio Júnior, destacou que a adequação da legislação estadual garante que o Piauí implemente a reforma de forma estru-

turada e segura, em consonância com as orientações do Comitê Gestor do IBS — órgão criado pela Emenda Constitucional 132 para administrar o novo tributo com representação paritária de estados e municípios.

Para o coordenador do Grupo de Trabalho de Reforma Tributária no estado, Bruno Carvalho, a adequação normativa é essencial para dar previsibilidade aos contribuintes. “Queremos apoiar os municípios e todos os contribuintes piauienses para o

desempenho adequado de suas atribuições no contexto da Reforma Tributária do Consumo (RTC)”, afirmou.

Distribuição do IBS às prefeituras

O governo estadual também enviou à Assembleia Legislativa uma mensagem com projeto de lei que define como será a repartição da cota-parte do IBS às prefeituras.

A proposta estabelece que 25% da receita base do IBS esta-

dual será creditada aos municípios, com critérios que ponderam população, desempenho educacional, preservação ambiental e repasse igualitário, promovendo equidade e incentivando a implementação de políticas públicas locais.

“A Constituição Federal e, agora, também a do Piauí definem que a legislação estadual estabelecerá critérios para a repartição municipal do IBS, considerando população, educação, meio ambiente e distribuição igualitária”, explicou Bruno Carvalho.

Para ampliar o entendimento da sociedade sobre a reforma e seus impactos, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-PI) está promovendo uma série de encontros intitulados “Dialogando sobre a Reforma Tributária” em Teresina e em outras regiões. Os eventos contam com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRC-PI) e da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Piauí (OAB-PI) e têm como objetivo orientar contribuintes, contadores, advogados e gestores públicos sobre as mudanças trazidas pela reforma e as etapas de transição que se estendem até 2033, prazo previsto para a implementação total do novo sistema de tributos.

Paraíba assina ações pela Primeira Infância

Com o objetivo de fortalecer a produção de conhecimento e desenvolver projetos nas áreas de Pesquisa, Ensino e Extensão voltados à Primeira Infância, o Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties), assinou na quarta-feira (17) um Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapesq) e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB).

A assinatura integra um conjunto de iniciativas do Pacto Paraibano pela Primeira Infância, coordenado pelo TCE-PB. O foco principal do acordo é gerar evidências científicas e informações estratégicas que apoiem a formulação e a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos no estado. A ação reforça o compromisso institucional com a qualidade do cuidado, educação e proteção na primeira infância, etapa reconhe-

cida como fundamental para o desenvolvimento humano e social.

Para o secretário da Secties, Claudio Furtado, a cooperação representa uma integração entre governo, instituições de ensino e pesquisa. “Essa parceria demonstra a participação do Estado, por meio da Secties e da Fapesq, no pacto, apoiando as instituições públicas de ensino para que sejam desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão voltados a políticas de Primeira Infância. É essencial que a educação seja olhada desde as creches até o Ensino Superior, e essas pesquisas subsidiarão políticas públicas mais eficientes e de maior impacto social”, afirmou.

O Pacto Paraibano pela Primeira Infância foi formalizado em reunião no auditório do TCE-PB, com a presença de Claudio Furtado, do presidente da Fapesq, Rangel Junior, e do presidente do TCE-PB, Fábio Nogueira. Durante a cerimônia, Nogueira destacou que o acor-

do prevê ações estruturadas que utilizarão a expertise das instituições parceiras e que terão impacto significativo no cenário da Primeira Infância na Paraíba nos próximos anos.

A gestão do projeto ficará a cargo da Secties, que será responsável pela coordenação geral das ações e supervisão dos atores envolvidos. A Fapesq terá a incumbência de conduzir os processos seletivos dos bolsistas e fornecer suporte técnico para a execução das atividades. Já o TCE-PB fornecerá subsídios técnicos, dados e informações para o Observatório Digital da Primeira Infância, além de colaborar com articulações institucionais e suporte especializado, garantindo que as iniciativas sejam alinhadas às necessidades do território e das políticas públicas vigentes.

A cooperação técnica geral entre Secties, Fapesq e TCE-PB reforça a importância de unir esforços entre governo, ciência e controle social.



Ascom PB

A assinatura fez parte de um conjunto de ações

Caatinga terá área recuperada em ação

Bioma nordestino mais ameaçado terá investimentos até 2045

O bioma Caatinga, exclusivo do Brasil e predominante na região Nordeste, ganhou protagonismo nesta semana com a apresentação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil), lançado terça-feira (16) em Brasília pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A meta é recuperar 10 milhões de hectares de terras degradadas, especialmente nas áreas mais suscetíveis à desertificação no semiárido nordestino, onde vivem cerca de 39 milhões de pessoas. A Caatinga é o bioma mais ameaçado pela desertificação no país, um processo em que a terra perde sua capacidade produtiva devido à degradação do solo, uso inadequado da terra e efeitos agravados pela seca e pelas mudanças climáticas. No Brasil, cerca de 18% do território nacional enfrenta riscos de desertificação, e a maior parte disso está concentrada no Nordeste. O PAB-Brasil inclui 175 iniciativas com foco em combater a desertificação e recuperar solos degradados em diferentes biomas até 2045. O plano tem, entre seus objetivos, estimular a recomposição da vegetação nativa, aumentar a disponibilidade de água, fomentar a produção rural sustentável e gerar emprego e renda nas comunidades locais.

Segundo o diretor do Depar-



Agência Brasil

A Caatinga ocupa grande parte do território nordestino

tamento de Combate à Desertificação do MMA, Alexandre Pires, com o plano espera-se “alavancar todo o processo de restauração socioprodutiva, assegurando a recuperação do solo degradado, da recomposição vegetal, da disponibilidade de água, da produção de alimentos saudáveis e da geração de trabalho e emprego”, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

A Caatinga ocupa grande parte do território nordestino e se estende por estados como Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Sergipe e o norte de Minas Gerais. É um bioma rico em biodiversidade, mas já sofreu profundas alterações pela ocupação

humana, desmatamento, queimadas e uso insustentável do solo.

Além de recuperar áreas degradadas, o plano inclui mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) para povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares que promovem conservação ambiental, reforçando a importância da participação local na preservação da Caatinga.

A importância estratégica da Caatinga tem sido reconhecida também em iniciativas regionais. O Consórcio Nordeste, articulação de governadores da região, celebra avanços na aprovação do Fundo Caatinga, destinado a financiar a preservação e recuperação do bioma por meio da

captação de recursos nacionais e internacionais.

Além disso, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) tem atuado na promoção de investimentos e no fortalecimento de políticas públicas para o semiárido. Em 2025, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinou R\$ 100 milhões a projetos relacionados à Caatinga, com foco na sustentabilidade ambiental, recuperação de áreas degradadas e fomento ao desenvolvimento regional.

Especialistas ressaltam que a restauração da Caatinga pode trazer benefícios econômicos e ambientais expressivos. Estudo do Instituto Escolhas aponta que a restauração florestal do bioma poderia gerar cerca de R\$ 29,7 bilhões em receita líquida, remover milhões de toneladas de carbono da atmosfera.

O enfrentamento da desertificação passa pela integração de políticas públicas nacionais e regionais, apoio à agricultura familiar e valorização dos serviços ecossistêmicos que o bioma oferece, como regulação climática, recarga de aquíferos e provisão de recursos naturais. A estratégia traçada com o PAB-Brasil e as ações complementares na região Nordeste representam um esforço conjunto para assegurar a resiliência ambiental.

Maternidade do Maranhão fala sobre HIV e suas ações

Em alusão à campanha nacional Dezembro Vermelho, de prevenção ao HIV/AIDS, a Maternidade Nossa Senhora da Penha, localizada no bairro Anjo da Guarda, em São Luís, promoveu uma palestra educativa sobre a transmissão vertical do HIV, que ocorre da mãe para o bebê. A atividade foi conduzida pelo enfermeiro obstetra Dannel Roger Almeida, que explicou os três momentos em que a transmissão pode acontecer: durante a gestação, no parto e na amamentação.

Segundo o profissional, o Brasil avançou significativamente na prevenção desse tipo de transmissão. “Este ano conseguimos eliminar em nosso país a transmissão do HIV da mãe para o bebê, graças aos avanços da ciência, à produção de medicamentos antirretrovirais e à melhoria na qualidade do pré-natal. Com o diagnóstico precoce, o início antecipado do tratamento e a redução da carga viral a níveis indetectáveis, conseguimos evitar a transmissão direta para o bebê. Por isso, é fundamental abordar esse tema durante o Dezembro Vermelho e mostrar às mães o quanto avançamos”, destacou.

Entre as participantes da palestra estava a tatuadora Darlene Cristina de Barros, de 37 anos, moradora do bairro Altos do Calhau e gestante de primeira vez. Para ela, a ação foi esclarecedora. “Eu já conhecia o tema, mas foi muito importante a forma clara como o enfermeiro explicou. Mesmo com a eliminação da transmissão, muitas mães ainda não têm conhecimento suficiente sobre o assunto”, afirmou.

Durante o encontro, foram reforçadas as principais formas de transmissão do HIV: durante a gestação, quando o vírus pode atravessar a placenta; no parto, por meio do contato do bebê com o sangue e secreções da mãe; e na amamentação, já que o HIV pode ser transmitido pelo leite materno.

A prevenção da transmissão vertical é gratuita e eficaz pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da testagem para HIV no pré-natal e no terceiro trimestre da gestação, do uso de terapia antirretroviral durante toda a gravidez, do planejamento adequado do parto, incluindo a cesariana, quando indicada, e da administração de medicamentos antirretrovirais ao recém-nascido, logo após o nascimento.

A Maternidade Nossa Senhora da Penha é referência para gestação de risco habitual e oferece consultas de pré-natal, assistência ao parto e ao pós-parto, garantindo cuidado integral.

Natal mais inclusivo em Campina Grande

O Centro de Atendimento ao Autista (CAA), em parceria com a Associação Campinense de Pais de Autistas (ACPA), realizou a III Cantata do Natal da Inclusão, no Centro de Convenções do Garden Hotel, em Campina Grande.

O evento reuniu famílias, profissionais e convidados em uma noite marcada por emoção, música e valorização da diversidade, reforçando o verdadeiro sentido do Natal por meio da inclusão e do respeito às diferenças.

Programação

A cantata contou com apresentações protagonizadas por crianças e adolescentes atendidos pelo CAA, evidenciando o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do ano e a importância de criar espaços onde crianças e

adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) possam ocupar o palco e a vida social com autonomia e dignidade.

A iniciativa integra a política pública do Governo da Paraíba voltada à promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

A coordenadora do CAA de Campina Grande, Roberta Figueiredo, destacou que o evento simboliza muito mais do que uma apresentação artística.

“O Natal da Inclusão representa muito mais que uma apresentação isolada. Ele simboliza respeito, acolhimento e a valorização de cada criança. Hoje, celebramos conquistas, superações e mostramos que a inclusão transforma vidas. Que esse momento nos lembre do verdadeiro significado do Natal: amor, empatia e união”.



Ascom PB

A cantata contou com apresentações de crianças

Maranhão celebra tradição das rendeiras da região

Município maranhense valoriza renda de bilro e gera renda com políticas públicas



Raposa celebra Dia Municipal das Rendeiras

Entre bilros e belezas naturais, Raposa, um dos quatro municípios da Grande Ilha de São Luís, celebra sua tradição e revela o talento das mulheres que bordam a história do Maranhão. Na quarta-feira (17), foi comemorado o Dia Municipal das Rendeiras da Raposa, uma marca cultural que se tornou patrimônio e orgulho estadual.

A poucos quilômetros da capital maranhense, a cidade encanta com paisagens paradisíacas, culinária marcante e o som ritmado dos bilros, que há quase oito décadas transformam fios em arte. São cerca de 28 quilômetros da capital pela MA-203, em aproximadamente 40 minutos de carro. Logo na chegada, a brisa litorânea e o colorido das rendas no tradicional Corredor das Rendeiras recebem visitantes com o melhor do artesanato local.

Mais do que um simples ofício, a renda de bilro é símbolo de identidade, sustento e história da

Raposa. Nas mãos das artesãs, o “toc-toc” dos bilros transforma-se em música, e cada ponto bordado carrega séculos de tradição, transmitida de mãe para filha. As peças — roupas, toalhas, sous-plats, caminhos de mesa e adornos — refletem não apenas delicadeza, mas também a força das mulheres que mantêm viva essa herança cultural maranhense.

O legado ganhou novo fôlego com o reconhecimento oficial do Governo do Estado. Em 2024, foram sancionadas duas leis históricas: a Lei nº 12.262/2024, que declara Raposa como Terra do Artesanato Renda de Bilro, e a Lei nº 12.242/2024, que eleva a renda de bilro à condição de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Maranhão.

A secretária de Estado do Turismo, Socorro Araújo, afirma que o apoio institucional se traduz em oportunidades reais. “Apoiar os profissionais do artesanato e as rendeiras é priori-

dade. Garantimos participação em feiras nacionais, ampliando a comercialização dos produtos e conquistando novos mercados. Esse apoio é fundamental para que a renda de bilro continue viva, gerando renda e fortalecendo a cultura”, destacou.

A história das rendeiras se entrelaça com a criação da Associação das Rendeiras da Praia da Raposa, fundada em 1980 por mulheres que decidiram comercializar diretamente suas produções. Atualmente, cerca de 50 mulheres produzem diariamente no espaço.

“Quando termino uma peça e vejo a satisfação do cliente, sinto que todo esforço valeu a pena. A associação nasceu da coragem de mulheres que não aceitaram a desvalorização e permanece viva até hoje, como prova da nossa força e união”, afirma Marilene Marques, presidente da Associação e filha de uma das pioneiras.

O Centro de Comercializa-

ção de Produtos Artesanais do Maranhão também é uma vitrine para as peças da Raposa. Lá, visitantes podem adquirir produtos originais das rendeiras, valorizando o trabalho manual e levando um pouco da cultura.

“O Ceprama abriu portas para que nossas peças alcancem um público maior e valorizem ainda mais nossa arte. Com apoio do Estado, participamos de feiras como a Fenearte e o Salão do Artesanato, conquistando novos mercados”, destaca a artesã Maria Celeste.

Em 2025, a participação das rendeiras em grandes eventos resultou na comercialização de 477 peças e na geração de R\$ 42.328,00, beneficiando diretamente 33 artesãs e outras 26 pessoas de suas famílias e comunidades.

Para a coordenadora estadual do Programa do Artesanato Brasileiro, Liliane Castro, “as rendeiras da Raposa não são

apenas guardiãs de uma técnica artesanal: são artistas, profissionais e símbolos de resistência cultural. Com políticas públicas e reconhecimento da sociedade, a renda de bilro segue firme, perpetuando uma tradição que é patrimônio e orgulho do Maranhão”.

Além do artesanato, Raposa encanta com suas paisagens, conhecidas como “fronhas maranhenses”, dunas e lagoas que lembram os Lençóis Maranhenses. Passeios partem diariamente da praia de Raposa em lanchas ou catamarãs, com duração média de uma hora, incluindo paradas para banho, fotos e degustação de petiscos típicos.

A culinária local também é destaque, com peixe frito, torta de camarão e o famoso arroz de cuxá servidos à beira-mar. Visitar Raposa é viver uma experiência completa: apreciar a natureza, saborear a gastronomia maranhense e levar na bagagem uma peça artesanal.

Ferrovia Transnordestina apresentou viagem teste entre o Piauí e o Ceará

A ferrovia Transnordestina entrou em teste na quinta-feira (18). A primeira viagem tem como ponto de partida a cidade de Bela Vista do Piauí e segue até Iguatu, no Ceará, com uma composição de 20 vagões. O trecho a ser percorrido possui 585 km de extensão. A viagem marca o início da operação da ferrovia, que terá papel estratégico no desenvolvimento econômico do Piauí.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) emitiu autorização para a etapa de transporte comissionado. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também emitiu a Licença de Operação (LO) que possibilita o transporte de cargas neste trecho.

Esta viagem teste deve durar

aproximadamente 20 horas e fará o transporte de uma carga de milho. O carregamento do trem ocorrerá em um ponto próximo ao local onde está sendo construído o Terminal Intermodal de Cargas do Piauí (TIPI), terminal próprio da TLSA, em Bela Vista do Piauí. Já o descarregamento será próximo ao espaço onde está sendo construído o Terminal Logístico de Iguatu, de propriedade de empresários da região.

O início efetivo do transporte comissionado será programado em conjunto entre os Governos Federal, do Ceará e do Piauí. Ferrovia Transnordestina (Foto: Francisco Gilásio)De acordo com a TSLA (Transnordestina Logística S.A), a fase 1 será finalizada em 2027, conectando a ferrovia com o Porto de Pecém



Agência GOV

Foram percorridos 585 km entre as cidades

(CE). E o trecho de 151 km, que passa por Eliseu Martins e Paes Landim, no Piauí, será retomado no início do ano que vem e a previsão de conclusão é para 2028, um ano e meio antes do previsto.

No total, a ferrovia terá 1.206 km de extensão e a obra empregará mais de 4 mil trabalhadores. Já foram executados 676 km da linha principal e, atualmente, 280 km da ferrovia estão sendo

construídos em seis lotes simultaneamente. Nos lotes 4 e 5, estão sendo colocados trilhos, dormentes e brita num trecho de 108 km. Já os lotes 6, 7, 8 e 11 passam por obras de infraestrutura (bueiros, pontes, terraplanagem e viadutos) em 178 km.

A Transnordestina é a maior obra linear em execução no Brasil. Em sua infraestrutura, o projeto prevê 186 milhões de metros cúbicos de terraplanagem, 143 pontes e viadutos, além de 65km de bueiros.

A ferrovia será composta por 2,2 milhões de dormentes, 209 mil toneladas de trilhos e 3,2 milhões de metros cúbicos de brita. Estão sendo produzidos, em média, 4,8 mil dormentes e 4,5 metros cúbicos de brita por dia para atender à obra.

CORREIO NORTE

Diego Gurgel/Secom



Paraense ficou em 18º dentre as universidades nacionais

Ufopa entre as universidades mais sustentáveis do Brasil

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) registrou crescimento expressivo no Ranking GreenMetric, que avalia a sustentabilidade em universidades de todo o mundo. Em 2025, a instituição alcançou a 18ª posição entre as universidades brasileiras e a 539ª colocação mundial, entre 1.745 avaliadas, o melhor desempenho desde sua entrada no ranking, em 2020. Criado pela Universitas Indonésia, o GreenMetric analisa critérios como infraestrutura, energia, resíduos, água, transporte e educação ambiental. Desde a primeira participação, quando ocupava a 34ª posição nacional, a Ufopa ampliou de forma consistente sua pontuação, chegando a 6.720 pontos. O resultado reflete o fortalecimento das políticas institucionais de sustentabilidade.

Belém cresce como destino de verão

Belém figura entre os destinos emergentes com aumento na procura para as férias de verão 2025/2026, segundo levantamento da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa). O resultado evidencia o fortalecimento da capital paraense no cenário nacional, impulsionado pela diversidade cultural. A pesquisa analisou a demanda para o período de Natal, Réveillon e férias de verão e apontou um mercado aquecido e estável.

Divulgação



Estações Cidadania garantem funcionamento ao público

Estações no Pará abrem no fim de ano

Durante as festas de final de ano, as nove Estações da Cidadania em funcionamento no Pará estarão abertas nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro. As unidades reúnem, em um único espaço, serviços municipais, estaduais e federais, facilitando o acesso da população a atendimentos como emissão de documentos, orientação jurídica, consultas processuais e serviços do Detran. As estações não funcionarão nos dias 24, 25, 26, 31 de dezembro e 1º de janeiro, conforme decreto estadual. Distribuídas em Belém, Ananindeua, Marabá, Santarém, Tucuruí, Itaituba e Parauapebas.

Amazonas divulga 70 vagas de emprego

O governo do Amazonas, por meio do Sistema Nacional de Empregos (Sine) coordenado pela Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo (Setemp) divulga 70 vagas de emprego disponíveis para hoje (19). Os interessados em concorrer às vagas devem comparecer na sede do Sine Amazonas, localizada na Galeria+, avenida Djalma Batista, 1.018 (entre o Amazonas Shopping e o Manaus Plaza).

Parceria

O governo de Roraima firmou um Termo de Cooperação Técnica com a empresa 99 para oferecer transporte seguro a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que precisem se deslocar para acessar serviços da rede pública de atendimento. A iniciativa é coordenada pela Secretaria da Segurança Pública.

IPVA

O governo de Roraima regulamentou novas regras para o pagamento do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). A medida integra a regulamentação que permitirá aos condutores efetuar o pagamento do IPVA em cota única, com desconto de 10%, ou parcelado em até 10 vezes iguais em 2026.

Pagamento

O governo de Rondônia autorizou o pagamento de um abono no valor total de R\$ 5 mil aos servidores da Educação da rede estadual. A medida tem como objetivo reconhecer e valorizar os profissionais. Os recursos destinados ao abono são provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Obras

A prefeitura de Palmas (TO), por meio da Secretaria Municipal da Educação (Semed), concluiu, no segundo semestre, uma série de obras de ampliação e melhoria da infraestrutura em unidades da rede municipal de ensino. Outras obras seguem em andamento com previsão de entrega já em 2026. O investimento é de R\$ 32 milhões.

Operação

A Polícia Civil do Pará, por meio da Delegacia Especializada em Recuperação de Dispositivos Móveis (DERDM), entregou mais de 500 telefones celulares, na manhã desta quinta-feira (18), durante a operação "Reconecta". A ação policial contou com a participação do Núcleo de Inteligência Policial (NIP).

Serviços

A prefeitura de Palmas (TO) realiza mais de mil atendimentos mensais no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Os serviços são qualificados em prótese dentária, endodontia, odontopediatria para crianças e adolescentes, estomatologia, periodontia, cirurgia bucomaxilofacial dentre outros.



STF tem maioria para anular investigação contra governador

STF pode anular investigação contra Cameli

Ainda faltam os votos dos ministros Fux e Gilmar Mendes

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na noite de quarta (17), por maioria de votos, anular parte das investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF) contra o governador do Acre, Gladson Cameli (PP). O governador tornou-se réu no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e fraude em licitação.

A acusação envolve o suposto desvio de recursos por meio de empresas que mantinham contratos com o governo do Acre. De acordo com as investigações da Polícia Federal, essas empresas contrataram outras firmas que tinham familiares do governador como sócios e que teriam sido utilizadas para o desvio de recursos públicos.

Cerca de R\$ 11 milhões teriam sido desviados, conforme apontam os investigadores. Até o momento, o placar no STF é de três votos a um a favor do recurso da defesa, com o reconhecimento de irregularidades na apuração contra o governador. A votação virtual deve ser finalizada nesta sexta-feira (19). Os advogados alegaram que a investigação foi marcada pela requisição irregular de relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e pela adoção de outras medidas sem autorização judicial.

Prevalece no julgamento o voto do ministro André Men-

donça. O magistrado afirmou que as irregularidades ocorreram no início das investigações, quando a PF solicitou relatórios financeiros ao Coaf.

As suspeitas começaram a ser apuradas em 2019, mas apenas nos anos seguintes o caso foi encaminhado ao STJ, tribunal competente para julgar governadores. O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou contra o recurso da defesa. Ainda faltam os votos dos ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Paralelamente ao recurso analisado no STF, a Corte Especial do STJ iniciou, na quinta-feira (18), o julgamento da ação penal contra o governador. Em seu voto, a ministra Nancy Andrighi, relatora do processo, manifestou-se pela condenação de Cameli a 25 anos de prisão e ao pagamento de R\$ 11 milhões em indenização, além da perda do cargo. Na sequência, o ministro João Otávio de Noronha pediu vista do processo. O julgamento será retomado em 2026, em razão do recesso.

Em nota, o governador Gladson Cameli afirmou "que houvesse um posicionamento negativo no julgamento dessa corte, ainda caberia recurso, sendo que qualquer definição só pode ocorrer após o trânsito em julgado da ação". Ele afirmou ainda que "segue trabalhando de forma confiante e serena, acreditando na Justiça e nas instituições".

Tocantins investiu mais de R\$ 3 bilhões na saúde

Investimentos resultaram em mais de 15 mil cirurgias eletivas

O governo do Tocantins consolidou, neste ano, uma série de avanços no Sistema Único de Saúde (SUS) com investimentos superiores a R\$ 3,1 bilhões. Os recursos garantiram a manutenção e ampliação da Rede de Atenção à Saúde, beneficiando diretamente os 139 municípios do estado e uma população de mais de 1,5 milhão de habitantes, dos quais 92% dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre as principais ações estão a entrega de mais de 20 mil mobiliários e equipamentos hospitalares, a realização de mais de 15 mil cirurgias eletivas, a execução de obras estruturantes e o fortalecimento da vigilância em saúde e do apoio aos municípios.

O estado custeou grande parte dos serviços de alta complexidade, incluindo unidades de oncologia, além de manter 71% dos leitos clínicos, 97% dos leitos de UTI e 95% das Unidades de Cuidados Intermediários.

A modernização da rede hospitalar incluiu a aquisição de equipamentos de alta tecnologia, como tomógrafos, torres de videoendoscopia e consultórios especializados, além de veículos e geradores de energia.

As melhorias ampliaram a capacidade de diagnóstico e a qualidade do atendimento em unidades estratégicas, como o Hospital Geral de Palmas.



SES/Governo do Tocantins

Governo do Tocantins realizou mais de 15 mil cirurgias eletivas

Já na área de obras, a construção do Hospital da Mulher e Maternidade Estadual, em Palmas, segue como uma das prioridades, com previsão de entrega em 2026 e investimento total de R\$ 299 milhões.

Também avançaram os projetos para implantação de uma unidade semelhante em Araguatins, além da continuidade das obras do Hospital Geral de Araguaína, da ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis e das adequações estruturais no Hospital Geral de Palmas.

O fortalecimento da rede municipal foi garantido com repasses regulares fundo a fundo, somando mais de R\$ 72 milhões

para serviços como Farmácia Básica, CAPS e Samu.

O Estado também realizou repasses emergenciais a municípios afetados por situações críticas e destinou mais de R\$ 15,5 milhões para apoiar cirurgias eletivas realizadas em parceria com prefeituras.

As cirurgias eletivas contemplaram diversas especialidades médicas e ajudaram a reduzir filas de espera em todo o estado. Paralelamente, as unidades da rede estadual intensificaram ações de humanização, com iniciativas voltadas ao acolhimento de pacientes e familiares, especialmente em alas pediátricas e maternidades.

Na vigilância em saúde, o Tocantins manteve indicadores expressivos. O estado foi destaque nacional ao alcançar, por mais de duas décadas consecutivas, a meta de vacinação da BCG. Também apresentou bom desempenho no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde e obteve redução significativa nos casos de dengue, chikungunya e zika em relação ao ano anterior.

A Hemorrede Tocantins avançou com a requalificação do Hemocentro Coordenador de Palmas, ampliando o fornecimento de plasma para a produção de medicamentos pelo SUS e implementando procedimentos inéditos, como a irradiação de hemácias para grupos de risco.

Na atenção à pessoa com deficiência, o governo estadual ampliou a entrega de próteses, órteses e equipamentos assistivos, zerando filas de espera. Também foram implantados serviços especializados, como o Centro de Atendimento ao Transtorno do Espectro Autista, além da criação de instrumentos de identificação para pessoas com condições crônicas.

Além desses avanços na saúde, o estado também tem ampliado a valorização dos trabalhadores da área, com mudanças no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, ampliação do quadro funcional e planejamento de novo concurso público.

Feira Natalina da Agricultura Familiar começa em Rio Branco

Entre os dias 20 e 26, Rio Branco recebe a Feira Natalina da Agricultura Familiar e Economia Popular e Solidária, que será realizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 549, no Centro da capital, em frente ao portão do estacionamento da prefeitura. O evento funcionará diariamente das 8h às 22h e reunirá produtos típicos do período natalino aliados à produção local, oferecendo ao público uma ampla variedade de opções para compras de fim de ano.

A feira é promovida pela Secretaria de Agricultura (Seagri) e pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Acre), com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) Acre, da prefeitura de Rio Branco, do governo do Acre, além de parceiros institucionais, parlamentares e movimentos ligados à economia solidária e à agricultura familiar. Nesta edição, o evento contará com a participação de associações, cooperativas, produtores rurais, agricultores familiares e pequenos empreendedores de diversos municípios acreanos.

A iniciativa busca fortalecer a geração de renda, valorizar o trabalho local e incentivar o consumo consciente, aproximando produtores e consumidores em um espaço coletivo de comercialização.

Entre os segmentos presentes estão alimentação, jardinagem, movelaria, cerâmica, artesanato, economia criativa, confecção, bazar, ambulantes e produtos da agricultura familiar. A diversidade de áreas reflete a pluralidade da economia popular e solidária no estado, que tem papel relevante no desenvolvimento social e econômico das comunidades.

A Feira Natalina também se destaca por estimular práticas como o cooperativismo e o associativismo, além de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável. Ao longo dos dias de programação, a população terá acesso a produtos de qualidade, com identidade cultural e preços acessíveis, especialmente voltados para as celebrações de Natal.

A cerimônia oficial de abertura da Feira Natalina está marcada para o dia 22, a partir das 18h, no próprio local do evento.

A proposta do evento é ampliar o diálogo entre a sociedade urbana e os empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar.

Ao longo das edições a Feira Natalina no estado vem se consolidando como um importante espaço de promoção da Economia Popular e Solidária.

Safra de café no Acre deve superar 187 mil toneladas

Marcos Vicentti/Secom

A produção de café no Acre teve um aumento de 113% no período que abrange novembro de 2024 e deste ano. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção do grão, que tem sido um dos cultivos em ascensão no Acre, saiu de 3.079 toneladas no ano passado para 6.581 toneladas neste ano.

Os dados apontam ainda que a safra total no estado deve chegar a 187.062 toneladas em uma área plantada de 62.913 hectares para cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas. Além do café, foram estimadas as seguintes produções: mandioca (494.311), milho (123.214), banana (89.854), soja (56.656), cana-de-açúcar (10.181), laran-

ja (5.252), arroz (4.339), feijão (2.829) e fumo (112). O cultivo da mandioca lidera com folga, seguido pelo milho e pela banana. Nos últimos anos, o estado tem apostado e incentivado na produção do café e tem se tornando um modelo de desenvolvimento sustentável, aliando economia e preservação.

Além disso, fortalece uma dinâmica de cooperativismo, que tem dado resultado e alcançado pequenos e médios produtores que agora já conseguem contribuir para essa safra.

No último dia 9, o setor cafeeiro do estado recebeu um investimento de R\$ 14,7 milhões com a assinatura de um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial ABDI e a Cooperativa dos Extrativistas do Acre (Cooperacre).



Acre dobra produção de café

CORREIO SUL

Divulgação/UFSC



Primeiro estilo cervejeiro brasileiro tem destaque mundial

SC leva cerveja brasileira a revista científica internacional

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) teve pesquisa sobre a Catharina Sour, primeiro estilo de cerveja criado no Brasil, publicada na revista internacional Food Chemistry Advances. O estudo foi desenvolvido no pós-doutorado de Amanda Felipe Reitenbach no Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos e colaboração da Technical University of Munich. O artigo analisa a origem, as características sensoriais, os processos produtivos e os impactos culturais e econômicos do estilo, reconhecido pelo Beer Judge Certification Program. O trabalho aborda o uso de frutas tropicais, a fermentação láctica e mista, os desafios tecnológicos, a presença em competições e o potencial no mercado.

Serviços alterados em Curitiba

A partir de sábado (20), repartições da prefeitura de Curitiba (PR) deixam de atender ao público devido às festas de fim de ano. O retorno ocorre em 5 de janeiro. No período, há mudanças em cartões de transporte, espaços culturais, escolas e unidades de saúde. O posto de saúde na Regional Matriz abre em datas específicas com agendamento. Museus e teatros alteram horários. Na saúde, 11 unidades funcionarão em dias específicos.

Karina Freitas/POA



Espaço terá fechamento em datas do Natal e Réveillon

RS: Galeria do Dmae muda horários

A Galeria de Arte do Dmae, em Porto Alegre (RS), terá o funcionamento suspenso nos seguintes dias: 24, 25, 26 e 31 deste mês e, novamente, entre os dias 1º e 2 de janeiro, durante o período de festas de final de ano. Fora dessas datas, o espaço receberá visitantes normalmente de segunda a sexta, das 8h30 às 17h30, com entrada gratuita. Enquanto o Jardim do Dmae, localizado no mesmo endereço, permanecerá aberto diariamente das 8h às 18h, oferecendo área de lazer, convivência e contato com a natureza no bairro Moinhos de Vento.

Funcionamento do TJ do Paraná

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) divulgou as regras do recesso forense entre 2025 e 2026. O expediente será suspenso de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Entre 7 e 20 de janeiro, prazos e audiências ficam interrompidos. No período sem expediente, haverá plantões para atender demandas urgentes. Os horários e escalas podem ser consultados no site do tribunal estadual.

Nova CNH

O Detran do Rio Grande do Sul anunciou que as novas regras para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) passam a valer em 5/1. O órgão adaptou os procedimentos para cumprir integralmente as alterações previstas na legislação federal, nas medidas provisórias e também na lei estadual.

Recesso

Entre a próxima segunda (22) e 6 de janeiro, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) funcionará em regime de plantão para atendimento ao público externo. Durante o recesso forense, o expediente e os prazos ficam suspensos, incluindo tramitação de procedimentos administrativos e também extrajudiciais.

Carteira

A prefeitura de Maringá (PR), informou que entre sexta-feira (19) e 4/1, o atendimento para emissão da primeira via da Carteira de Identidade Nacional (CIN) na Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (Sejuc) ficará suspenso. A entrega de documentos já emitidos seguirá normalmente das 8h às 17h.

Contruibuição

Porto Alegre (RS) informou que os contribuintes têm até o próximo dia 30 para destinar parte do Imposto de Renda (IR) aos Fundos Municipais da Criança, do Adolescente e do Idoso. As doações transformam tributos em ações sociais, beneficiando instituições locais. O crédito deve ser feito até o fim do ano para garantir o benefício fiscal.

Curso

Inscrições para o Curso de Verão em Neurociências da Universidade Federal de Santa Catarina (URSC) até 31/1. O evento será realizado de 2/3 a 6/3, das 9h às 18h30, no Auditório do Centro de Ciências Biológicas, em Florianópolis (SC) com 60 vagas presenciais e 200 online para estudantes, docentes e profissionais.

Adoção

A Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) de Londrina (PR) promove sábado (20), na Vila do Natal, a última feira de adoção de animais de 2025, das 16h às 20h. Mais de 400 cães e gatos estão disponíveis para adoção, integrando a campanha que incentiva a adoção de animais abandonados.



Clima intenso pode causar alagamentos e vendavais

SC terá verão com calor e chuvas irregulares

Maior volume de precipitações no litoral e no planalto norte

O verão em Santa Catarina começa oficialmente às 12h03 de domingo (21) e será marcado por temperaturas elevadas e chuvas irregulares, conforme divulgado pela Secretaria da Proteção e Defesa Civil (SPDC).

No grande oeste, os volumes de precipitação devem ficar abaixo do esperado para a época, enquanto o litoral e o planalto norte devem registrar maior frequência de ocorrências, com possibilidade de temporais.

A tendência está associada ao fenômeno La Niña, que ainda não se configura oficialmente, mas já influencia a distribuição de chuvas e o aumento do calor, após primavera com temperaturas abaixo da média.

De acordo com a SPDC, as tardes de dezembro apresentam maior radiação solar e dias mais longos, o que aumenta o aquecimento e pode afetar a situação hídrica e setores como agricultura.

Apesar da redução do volume em algumas regiões, ainda são esperados temporais típicos do verão, que podem causar alagamentos, enxurradas e episódios isolados de granizo. As chuvas tornam-se mais frequentes em janeiro, principalmente entre a grande Florianópolis e norte do estado, quando a circulação marítima se intensifica e há possibilidade de eventos extremos.

Em fevereiro, o volume volta a ser irregular, mas o litoral mantém a influência marítima ativa.

A previsão foi elaborada no 235º Fórum Climático Catarinense, reunindo o Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia (Ciram), AlertaBlu, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O levantamento se baseia em dados históricos e no acompanhamento das condições oceânicas, especialmente a temperatura da superfície do Pacífico Equatorial, que apresenta resfriamento de 0,5°C típico das condições que antecedem La Niña.

Embora o fenômeno ainda não esteja oficialmente declarado, seus efeitos se refletem no clima, com chuvas abaixo da média e alterações no padrão térmico.

O Perfil Histórico de Desastres do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil mostra que o trimestre de verão concentra o maior número de ocorrências do ano, com 5540 eventos registrados entre 1995 e 2019.

Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro apresentam maior frequência de enxurradas, vendavais e tempestades intensas, resultado da combinação de calor, umidade e circulação marítima.

A SPDC recomenda atenção em tempestades, evitando trânsito em locais alagados, contato com rios, áreas de risco de deslizamentos e permanência em ambientes desprotegidos durante raios, ventos fortes ou granizo.

Rio Grande do Sul investe na cultura tradicional gaúcha

Programa CTG na Escola visa reforçar os valores do estado na educação

Marcando o encerramento das ações de 2025 do Programa Avançar Tchê, a Secretaria da Cultura (Sedac) promoveu, na quarta-feira (17) um evento focado na consolidação e na ampliação das iniciativas do governo do estado pela valorização do tradicionalismo do Rio Grande do Sul.

Realizada na Casa da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), a cerimônia contou com a entrega do Prêmio Tradicionalismo Gaúcho – por meio da certificação dos participantes e da liberação de recursos –, a assinatura dos termos de execução cultural do Edital Invernadas Culturais, o lançamento do programa CTG na Escola, o anúncio do apoio à realização de eventos do segmento e a entrega da Comenda Barbosa Lessa ao governador Eduardo Leite (PSD) pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).

Valorização da cultura

“É muito importante investirmos na valorização da cultura daqui, forjada por nossos antepassados, o que nos faz diferentes e que é preservado pelos CTGs e levado para todo o Brasil. Além dos aspectos culturais, há também uma grande relevância social e econômica nas manifestações tradicionais do povo gaúcho. Ao propor ações direcionadas ao tradicionalismo, levamos em conta



Leite recebeu a Comenda Barbosa Lessa, do Movimento Tradicionalista

que as entidades necessitam desse apoio para poderem seguir na sua missão”, destacou Leite.

O governador anunciou que, em 2026, haverá outras iniciativas de fomento ao tradicionalismo por parte do governo estadual. Na oportunidade, Leite foi agraciado com a Comenda Barbosa Lessa, a mais alta honraria do MTG, concedida a personalidades, instituições e autoridades que prestam contribuições significativas para a cultura gaúcha.

Para o secretário da Cultura, Eduardo Loureiro, a cultura do

tradicionalismo é muito rica, expressiva e fala da nossa identidade enquanto gaúchos.

“Ela se expressa por meio de entidades que valorizam a nossa tradição e que transmitem às novas gerações princípios e valores fundamentais para a formação do ser humano”, disse o secretário.

“Enquanto os jovens frequentarem espaços de cultura como os CTGs, estamos evitando muitos problemas sociais e construindo um Estado menos desigual e mais próspero e desenvolvido”, apontou.

Avançar Tchê

Loureiro apresentou dados sobre o Programa Avançar Tchê, por meio do qual o governo do Estado vem investindo mais de R\$ 21 milhões no tradicionalismo gaúcho. O secretário elencou ações como a criação da Coordenadoria do Tradicionalismo Gaúcho (CTG) no organograma da Sedac, a implementação do Colegiado Setorial do Folclore e da Tradição Gaúcha e as ações de fomento lançadas em 2025.

O secretário destacou o apoio à Chama Crioula e os editais

Invernadas Culturais e Prêmio Tradicionalismo Gaúcho, este o maior edital de fomento ao setor do tradicionalismo já promovido na história do Rio Grande do Sul. O gestor também informou que, em 2025, foram investidos mais de R\$ 346 milhões pelo Estado na cultura.

Conforme o presidente do MTG, Alessandro Gradassi, a aproximação do tradicionalismo com as crianças nas escolas públicas, viabilizada pelo Programa CTG na Escola, foi preconizada por Barbosa Lessa em 1954 e ajuda a garantir que as futuras gerações tenham acesso às raízes, à história e aos valores do povo gaúcho. “Em nome do MTG, quero deixar o nosso profundo agradecimento aos gestores públicos que, de forma concreta, têm demonstrado a valorização do tradicionalismo”, afirmou.

Durante a solenidade, o público também assistiu às apresentações de Shana Müller, Renato Borghetti (acompanhado por Daniel Sá), Neto Fagundes, Ernesto Fagundes e Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), sob a regência do maestro Manfred Schmiadt. Antes da cerimônia, na rampa de acesso ao local do evento, os convidados foram recepcionados pelo célebre cavalo Caramelo. Com o propósito de fortalecer o tradicionalismo gaúcho, a Sedac lançou o programa CTG na Escola.

RS divulga índices definitivos do rateio do ICMS 2026

O governo do Estado, por meio da Receita Estadual, vinculada à Secretaria da Fazenda (Sefaz), divulgou os percentuais que caberão a cada um dos 497 municípios gaúchos no rateio da arrecadação do ICMS ao longo de 2026. O Índice de Participação dos Municípios (IPM) definitivo para o ano que vem aponta como o Estado irá repartir cerca de R\$ 10 bilhões entre as prefeituras.

O volume de recursos corresponde a 25% sobre a receita de ICMS prevista para 2026, considerando as deduções estabelecidas pela Constituição Federal – como, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os números constam na Portaria 076/2025, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (17). O ICMS repassado representa, em média, 20%



Governo do Estado divulga os índices definitivos de rateio

do total das receitas para as prefeituras, consistindo um importante recurso para os municípios.

Após a publicação do IPM provisório, em 26 de agosto, iniciou-se o prazo de 30 dias para que os municípios apresentassem eventuais contestações e

impugnações aos dados. Neste ano, foram 394 recursos julgados, dos quais 87 foram deferidos totalmente, 290 foram deferidos parcialmente e 17 foram indeferidos. A finalização do processo culminou com a publicação do IPM definitivo.

Paraná atrai R\$15 bi em investimentos

O Paraná alcançou um novo recorde de investimentos privados atraídos por meio do Paraná Competitivo. Foram cerca de R\$ 15 bilhões em contratos assinados ao longo de todo o ano pelo programa que oferece incentivos e benefícios para empresas que desejam se instalar ou expandir operações no Estado. O valor é 8% maior do que os R\$ 13,8 bilhões alcançados em 2024.

Criado em 2011 com o objetivo de tornar o Estado mais atrativo para novos empreendimentos, o programa teve o melhor resultado de sua história em 2025. Foram 136 contratos de parceria para implantação e ampliação de parques industriais em 49 municípios do Estado. De acordo com estimativas da Assessoria de Assuntos Econômicos e Tributários (AEET) da Secretaria

de Estado da Fazenda (Sefa), a previsão é que esses empreendimentos gerem cerca de 21,9 mil empregos diretos.

O secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, destaca essa marca histórica de parcerias como um reflexo do sucesso do programa e do cenário de estabilidade econômica do Estado. Em 2025, o Paraná conquistou a nota máxima nos principais indicadores fiscais do Brasil e do mundo — o que, segundo ele, é um catalisador para atrair novos investidores.

“Quando celebramos a Capag A+ ou o reconhecimento de agências como Fitch e Moody’s, estamos falando justamente da imagem e da confiança que o Estado passa para o mundo. E o resultado do Paraná Competitivo em 2025 mostra isso. Mostra como somos uma economia forte”, explica.

Agência Brasil

População
sofre com
perda de
familiares
dentro
da Usina,
poluição do ar
e montanha
de 'escória' à
beira do Rio
Paraíba do Sul



Usina Presidente Vargas polui atmosfera de Volta Redonda-RJ e teve dois acidentes fatais

CSN fecha ano com ações no MPF, acidentes fatais e endividamento alto

Por Sônia Paes

A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) fecha 2025 com registros de vítimas fatais em acidentes na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda-RJ, um calhamaço de processos judiciais - incluindo denúncia criminal - e dívida nas alturas. Um desafio para Benjamin Steinbruch, que comanda o Grupo com mãos de ferro. É um ano que a empresa tiraria do papel, se fosse possível. Por outro lado, a população daquela que é conhecida como a "Cidade do Aço", guardará 2025 na memória, marcado por perdas de familiares, poluição despejada na atmosfera dia após a dia, a montanha de resíduo sólido à beira do Rio Paraíba do Sul, e incontáveis transtornos.

A empresa, marco da revolução industrial no país, tem rastros de um período duro enfrentado pelo Brasil: o da ditadura militar. No mês passado, foi condenada pela Justiça Federal a disponibilizar ao Arquivo Nacional o acervo documental anterior à sua privatização, em 1993. Isso inclui os documentos produzidos pela Assessoria de Segurança e Informações (ASI), que funcionou dentro da CSN a partir de 1977, a fim de coletar informações para o regime militar. A sentença foi proferida em ação civil pública movida pelo MPF (Ministério Público Federal). Ainda cabe recurso.

Em nota divulgada na ocasião, a CSN esclareceu que "já disponibiliza acesso ao seu acervo documental histórico pré-privatização, reafirmando seu compromisso com a transparência e com a liberdade de informação".

- A Companhia segue empenhada em assegurar que dados de interesse público estejam acessíveis de forma clara e responsável, fortalecendo o diálogo com a sociedade e com seus diversos públicos. Além



Montanha de rejeitos da CSN fica próximo ao Rio Paraíba do Sul

disso, é importante destacar que a CSN mantém os arquivos sob uma coordenação exclusiva para garantir a preservação e integridade da documentação histórica - afirmou a CSN, por meio de nota.

Denúncia criminal

Em outubro, outra investida do MPF: denúncia por crime ambiental. O órgão acusa a CSN e a Harsco de poluição crônica por décadas, com depósitos de escória que contaminaram o solo e o lençol freático, afetando mais de 40 mil moradores e o Rio Paraíba do Sul, pedindo indenização superior a R\$ 430 milhões e descartando acordos devido à gravidade. A Companhia contesta a validade técnica da denúncia e alega estar em negociação, buscando uma solução consensual.

De acordo com o procurador da República Jairo da Silva, autor da denúncia, o caso representa "uma política corporativa consciente de descumprimento sistemático das normas ambientais". Ele afirmou

que a gravidade dos danos exige "resposta firme do Estado" e a aplicação efetiva do Direito Penal Ambiental.

Na ocasião, a CSN disse em nota que vai recorrer da denúncia apresentada pelo MPF. "A empresa considera a medida inesperada, uma vez que a própria Procuradoria da República vem conduzindo, há três anos, tratativas para celebração de um Termo de Acordo Judicial (TAJ), com a suspensão da ação civil pública para viabilizar esse entendimento".

Acidentes fatais na Usina

Janeiro começou triste e nebuloso para o município de Volta Redonda. Uma funcionária de empresa terceirizada caiu de 15 metros de altura e morreu na usina. O trágico acidente deixou órfã uma menina de apenas 8 anos. Laurilene Cristina Leal de Souza, de 28 anos, era auxiliar de limpeza industrial da Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (CBSI), que presta serviços à CSN.

"A CBSI informa que, lamentavelmente, uma de suas colaboradoras sofreu um acidente envolvendo uma queda na Usina Presidente Vargas, nesta sexta-feira, 10 de janeiro de 2025, pela manhã. Ela foi prontamente socorrida e levada ao Hospital Santa Cecília, onde permanece internada recebendo os devidos cuidados médicos. A empresa está em contato próximo com a equipe médica e com os familiares da colaboradora, prestando todo o suporte necessário neste momento. Paralelamente, segue apurando as causas do ocorrido" - disse a nota da CBSI.

Quase três meses depois, outro acidente fatal. O mecânico Bruno José Oliveira das Neves Paiva, de 40 anos, sofreu um acidente dentro da usina. Na época, as causas do acidente não foram divulgadas. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital Santa Cecília, mas não resistiu aos ferimentos. Na ocasião, a CSN informou que prestou "toda a assistência necessária à família da vítima e que estava colaborando com a apuração das causas do acidente".

Endividamento alto

A CSN enfrenta um desafio com sua dívida elevada, que totalizava cerca de R\$ 37,5 bilhões no terceiro trimestre deste ano, com o indicador Dívida Líquida/EBITDA acima da meta, pressionando a alavancagem. Apesar de avanços operacionais e planos de venda de ativos, como a criação da CSN Infraestrutura, para levantar caixa e reduzir esse endividamento, o fato tem gerado preocupação de agências de rating como S&P e Moody's.

Steinbruch busca incessantemente formas de reduzir sua alta dívida, focando na venda de ativos e na monetização de sua infraestrutura, mas o cenário continua desafiador e sob o olhar atento do mercado e das agências de classificação de risco.